



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Mestrado em Economia e Estudos Europeus

O Modelo de Desenvolvimento de Cabo Verde

O Papel do Acordo Cambial com Portugal e uma possível adesão à União Europeia

Fernando António Pais Marques Ferreira

Orientador: Prof. Doutor António Mendonça

Jurí

Presidente: Prof. Dr. António Mendonça

Vogais: Prof. Dr. Carlos Osório

Prof. Dr. J. Martins Barata

Junho/2006

Dedico este trabalho á minha esposa, Paula ...companheira de todos os momentos ...

...aos meus pais, pela educação e valores que me transmitiram...

...á memória dos meus avós materno e paterno...

INTRODUÇÃO	5
1. EUROPA E CABO VERDE – AS REALIDADES INSULARES E CENÁRIOS DE ADESÃO/PARCERIA	12
<i>INTRODUÇÃO.....</i>	12
1.1. <i>UMA QUESTÃO PRÉVIA: OS PIB'S INSULARES EUROPEUS</i>	12
1.2. <i>CABO VERDE – A INSULARIDADE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</i>	17
1.2.1. <i>As características estruturais do desenvolvimento de Cabo Verde.....</i>	19
1.2.2. <i>O Ciclo da Ribeira Grande</i>	20
1.2.3. <i>O Ciclo do Mindelo.....</i>	22
1.3. <i>AS RELAÇÕES DE CABO VERDE COM A UNIÃO EUROPEIA : CENÁRIOS E OPÇÕES</i>	25
1.3.1. <i>A União Europeia: definição e objectivos</i>	27
1.3.2. <i>A acção externa da UE: Adesão e Parcerias.....</i>	28
1.3.3. <i>Políticas Internas da UE: Territórios do Ultramar e Regiões Ultraperiféricas</i>	29
1.3.4. <i>Cabo Verde e a UE: Cenários.....</i>	30
<i>CONCLUSÃO</i>	33
2. MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO REGIONAL.....	39
<i>INTRODUÇÃO.....</i>	39
2.1. <i>DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NUM AMBIENTE FEDERAL.....</i>	40
2.1.1. <i>Novos Paradigmas de Desenvolvimento Endógeno</i>	40
2.1.2. <i>Equívocos e Novas Fontes para os Acertos na Estratégia de Desenvolvimento Regional Endógeno.....</i>	42
2.2. <i>O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO INSULAR – UMA MODELIZAÇÃO.....</i>	42
2.2.1. <i>O Modelo de Base Económica.....</i>	44
2.2.2. <i>O efeito multiplicador e a sua aplicação á análise urbano-regional.....</i>	45
2.2.3. <i>O conceito do multiplicador aplicado ao turismo.....</i>	47
2.2.4. <i>Efeitos de encadeamento e relações intersectoriais.....</i>	49
2.2.5. <i>Efeitos de encadeamento no Turismo.....</i>	50
<i>CONCLUSÃO</i>	52
3. CABO VERDE – UMA PEQUENA ECONOMIA INSULAR DE TRANSFERÊNCIA.....	56
<i>INTRODUÇÃO.....</i>	56
3.1 <i>CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE A NÍVEL ECONÓMICO.....</i>	59
3.1.1. <i>Caracterização do Crescimento Económico [BP, 2004]</i>	59
3.1.2. <i>Caracterização das Finanças Públicas [BP, 2004]</i>	61
3.1.3. <i>Caracterização do Sector Monetário e Cambial [BP, 2004].....</i>	63
3.1.4. <i>Caracterização da Balança de Pagamentos [BP, 2004].....</i>	63
3.1.5. <i>Apreciação global da conjuntura macroeconómica.....</i>	64
3.2 <i>CABO VERDE: UMA ECONOMIA DE TRANSFERÊNCIA?.....</i>	65
3.2.1. <i>Alguns conceitos orientadores.....</i>	65
3.2.2. <i>O caso paradigmático de uma economia de transferência.....</i>	66
<i>CONCLUSÃO</i>	68
4. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA – O ACORDO CAMBIAL COM PORTUGAL E A ZONA CFA.....	72
<i>INTRODUÇÃO.....</i>	72
4.1. <i>O ACORDO CAMBIAL PORTUGAL – CABO VERDE E OS CRITÉRIOS DE CONVERGÊNCIA</i>	73
4.1.1. <i>Cabo Verde e os Critérios de Convergência de Maastricht.....</i>	73
4.1.2. <i>Os Critérios de Convergência de Maastricht: o seu cumprimento por Cabo Verde.....</i>	74
4.2. <i>BREVES COMENTÁRIOS Á EVOLUÇÃO ECONÓMICA DE CABO VERDE ATÉ 2000</i>	79
4.2.1. <i>Da independência a 1988: os primórdios do desenvolvimento</i>	79
4.2.2. <i>O biénio 1989-1990: o fim do modelo de desenvolvimento inicial.....</i>	80

4.2.3. 1991: A reforma da política	80
4.2.4. 1991-1996: os resultados da nova política	81
4.2.5. O Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000	81
4.3. ASPECTOS GERAIS DA COOPERAÇÃO	82
4.4. ESTAREMOS PERANTE UMA ZONA MONETÁRIA ÓPTIMA?	84
4.4.1. Será que Portugal e Cabo Verde constituem uma ZMO?.....	86
4.5. A ZONA CFA	87
4.5.1. A origem do Franco CFA.....	88
4.5.2. Alguns aspectos do acordo CFA.....	89
4.5.3. O processo de integração regional.....	90
4.5.4. Estaremos perante um modelo de Coordenação Monetária?.....	91
CONCLUSÃO	92
CONCLUSÃO	93
ANEXOS	100
BIBLIOGRAFIA	101

Introdução

Um trabalho sobre uma pequena economia africana é, por si só, um trabalho muitíssimo cativante e aliciante apesar das constantes dificuldades, sobretudo ao nível da obtenção de dados estatísticos. Contudo, com este trabalho busca-se, em parte, procurar compreender e dar a entender o comportamento económico de uma pequena economia insular – Cabo Verde – bem como aquilatar quais as reais possibilidades de este país vir a estabelecer um qualquer tipo de associação – parceria ou adesão – com a UE.

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas por navegadores portugueses em Maio de 1460 e o povoamento começa, em 1462, na ilha de Santiago. Dada a sua posição estratégica¹, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento. Com a abolição do comércio de escravos e a constante deterioração das condições climáticas, Cabo Verde entrou em decadência e passou a viver numa economia de subsistência.

Em 1956, Amílcar Cabral criou o PAIGC, iniciando uma marcha para a independência. Foi assinado, a 19 de Dezembro de 1974, um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde. Este Governo preparou as eleições para a Assembleia Nacional Popular que, em 5 de Julho de 1975, proclamou a Independência.

Os recursos económicos de Cabo Verde dependem sobretudo da agricultura² e da riqueza marítima. O sector industrial encontra-se em pleno desenvolvimento e podemos destacar o fabrico de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal. A banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções são os principais produtos exportados.

Contrariamente ao que sucede no resto do Mundo, quando se ouve falar sobre o impacte da globalização, o fenómeno da globalização é encarado de forma diferente em Cabo Verde, uma vez que é um país pequeno que sempre viveu num contexto global. Eis alguns exemplos que ilustram essa constatação:

- A. A população residente no país, em virtude da emigração motivada pela falta de recursos naturais e as escassas chuvas no arquipélago, é estimada em 470.000 habitantes;
- B. A remessa dos emigrantes tem um peso significativo no orçamento do Estado;

¹ Situated a 455 Km da Costa Africana, as dez ilhas e os oito ilhéus do Arquipélago de Cabo Verde, estendem-se por cerca de 4033 Km² e foram formadas pela acumulação de rochas, resultantes de erupções sobre as plataformas submarinas.

² As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca.

Desde a independência que Cabo Verde vem experimentando formas e modelos próprios de desenvolvimento que melhor se adaptam a um país de pequena dimensão e com fracos recursos naturais.

O modelo económico que vigorou desde a independência até 1990, reflectia uma visão estatizante da economia, complementada por uma concepção introvertida do desenvolvimento, baseada no primado do mercado interno e na rejeição do investimento externo.

Entre as condições de êxito, a tónica centrava-se na:

- A. Edificação de uma indústria de exportação;
- B. Criação de um aparelho produtivo relativamente amplo e caracterizado pela coexistência de um sector moderno;
- C. Integração de Cabo Verde nos conjuntos económicos regionais.

Neste modelo, alimentado pela reciclagem da APD e remessas dos emigrantes, o Estado detinha, basicamente, o monopólio da actividade económica, vedando assim alguns sectores à iniciativa privada. **Este modelo funcionou satisfatoriamente durante os primeiros dez anos, sustentado pelo elevado nível da ajuda externa e de transferências de emigrantes.**

A partir de 1985, com a diminuição dos fluxos da APD e das remessas de emigrantes, o modelo começou a dar sinais de esgotamento. Em resultado da aplicação deste modelo, Cabo Verde apresentava em 1991, uma economia em desaceleração:

- A. taxa de crescimento real do PIB na ordem de 1%,
- B. taxa de inflação na ordem dos 10%,
- C. forte desequilíbrio – sobretudo ao nível da balança comercial – da balança de pagamentos,

em resultado duma fragilidade da estrutura produtiva.

Com a mudança de regime operada em 1991, era urgente a mudança de estratégia. Introduziu-se uma nova abordagem da problemática da emigração em Cabo Verde, considerando-a como uma variável reguladora da situação interna do ponto de vista do emprego, remessas e da formação/especialização da mão-de-obra.

Essa contribuição, entretanto, não representou uma verdadeira alteração do quadro estratégico. Em 1995 surge uma nova estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, que coloca a tónica na mudança do modo de *Inserção Externa* da economia. Como ponto de partida, propõe-se a análise dos condicionalismos próprios de uma pequena economia insular e relativamente isolada, cujas características não se enquadram no contexto dos modelos tradicionais de desenvolvimento.

Duas condicionantes fundamentais ao desenho de uma estratégia para Cabo Verde são apresentadas:

- A. Conflito entre a dimensão do mercado interno e a insularidade;
- B. Associação da pequena dimensão com a distância.

É claro que a vocação de Cabo Verde,

- A. por razões históricas e geográficas;
- B. pelo seu papel na função de circulação gerado pela sua localização;
- C. pelo seu sistema económico condicionado por circunstâncias adversas também decorrentes da sua localização;
- D. a sua composição cultural resultante do seu papel histórico e das circunstâncias económicas;
- E. pela inexistência dos recursos naturais,

situa-se claramente na economia de circulação ou de transferência.

A forma de vencer os constrangimentos fundamentais, sobretudo os que resultam da dimensão e da insularidade, é a *intensificação das relações com o exterior* que deve passar pelo estabelecimento de acordos privilegiados, bilaterais ou multilaterais, com países importadores de maior dimensão e uma *abertura orientada para as grandes tendências da economia global*.

Entretanto, se a localização geo-económica do País e a sua estabilidade política e social constituíam vantagens potenciais para a adopção de tal modelo, devia-se, igualmente, ter em conta estrangulamentos crónicos ao seu desenvolvimento e à sua inserção na economia mundial, tais como:

- A. a dimensão dos mercados,
- B. a capacidade de absorção de novas tecnologias,
- C. o fraco desenvolvimento do sistema financeiro,
- D. a dimensão sociológica e cultural,
- E. as necessidades infra-estruturais,
- F. entre outras.

Baseado nesses pressupostos, e visando também a diversificação, a eficiência, a competitividade, o desenvolvimento empresarial endógeno e, conseqüentemente, a integração efectiva da economia cabo-verdiana no sistema económico mundial, foram desenhados e vêm sendo executados, entre outros, os seguintes programas:

- A. Regulação macro-económica – estabilidade, segurança e previsibilidade;
- B. Desenvolvimento dos Recursos Humanos;
- C. Reforma da Administração Pública na perspectiva do desenvolvimento;
- D. Desenvolvimento do sistema financeiro;
- E. Reforma do sector empresarial do Estado;

- F. Desenvolvimento das infra-estruturas económicas e dos sistemas de comunicações;
- G. Aproveitamento dos recursos naturais;

No âmbito dessa nova estratégia de desenvolvimento e das políticas desenvolvidas a partir de então, os resultados alcançados podem ser considerados encorajadores.

Os *fundamentais* da economia cabo-verdiana melhoraram significativamente e a economia encontra-se em expansão económica equilibrada consubstanciando uma maior credibilidade das políticas económicas, no aumento do IDE e um aumento das remessas de emigrantes.

A inflação encontra-se num nível baixo, e numa trajectória descendente. O ECV tem-se mantido estável, registando em 1998 uma depreciação, em termos efectivos nominais, de cerca de 3%, com uma taxa de conversão fixa para o PTE desde 5 de Julho de 1998.

Em finais da década de 1990 assistiu-se – através da assinatura do Acordo de Cooperação Cambial – a uma forma de cooperação bilateral inovadora, em certa medida, por parte de Portugal com um país africano – Cabo Verde – que tem uma economia menos desenvolvida e que representa somente 0.5% do PIB português.

O Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, surgiu como um dos elementos fundamentais do programa de reformas económicas encetado pelas autoridades cabo-verdianas a partir de 1997. A par da fixação [Marques, 2000] de uma paridade cambial unilateral relativamente ao PTE, e conseqüentemente ao Euro, no quadro de uma política integrada de reforma das relações cambiais com o exterior, decretaram igualmente a convertibilidade total do ECV, a livre circulação de capitais e a possibilidade de serem efectuados depósitos em moeda estrangeira na banca cabo-verdiana, por parte dos agentes residentes.

Este *pegging* ao PTE [Marques, 2000] veio assim substituir a fixação da taxa de câmbio relativamente a um cabaz de moedas, cuja maioria era já de moedas europeias, permitindo assim clarificar e dar credibilidade á política cambial cabo-verdiana.

Esta é, de facto, uma experiência relativamente inovadora na medida em que visava retomar o espírito subjacente a um acordo de cooperação com cerca de 50 anos – a Zona CFA.

Ao se estudar o acordo cambial luso-cabo-verdiano e o seu papel no desenvolvimento económico de Cabo Verde, os objectivos propostos são, por um lado, o estudo da economia cabo-verdiana como uma economia em transição, analisando os impactos ocorridos após a celebração e entrada em vigor do mesmo e, por outro lado, se o acordo prevê a fixação da taxa de câmbio entre o ECV e o PTE importava saber até que ponto esta fixação se poderia enquadrar nos conceitos subjacentes á teoria das zonas monetárias óptimas bem como se estariam reunidas todas as condições para uma possível adesão de Cabo Verde á UE.

As relações entre os dois países são bastante importantes como se constata do discurso, em 23 de Abril de 2002, do Dr. Jorge Sampaio, por ocasião de um jantar em honra do Presidente da República de Cabo Verde:

“ (...) Cabo Verde é um exemplo vivo de que o desenvolvimento não depende da abundância de riquezas naturais de que um país dispõe, mas sim da sua maturidade política, do talento e indústria das suas gentes, do rigor dos seus governantes, da capacidade da sua administração.

Na última década, Portugal foi sempre o principal parceiro de Cabo Verde na área da cooperação e Cabo Verde, per capita, o principal beneficiário da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)³ de Portugal. A nossa cooperação abrange os mais variados campos e alcançou um grau notável de maturidade. Para além da educação, saúde e administração pública, queria destacar a crescente importância da cooperação judiciária, o dinamismo da cooperação entre municípios e o volume apreciável da cooperação financeira.

Esta última desenvolve-se em especial no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial, que equipara o valor do ECV ao do Euro, deste modo fornecendo às empresas portuguesas e europeias um quadro de estabilidade monetária para as suas operações em Cabo Verde.

A paridade entre o ECV e o Euro projecta as relações entre Cabo Verde e a UE, porventura, para além do quadro conceptual do Acordo de Cotonou⁴, que perspectiva como horizonte da cooperação a integração na economia mundial, no quadro de processos de integração regional. A fórmula para uma relação de parceria entre a UE e Cabo Verde é uma questão que merece um estudo atento nos próximos anos. (...)”

É esta a questão a que, no fundo, se pretende dar resposta neste documento, tendo sempre presente, de acordo com uma entrevista do Jornal Público, em 10 de Maio de 2005, ao Primeiro Ministro de Cabo Verde, que Cabo Verde “é um pequeno Estado insular, que precisa de âncoras para o seu desenvolvimento económico e social. A UE poderá ser uma dessas importantes âncoras de desenvolvimento de Cabo Verde (...)” e, por outro lado, Cabo Verde quer “(...) ir o mais longe possível no relacionamento com a Europa. Não falamos neste momento de adesão, por ser uma questão muito complexa e difícil, sendo Cabo Verde um país africano. Mas pensamos que poderíamos ter um estatuto de associado, ou então um estatuto especial entre o estatuto de associado e o de adesão. É nesse quadro que estamos a trabalhar desde 2001. (...) A economia cabo-verdiana, neste momento, é uma economia “euroizada” porque temos a paridade fixa com o Euro. Não haveria muitos problemas na introdução do Euro (...)”.

Sinteticamente, são diversas as **questões** que se levantam no início do desenvolvimento deste trabalho:

- A. Qual é a realidade insular europeia e de forma Cabo Verde se insere nessa realidade?

³ A cooperação bilateral entre Portugal e Cabo Verde decorre da estratégia definida no **Programa Indicativo de Cooperação**, cuja execução é efectuada com base em Planos Anuais. A assinatura do **Plano Anual de Cooperação (PAC) para 2005**, teve lugar na Praia, por ocasião da Visita Oficial, a 18 de Janeiro, do Presidente da República a Cabo Verde. Este Plano Anual teve em conta, os projectos que ainda se encontram em curso e as novas propostas a desenvolver em sectores identificados como prioritários, tendo em atenção os interesses de Cabo Verde. A estratégia da cooperação entre Portugal e Cabo Verde enquadra-se na estratégia da cooperação portuguesa e nas opções definidas pelas autoridades cabo-verdianas consubstanciadas, designadamente, nas GOP, no PND e nas orientações e objectivos da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza. A execução desta estratégia de cooperação assenta em quatro princípios basilares: **Concentração, Eficácia, Parceria, Coordenação**.

⁴ Criar um novo quadro para a cooperação entre os Estados ACP e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros. Este quadro, definido no protocolo 2000/483/CE, constitui uma resposta comum ACP-CE face à globalização, tendo como objectivo promover e acelerar o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados ACP, contribuir para a paz e a segurança, e ainda promover um ambiente político democrático e estável. Os objectivos principais do Acordo são a erradicação da pobreza e a integração dos países ACP na economia mundial.

- B. Quais os modelos de desenvolvimento que Cabo Verde seguiu no passado e actualmente e quais deve seguir no futuro?
- C. Qual o papel do Acordo Cambial no modelo de desenvolvimento cabo-verdiano?
- D. Qual o papel de Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde e como pode facilitar a adesão deste último á UE?
- E. Qual a fórmula a encontrar para uma possível parceria entre Cabo Verde e a UE?

A consecução dos objectivos enumerados anteriormente, levando, igualmente, em consideração os comentários do Dr. Jorge Sampaio e do Dr. José Maria das Neves – Primeiro-ministro de Cabo Verde – levou-nos a estabelecer para nós próprios alguns **objectivos fundamentais**:

- A. Estudo da realidade insular europeia e da forma como Cabo Verde se insere nesta realidade;
- B. Análise de dois modelos de desenvolvimento económico regional que têm como motor de desenvolvimento subjacente o federalismo e o turismo, respectivamente;
- C. Caracterização de Cabo Verde - ao nível geográfico, histórico e económico - como uma pequena economia insular de transferência;
- D. O Acordo Cambial entre Portugal e Cabo Verde – diferenças e semelhanças com o Acordo da Zona CFA e o seu papel no desenvolvimento económico de Cabo Verde;

A consecução destes objectivos resultou num documento com a seguinte **estrutura**:

Após estas breves notas introdutórias, procede-se (no capítulo 1) a uma breve caracterização da realidade insular europeia e cabo-verdiana, abordando-se, igualmente, os cenários e opções das relações entre Cabo Verde e a União Europeia.

No capítulo 2 pretendemos clarificar alguns conceitos essenciais em termos de economias insulares, em particular as pequenas economias insulares e os modelos económicos que poderão ser adoptados.

No capítulo 3 procurámos descrever sucintamente Cabo Verde, a nível geográfico, histórico e económico. Aborda-se, igualmente, a possibilidade de Cabo Verde desempenhar ou não o papel de uma economia de transferência. Finalmente, aborda-se a questão das grandes opções do plano para 2002-2005 e as perspectivas oficiais de desenvolvimento;

No capítulo 4 é sumariado o Acordo de Cooperação Cambial luso-cabo-verdiano, procurando-se analisar o mesmo á luz da Teoria das Zonas Monetárias Óptimas. Nesta acepção, constatámos que Portugal e Cabo Verde formam entre si uma zona monetária natural incompleta. Procurou-se igualmente, neste capítulo, analisar o cumprimento por Cabo Verde dos critérios de convergência de Maastricht, tendo sido possível concluir que, com excepção do défice orçamental, todos os critérios são cumpridos. Por fim, são

apresentadas as condições de funcionamento da Zona CFA e faz-se uma breve comparação entre os dois acordos – Zona CFA e Acordo Cambial Luso – Cabo-verdiano.

Por último, reúnem-se as principais conclusões resultantes da investigação realizada.

1. Europa e Cabo Verde – As realidades insulares e cenários de adesão/parceria

Introdução

O principal desafio dos pequenos estados insulares (doravante, PEI) em vias de desenvolvimento, passa pela mobilização da atenção mundial para a necessidade de soluções para as suas principais dificuldades:

- A. os desastres naturais,
- B. o isolamento dos mercados globais,
- C. os altos custos de energia e de transporte,
- D. impacto das mudanças climáticas globais,
- E. do avanço da Sida,
- F. entre outras.

Assim, procura-se com este capítulo fazer alguma luz sobre os problemas que os PEI europeus e Cabo Verde enfrentam. A razão de dedicarmos um capítulo a este tema prende-se com o facto de se procurar compreender quais as dificuldades e os custos inerentes á insularidade numa tentativa de procurar algumas soluções para o desenvolvimento de uma pequena economia aberta e insular como Cabo Verde.

Em face do exposto, foi opção desenvolver o capítulo na seguinte lógica:

- A. Caracterização do PIB insular europeu;
- B. Cabo Verde – Insularidade em termos históricos
- C. Cenários e Opções nas relações entre Cabo Verde e a UE

1.1. Uma questão prévia: os PIB's Insulares Europeus

O PIB – há bem pouco tempo *apenas* um instrumento macro-económico – serve actualmente de fundamento para a gestão dos fundos estruturais dentro da UE. O PIB mudou totalmente de missão e função bem como de métodos de trabalho, sendo que quando transposto para pequenos territórios, como as regiões insulares europeias, apresenta algumas limitações.

As 21 regiões insulares que compõem, actualmente, a UE não são, em termos de PIB, as mais pobres – dois terços têm um nível igual ou inferior a 75% da média comunitária.

Importa ainda distinguir as regiões ultraperiféricas – PIB médio igual a 58% da média comunitária – das outras de tal forma diferem na natureza e extensão dos seus problemas.

As ilhas continuam na sua generalidade a ser mal tratadas pelos instrumentos estatísticos.

As regiões insulares e, sobretudo, as mais pequenas, são mal equacionadas pelo PIB sendo por isso necessário considerar novos parâmetros ligados à insularidade.

O conhecimento das realidades insulares é complexo e exige, tanto para as deficiências permanentes como para as particularidades associadas à insularidade, que se ajustem ou pelo menos se ponderem os instrumentos estatísticos existentes.

É nesse sentido que se torna crucial tecer, a título de exemplo, algumas considerações sobre as especificidades dos PIB's insulares europeus:

Diferenças de escala

Das 21 regiões insulares que compõem a UE, cinco possuem mais de 500 000 habitantes. O restante corresponde a regiões muito pequenas (sete delas são mesmo de nível NUTS 3, e seis contam menos de 100 000 habitantes).

O conhecimento da economia local é, frequentemente, de qualidade superior nos pequenos territórios do que nos grandes países uma vez que são possíveis contagens exaustivas. Contudo, o aparelho estatístico da contabilidade económica está mal dimensionado.

Para além das questões de facilidade de comparação, as economias destes pequenos territórios dependem muito frequentemente dum número reduzido de actividades sazonais, cíclicas ou afectadas por fenómenos naturais graves, que podem representar, no limite, até 30% do PIB.

O sector público não comercial tem igualmente muito peso: em mais de metade das ilhas, representa mais de 25% do emprego. Este peso deve-se à necessidade de assegurar um certo número, indispensável, de serviços e infra-estruturas de saúde, de educação ou de transporte.

O custo *per capita* dos bens e serviços públicos é significativamente mais elevado nas pequenas comunidades ou arquipélagos. Este peso do sector público implica, como é evidente, distribuição de salários, prejudicando paralelamente o desenvolvimento do sector privado.

O conceito de residência

O cálculo da actividade dos agentes económicos baseia-se, como sabemos, no princípio da residência⁵.

As contas relativas à produção dos bens e serviços incidem sobre as operações de todas as unidades produtoras residentes. Os produtores residentes são definidos de tal forma que a produção seja criada total e exclusivamente no território em causa.

Algumas unidades de produção existentes numa região insular podem ser consideradas como residentes na acepção corrente do termo. Mas segmentos inteiros das economias insulares são obra de estabelecimentos pertencentes a empresas não residentes.

⁵ É residente a entidade que tem um centro de interesse no território considerado, ou seja que nele efectua operações económicas durante um ano ou mais.

A extensão do fenómeno, mais que a sua existência, é relevante em certas ilhas. A importância do valor acrescentado das empresas públicas nacionais de transporte ou de electricidade, por exemplo, é calculada pelo peso dos salários distribuídos (principal medida retida no cálculo do valor acrescentado do sector público). Quando as empresas públicas representam até 10% do PIB insular, calculam-se as diferenças entre o valor acrescentado e o peso económico real.

Ainda no domínio do sector público e sabendo-se que representa até 40% do emprego de certas ilhas, através do cálculo do valor acrescentado pelos salários, soma-se um segundo factor, no mínimo paradoxal, de sobreavaliação do PIB das regiões pouco desenvolvidas.

Com efeito, são imputados como rendimento regional os subsídios públicos que se destinam precisamente a compensar as deficiências da economia local. Face aos mecanismos de redistribuição provocados pelas transferências públicas, a taxa do PIB *per capita* não é representativa do potencial produtivo de uma zona menos desenvolvida. **Quanto mais uma região for ajudada, mais elevado será o seu PIB.**

Para o cálculo da actividade das empresas privadas, é mais uma vez a dimensão que pode explicar a má adaptação do instrumento do PIB insular. De facto, o fenómeno é duplo:

- A. à semelhança das despesas públicas, ocorre amiúde a sobreavaliação das actividades e, portanto, do PIB insular: o custo adicional do transporte de uma actividade suportado por uma ilha isolada de um arquipélago produz um valor acrescentado mais importante e provoca um efeito perverso. Quanto mais elevado e penalizante for o custo de produção para a economia local, mais importante será o PIB;
- B. Ao invés, pode ocorrer a subavaliação das actividades das empresas não residentes, quando exportam os benefícios para as sedes (caso do turismo e de certas produções agro-alimentares pertencentes a grupos multinacionais).

Um outro factor que tende a sobreavaliar o PIB insular é o que consiste em considerar como riqueza produzida na região medidas destinadas a compensar a insularidade. Mesmo uma breve permanência nos Açores basta para compreender que 25% das passagens aéreas dos voos internos no arquipélago se deve a funcionários regionais. Não se pode considerar que a riqueza real do arquipélago aumente com estas viagens, mas em contrapartida o PIB cresce.

O cálculo dos fluxos

As ilhas, terras de passagem de turismo, de acolhimento, de exílio, em suma, local de mobilidade muito grande, têm actividades particularmente móveis e difíceis de calcular. Os movimentos migratórios dos residentes ou dos turistas geram importantes fluxos, nomeadamente financeiros, muito difíceis de avaliar.

Fontes diferentes

Seria fastidioso e complexo pormenorizar os diferentes instrumentos utilizados por cada país para efectuar os seus trabalhos. Com efeito, são utilizados diferentes ficheiros, exaustivos ou parciais, em bruto ou trabalhados, com uma incidência anual ou extrapolados no tempo. Mas pode-se observar em termos gerais que, se os trabalhos tendem a harmonizar-se, escolhas diferentes são fonte de desvios às vezes sensíveis ampliados pelos efeitos de dimensão.

As contas económicas realizadas nas ilhas permitem um importante trabalho de qualidade sobre fontes e informações económicas insulares porque exigem a recolha de inúmeros documentos quantificados e a normalização de diversos ficheiros. O confronto de todos esses dados com os dos institutos nacionais de estatística, quando é feito, permite realizar o forte grau de heterogeneidade do material disponível, compreensível, aliás, atenta a origem amiúde nacional dos diversos ficheiros.

A não consideração das deficiências naturais

O PIB *per capita* calcula, independentemente das condições geográficas e recursos naturais do território, essencialmente a actividade produtiva de uma região em termos de evolução dos fluxos. Esses dados permanentes, nomeadamente a insularidade e o isolamento aferente, os condicionalismos ligados ao relevo ou ao clima só são indirectamente contemplados através dos efeitos exercidos na actividade.

Certos custos específicos ligados à insularidade poderão ser compensados, mas as ilhas não deixarão de o ser. Meios de transporte adaptados reduzirão os efeitos do isolamento, novas tecnologias de comunicação atenuarão a ultraperifericidade, mas a periferia continuará sempre longe do centro. Um programa específico poderá ter em conta problemas económicos particulares das regiões subárcticas, mas estas últimas não se transformarão por isso em zonas temperadas, etc.

As deficiências estruturais não são de natureza a desaparecer e não dependem do nível de riqueza do território: as ilhas do Báltico ou as Baleares têm um PIB próximo da média comunitária, mas de qualquer forma têm de, por preço superior às regiões continentais, importar produtos energéticos ou exportar os seus resíduos. Esta incapacidade do PIB de avaliar as deficiências estruturais foi aceite pela Comissão Europeia.

Em 1997, a Comissão decidiu considerar a fraca densidade de população, inferior a 8 habitantes por km², como um factor estruturante, dando acesso aos fundos estruturais. Assim nasceu o Objectivo n.º 6 que confere a essas regiões as mesmas prerrogativas que às regiões do Objectivo n.º 1 a partir de 1999.

Para uma total compreensão da questão da insularidade, a nível europeu, importa clarificar alguns conceitos importantes:

- *O Instrumento PIB*

O PIB calcula a riqueza total criada num determinado território por todos os que nele habitam. Essa perspectiva territorial explica que na regionalização se pense em utilizar o PIB para calcular as riquezas das regiões. Mas, entre o conceito de PIB nacional e o de PIB regional, há que introduzir um elemento correctivo, já que, com efeito, a soma do PIB das regiões não corresponde ao total do PIB nacional.

O problema em causa, comum a todos os sistemas de contabilidade, resolve-se repartindo as actividades *nacionais* sem expressão regional por cada região de acordo com um método de distribuição proporcional. Trata-se de um ajustamento despiciendo para as regiões de grande dimensão, mas para as pequenas regiões insulares, que não raro pesam menos de 1% do PIB nacional, a operação pode ser fonte de diferenças importantes.

- *A relação entre o PIB e o FEDER*

A política regional da UE institucionalizou o debate sobre o desenvolvimento económico das ilhas. Com efeito, o debate insular existe há cerca de vinte anos. Embora aceitando que «não se pode separar uma estatística da sua utilização», o PIB e, sobretudo, o PIB *per capita* em PPC, permanece o indicador privilegiado no cálculo das disparidades regionais.

Os seus limites são, todavia, reconhecidos e como dizia Winston Churchill acerca da democracia: “*É o pior dos sistemas, ressaltados todos os outros*”.

A convergência no seio dos Estados-Membros, calculada pelo PIB *per capita*, é uma realidade que tem sentido a nível nacional. No entanto, as diferenças situam-se ainda entre 1 e 2. No nível NUTS 2, as disparidades são de 1 a 6 e, no nível NUTS 3, são de 1 a 12. Este simples facto demonstra até que ponto o instrumento encontra os seus limites em níveis de classificação inferiores a 100 000 habitantes. A UE e o Eurostat reflectem e actuam sobre os cálculos do PIB. O alargamento aos novos Estados-Membros não simplificará a utilização do instrumento, porquanto a média do PIB (PPC) real *per capita* dos países candidatos à adesão à UE atingiu em 1997 40% da média da UE-15, contra 38% em 1995. Era em 1997 de 7 500 PPC em média *per capita* nos países candidatos, contra 19 000 PPC na UE.

- *PNB Nacional*

O PNB⁶ calcula a riqueza nacional de um Estado, sendo um instrumento económico e político. A sua perspectiva nacional dita a dedução da soma dos valores acrescentados dos que são produzidos no território nacional por empresas estrangeiras que se repatrie os valores acrescentados pelas empresas nacionais no resto do Mundo. Calcula-se assim o peso real do Estado em causa.

⁶ Grosso modo, é calculado mediante a adição de todos os valores acrescentados produzidos no território de um país.

- *PIB's Regionais*

A estimativa do PIB e do PIB *per capita* a nível regional faz-se com base nos valores do PIB nacional. Os valores nacionais são distribuídos pelas regiões em função da fracção de cada região no VAB nacional. O PIB *per capita* é um indicador clássico, calculado mediante o estabelecimento de uma relação entre o PIB e a população total da região.

Este agregado não pode ser considerado como um indicador da riqueza média *per capita* de uma região, na medida em que o valor acrescentado não fica necessariamente na região. Por exemplo, a elevada taxa do PIB *per capita* da região dos Shetlands explica-se em parte pela existência de actividades associadas aos produtos petrolíferos implantados nessa região. No entanto, os rendimentos petrolíferos do mar do Norte são imputados a uma região virtual e contabilizados no PNB do Reino Unido, ao mesmo título que as actividades das forças armadas britânicas na Irlanda do Norte.

- *Paridade de Poderes de Compra*

Para comparar as regiões europeias entre si, converte-se os PIB regionais de cada país em PPC. Os cálculos em PPC contemplam as diferenças de preço dos bens e serviços em cada Estado-Membro.

O PIB *per capita* em PPC é uma das principais variáveis utilizadas pela UE para identificar as regiões menos desenvolvidas: para os fundos estruturais europeus da "Agenda 2000", prevê-se definir as regiões do Objectivo n.º 1 como as que têm um PIB *per capita* em PPC inferior a 75% da média comunitária.

- *NUTS 2 e 3*

Para os 25 Estados-Membros da UE, o Eurostat fornece dados agregados segundo a nomenclatura das unidades territoriais estatísticas. Existem quatro níveis descendentes de agregação territorial. Muitas regiões insulares pertencem ao nível NUTS 2. As ilhas Aland, Bornholm, Gotland, os três arquipélagos escoceses e a ilha de Wight pertencem ao nível NUTS 3, o mais pequeno. O facto de muitas decisões serem tomadas e de certos dados só serem calculados nos territórios de nível NUTS 2 explica que regiões como a ilha de Wight se batam por mudar de estatuto.

1.2. Cabo Verde – A Insularidade numa perspectiva histórica

Sendo caracterizado por uma insularidade longínqua e exígua, Cabo Verde só pôde ser povoado na condição de inserido em amplas redes de trocas inter-espaciais, por intermédio das quais haveria de adquirir recursos para compensar tais características *congénitas*. Ou seja, a insularidade periférica e a exiguidade impuseram uma moldura de constrangimentos que os candidatos à soberania e à ocupação do território tiveram de enfrentar.

Aliás, muito cedo, os colonizadores viram-se perante o problema, que ainda hoje se mantêm, que é o de saber **como inserir o arquipélago em redes de troca internacionais, uma vez que o seu espaço, por ser endogenamente pobre, em razão das**

características aludidas, não possui nada de relevante a oferecer. Por outras palavras, a questão que se pôs e se tem posto aos cabo-verdianos é: **Se a abertura é a chave, tendo em conta os tais constrangimentos mencionados, como descobrir nas ilhas algo dotado de valor de troca que tivesse e que tenha interesse para o comércio internacional, de modo a sustentar um processo interno de acumulação económica?**

Eis a questão histórica, recorrente, que atravessa toda a vivência multissecular da ocupação destas ilhas. A consciência do imperativo da inserção internacional e os esforços incessantes para a viabilizar constituem o verdadeiro motor da trajectória cabo-verdiana.

Mau grado a problemática do desenvolvimento, enquanto objecto constituído de reflexão teórica ser algo relativamente recente, são vários os esforços e as estratégias para converter as virtualidades estratégicas do arquipélago em fonte e motor do seu enriquecimento económico. Vezes houve – não muitas, mas o suficiente para sustentar reflexões – em que a posição geográfica de Cabo Verde se transformou num factor de desenvolvimento. Contudo, se o motor geoestratégico acelera em certos momentos, parecendo que vai entrar em velocidade de cruzeiro, é para quase sempre, desandar logo depois, entrando em estagnação profunda.

É claro que se deve perguntar porquê? Qual a razão desta historicidade não cumulativa que caracteriza o percurso cabo-verdiano, que fez a Ribeira Grande crescer pujantemente durante o século XVI, em razão dos rendimentos que captava, enquanto principal centro de redistribuição de escravos da Alta Costa da Guiné, para a lançar na longa agonia setecentista?

Da mesma forma, devemos indagar das razões que fizeram o Mindelo transformar-se, como que de noite para o dia, na principal *coaling station* do Atlântico, atraindo a si um imenso tráfego de barcos a vapor que ligavam a Europa à América do Sul e à Ásia durante quase 50 anos, para, a partir de 1902 iniciar uma decadência acentuada. A estas conjunturas, que souberam converter a procura externa da posição geográfica do arquipélago em fontes de crescimento económico interno mais ou menos prolongado, mesmo que para entrar em decadência depois classificarei de **ciclos históricos de inserção dinâmica de Cabo Verde no contexto Atlântico.**

O que sobrevive de cada ciclo em termos de capitais e *know how* é surpreendentemente pouco. Reafirmo, porém, que o potencial de ensinamentos que estes processos têm, está longe de ser explorado e convertido em recurso para novas largadas. Se o desenvolvimento depende por vezes da capacidade local em agarrar oportunidades abertas pela dinâmica das conjunturas internacionais, muitas vezes decisivamente marcadas

- A. pelo aparecimento repentino de uma tecnologia de transporte,
- B. pelo re-ordenamento súbito dos mercados,
- C. pela irrupção de uma guerra,

temos que perguntar se a gestão local destes processos não foi grandemente responsável pela não sustentabilidade histórica dos mesmos.

O que se pretende é descortinar uma regra, realçando constantes que se actualizam nos sucessivos ciclos históricos de inserção/marginalização de Cabo Verde nos espaços atlânticos.

Não existirão potencialidades mas também vulnerabilidades que se repetem, sob a aparência da singularidade dos fenómenos?

A pesquisa histórica permite, pelo alargamento temporal dos quadros de observação, ter a consciência de ligações e vulnerabilidades escondidas que, pelo facto de aparecerem com novas aparências, nem por isso são inéditas. Mas numa sociedade, como a nossa, na qual as elites que concebem e executam as políticas de desenvolvimento são, muitas vezes, arrogantemente ignorantes da História, desconhecendo soluções, debates e impasses já vividos por outras gerações, estou em crer que faz todo o sentido revisitar o passado.

1.2.1. As características estruturais do desenvolvimento de Cabo Verde

Atendendo às características do arquipélago, grosso modo marcadas pela insularidade e exiguidade, o impulso ao desenvolvimento tem de ser forçosamente exógeno.

Historicamente acontece que determinadas conjunções conjunturais de factores num vasto campo de interacções centrado no Atlântico, têm feito apreciar estrategicamente o valor da posição geográfica das ilhas, até então periféricas e marginais. É isso, portanto, que cria alguma potencialidade de desenvolvimento nas ilhas. Ensimismadas elas pouco valem. São insusceptíveis de albergar dinâmicas relevantes de crescimento.

Metaforicamente, se as regras *à priori* concedem poucas possibilidades de acção ao peão, contudo, por vezes, uma determinada configuração momentânea constante no tabuleiro pode transformá-lo num elemento essencial a todo um equilíbrio do jogo. Mas à asserção basilar de que o impulso ao desenvolvimento vem e só pode vir do exterior, acrescenta-se a ideia de que no tabuleiro todo o equilíbrio é precário.

As mudanças tecnológicas, políticas e militares reconfiguram o campo, reordenam os valores, redistribuem os trunfos. Isso é essencial quanto ao valor estratégico da posição geográfica das ilhas, porque as faz tão depressa tornarem-se vias obrigatórias de escala náutica ou aeronáutica, entrepostos incontornáveis nas linhas de comércio internacional, bases estratégicas de projecção atlântica do poderio militar como se convertem em lugares votados ao abandono. São os ditames exteriores – dos quais dependem vitalmente as ilhas exíguas – que assim impõem. Foi assim ao longo da História de Cabo Verde.

Se olharmos mais de perto os processos da génese e da gestação dos ciclos históricos de inserção dinâmica de Cabo Verde nos grandes espaços de troca, constataremos, da sua observação, que **o crescimento económico duradouro provém sempre de impulsos causados por reestruturações ocorridas no amplo complexo económico que é o Atlântico**. A própria possibilidade de povoar estas ilhas esteve sujeito a este condicionamento.

Daí o carácter difícil e problemático das primeiras tentativas de ocupação efectiva do arquipélago. Interpõe-se, a nosso ver, entre o momento da descoberta e o da colonização de Cabo Verde um penoso impasse, que só a ligação às linhas externas de tráfego, que então se esboçavam, seria capaz de solucionar.

1.2.2 O Ciclo da Ribeira Grande

Segundo Carta Régia de 1462, D. Fernando ficou habilitado de amplas prerrogativas administrativas, fiscais e judiciais que lhe permitiriam, a exemplo do que se tinha passado nos outros arquipélagos, proceder ao povoamento das ilhas de Cabo Verde.

Com base naquelas, estabeleceu em Santiago como seu capitão donatário um comerciante oriundo de Génova que tinha sido um dos descobridores. E será justamente ele que o convencerá, depois de alguns anos de impasse, da completa impossibilidade em povoar o arquipélago dentro de parâmetros tradicionais que concebiam o espaço de forma endógena, até porque não existiam no Arquipélago recursos (minas, florestas e terras férteis) aludidos na Carta Régia, de modo a atrair colonos portugueses a investirem nelas seus capitais e trabalho.

A chave – que será não apenas deste impasse concreto, mas da própria forma de sobreviver nestas ilhas – é encontrada. Ela não é nem mais nem menos do que a busca imperativa de inserção do arquipélago no jogo das trocas transatlânticas, uma vez que este, por si só, não constituía razão bastante e suficiente para atrair colonos. A atractividade só poderia advir, por conseguinte, do seu valor relacional.

No que consistia então tal valor?

Não podendo fixar-se nos Rios da Guiné e nos seus mercados altamente rentáveis, o Arquipélago de Cabo Verde proporcionava aos portugueses, dada a sua proximidade ao continente, um espaço alternativo a tal possibilidade. Ao contrário, por serem afastadas o suficiente poderiam compensar os custos de um eventual estabelecimento na Costa – a hostilidade e a dependência dos poderes africanos que tal fixação acarretaria – além, é claro, de uma muito profunda alteração ecológica e epidemiológica. Por conseguinte, é no cruzamento destas duas exigências, aparentemente contraditórias, de ser perto e longe, simultaneamente, que Santiago, anteriormente repulsivo, surge como espaço comercialmente estratégico.

O primeiro grande ciclo histórico de crescimento económico continuado e acumulado de Cabo Verde assenta na valorização estratégica de Santiago como via de acesso aos Rios da Guiné e no facto de se transformar no mercado de revenda e distribuição das mercadorias da Guiné, primeiro para Península Ibérica e suas ilhas atlânticas, depois, com muito mais intensidade ainda, para o continente americano, em rápida e dinâmica colonização. Este é o fundamento central, o principal trunfo estratégico com que o Arquipélago assegura a sua inserção dinâmica no Atlântico em expansão comercial.

Situado onde, devido ao regime de ventos oceânicos, os navios estariam condenados a passar para entrarem no Atlântico Austral, Cabo Verde torna-se, em consequência, na porta

dos mares do sul, no equador estratégico do Atlântico. O formidável crescimento económico, demográfico e cultural que o Arquipélago regista durante todo o século XVI é fruto de uma **moldura histórica** que se caracteriza por uma conjugação de factores que podemos enunciar aqui de forma simples e esquemática:

- A. O exclusivo ibérico sobre o Atlântico médio e austral, consagrado nos tratados de Alcáçovas e Tordesilhas (1494);
- B. O domínio dos fluxos negreiros no comércio marítimo;
- C. A dependência da tecnologia da navegação de longo curso do regime dos ventos.

Esta conjuntura, ao valorizar o Atlântico como área de recrutamento maciço de mão-de-obra, transforma a Ribeira Grande no entreposto guineense por excelência, no elo de ligação entre a Guiné e o mundo ibero-americano. Num primeiro momento são os *moradores* - homens estabelecidos a título estável e duradouro - que assumem o papel dinâmico de abastecer, o entreposto negreiro, de escravos. Estrutura-se, num tempo mais ou menos breve, um empresariado local, que é simultaneamente armador e terra tenente.

Mas as fraquezas estruturais das ilhas não tardam a aparecer, comprometendo, a prazo, a permanência de Santiago nas linhas de tráfego oceânico. Quais são elas?

À medida que o comércio ibero-guineense cresce, os *moradores* vêm-se em dificuldades para atender, tanto a procura ibero-americana como a oferta africana de escravos. Se no início do séc. XVI recorriam às parcerias e às sociedades feitas localmente para avolumar o capital disponível de modo a enfrentarem eficazmente as necessidades do negócio e a reduzirem os riscos a ele inerentes, com a intensificação do processo da colonização das Américas, vão ser pura e simplesmente ultrapassados. Serão precisos, nesta nova fase, volumes de capitais muito superiores aos necessários antigamente e tal não está ao alcance dos armadores de Santiago. **A expansão dos negócios requer doravante a entrada em cena de grandes mercadores de Lisboa e Sevilha.**

Do ponto de vista da gestão político-administrativa, certos erros, pelo efeito acumulado, vão pôr em perigo, a prazo, a posição de entreposto de Santiago. Enquanto o fluxo comercial que transita pela ilha foi grande, a Coroa, que nunca teve preocupações quanto à morosidade dos procedimentos administrativos que a Alfândega da Ribeira Grande, impunha aos navios em trânsito nunca pôde praticar a sobre tributação. Ou seja, pôde utilizar a política fiscal não como um instrumento estimulador e indutor da actividade económica mas, sim, como uma fonte cómoda e administrativa de captar abundantes rendimentos.

Enquanto os negócios foram florescentes, os comerciantes puderam suportar, sem problemas de maior, agravamentos de cargas fiscais e os custos derivados da morosidade das escalas, porém, quando a concorrência chegou ao mercado, instaurando uma persistente pressão altista no preço de escravos comprados na origem, passaram a segregar estratégias para contornar a utilização de Cabo Verde. Assim, nasce a tendência, nos fins do século XVI, de viagens directas à Costa da Guiné e de ligações desta às Américas sem escala em Santiago.

Por detrás destes comportamentos, diríamos quase auto-destruidores, encontra-se o que podemos classificar de **gestão rentista**. Esta consiste fundamentalmente em obter rendimentos, não de um desempenho económico qualificado - baseado em ganhos de produtividade, na perícia de gestão ou em feitura de investimentos em capital fixo - mas, antes, no controlo de um bem natural e consequente cobrança pela sua utilização.

A soberania sobre o território e os privilégios comerciais, juridicamente outorgados, que asseguravam tanto o exclusivo de acesso à Guiné como a obrigatoriedade do fluxo negreiro fazer escala em Santiago, traziam aos *moradores*, à Coroa e aos investidores externos grandes rendimentos, dispensando-os de praticar preços atractivos ou de prestar serviços céleres. **Desta forma, a indiferença ao mercado foi grande.**

Mas as coisas funcionaram, ainda assim, com lucros fabulosos, enquanto vigorou a moldura - assente no exclusivo ibérico saído do Tratado de Tordesilhas - da impossibilidade de estabelecer bases comerciais nos Rios da Guiné e, por fim, na baixa autonomia dos navios nas travessias atlânticas. Contudo, com a *obliteração* do referido Tratado - pondo fim ao exclusivo português na Costa da Guiné - abriu-se espaço à construção de feitorias no continente, e o aparecimento de navios dotados de capacidade técnica em atravessar o Atlântico sem escala, o entreposto é atingido em cheio, nada podendo impor a utilização onerosa de Santiago como escala obrigatória no comércio negreiro.

1.2.3. O Ciclo do Mindelo

O Mindelo, talvez seja um caso extremo da exogeneidade e da transitoriedade do impulso ao desenvolvimento. As três tentativas de colonização agrária da ilha, assentes em valores absolutos e ensimesmados do espaço, revelaram-se não só fracassadas como trágicas - mortes por inanição, deserção em massa para as outras ilhas e em recursos desbaratados - logo quando foram surpreendidas pelo reaparecimento das secas.

O que veio, em minha opinião, a resgatar S. Vicente da sua sorte, até então, medíocre e marginal foram os reordenamentos tecnológicos, políticos e económicos ocorridos no amplo xadrez atlântico na primeira metade do séc. XIX.

Revisitemo-los sumariamente, só para que se possa compreender a razão deste milagre que foi a transformação da mais pobre das ilhas de Cabo Verde num dinâmico centro urbano e portuário.

Na primeira metade do séc. XIX assiste-se ao redesenhar do mapa político do Atlântico Sul. Emergem no contexto das nações independentes duas ex-colónias ibéricas - a Argentina e o Brasil - de grande potencial económico. De vocação exportadora, as suas economias serão, com a Independência, arrastadas para a órbita comercial inglesa, o que cria a potencialidade de uma linha de tráfego marítimo que atravessa o oceano numa diagonal nordeste-sudoeste.

A Inglaterra necessita abundantemente de alimentos para as suas grandes e crescentes concentrações urbanas bem como de matérias-primas para a sua indústria em expansão,

enquanto aquelas nações necessitam de produtos industriais, serviços e capitais. **Cabo Verde, por imperativo de geografia, encontra-se no traçado desta nova ligação.**

A sorte dos Arquipélagos depende sempre da tecnologia da navegação marítima de longo curso. O aumento brusco dos fluxos comerciais internacionais ocorrido no segundo quartel do século XIX tornou caduca a milenar navegação veleira. Tornou-se então necessário encontrar uma outra fonte de energia mais apropriada a fazer deslocar os navios. A solução será a máquina a vapor – elemento central da primeira revolução industrial – que, por sua vez, tem o carvão como combustível. O carvão impõe, para que os navios mantivessem espaço livre destinado às cargas comerciais, reabastecimentos frequentes. Dos portos agora requer-se que sejam estações de armazenamento e carregamento de carvão, além de serem profundos, de modo a receber navios de grande calado. É justo dizer que de todos os Arquipélagos atlânticos é Cabo Verde que mais vantagens possui face a este novo ordenamento.

Aos vapores, a escala cabo-verdiana revelava-se muito mais imprescindível do que a das Canárias, Madeira ou Açores. Vindos da Europa, à latitude destes arquipélagos, os navios ainda tinham *stocks* de carvão e de outros provimentos relativamente compostos. Chegando a Cabo Verde, a meio da viagem, os *stocks* já se encontravam em níveis baixos ou praticamente esgotados. Portanto, caso não fossem recompostos, já não haveria muitas oportunidades de o fazer, uma vez que entre este arquipélago e Buenos Aires, Rio e S. Paulo não existem ilhas oceânicas. O mesmo se passava nas viagens de sentido inverso. E nisto creram a Administração e a sociedade cabo-verdiana até o exagero da ingenuidade.

É, pois, tendo como moldura atlântica a hegemonia britânica consagrada no Congresso de Viena, o vapor como elemento tecnológico e os fluxos comerciais não escravocratas, substituídos pela vaga de emigração livre e europeia para os “novos mundos”, que S. Vicente é chamada para o centro dos tráfegos. No entanto, não tendo capacidade local de reacção, serão os investidores ingleses, ligados ao sector da marinha mercante, que vão criar a capacidade local de aproveitar esta oportunidade. Durante todo o ciclo do Mindelo, os ingleses têm o monopólio real de criação de empresas carvoeiras, sector motor do desenvolvimento. Os cabo-verdianos pagarão muito caro esta incapacidade de iniciativa empresarial, mas a prazo somente. Acreditando na inevitabilidade da escala cabo-verdiana aceitam como normal que os ingleses vendam a preços elevados e especulativos o carvão aos navios em trânsito, facto de resto facilitado pela posição de cartel em que estes últimos se encontram. Da mesma forma que admitem que a Administração portuguesa forneça serviços morosos e penalizadores. Nada se altera com isso. Os clientes não têm alternativas. Em pouco tempo, a posição estratégica facultou lucros excessivos, impostos abundantes e gerou empregos sem dificuldades, ainda que mal pagos.

Mas logo que a concorrência das Canárias se intensificou - proporcionando aos clientes formas de atenuar a obrigatoriedade da utilização da estação carvoeira de S. Vicente e repercutindo-se imediatamente no nível da procura - ficou claro que o mercado não estava garantido pelas condições naturais. O consenso em torno da forma de gerir esse recurso essencial – a posição estratégica – estalou então como verniz. A uma parte ampla da sociedade só por um novo comportamento dos operadores económicos o futuro de Porto

Grande estaria assegurado e um novo comportamento significava, naquele contexto, a fixação de preços de venda do carvão em função da concorrência, a realização de investimentos em capital fixo de modo a melhorar a capacidade das operações, abrandamentos fiscais e procedimentos burocráticos céleres. Para os investidores externos não é interessante sacrificar elevados lucros imediatos em favor da competitividade futura uma vez que almejam antes ganhos chorudos, proporcionados por uma conjuntura excepcionalmente favorável, mesmo que em detrimento da atractividade futura. **Há um conflito que, de resto não se esgota neste ciclo, entre os interesses dos investidores externos, que se concebem a si próprios como migrantes e móveis, e os interesses locais, que se pensam dependentes da ancoragem territorial.**

Enquanto os cabo-verdianos se batem para que o estímulo estratégico provoque um amplo efeito multiplicador, mobilizando o maior número possível de actores sociais e repartindo os benefícios por um círculo alargado, os investidores – ingleses na sua esmagadora maioria – propendem a uma **lógica de enclave**. Pretendem, com o mínimo de custos e em posição de privilégio, apropriar-se do rendimento estratégico e transferi-lo para o exterior.

No Porto Grande, este conflito ganhou grande intensidade, tornando-se mesmo particularmente notório nos princípios da década de 90 do séc. XIX. Perante a alteração da **moldura externa** - pela depressão das economias sul-americanas, pelo aparecimento de vapores mais poupadores de carvão e, sobretudo, pelo acirramento da concorrência no fornecimento carvoeiro feita pelos portos das Canárias - o movimento que a sociedade civil cria, apercebe-se do perigo iminente da fuga da navegação e da possibilidade da marginalização, a prazo, do Porto Grande.

Pretendiam substituir a gestão rentista, que assentou na visão ingénua e passiva de que sendo obrigatória aos vapores da rota da América do Sul e dos da rota do Cabo a utilização do Porto Grande, os lucros das carvoeiras, os impostos da Administração, os negócios dos comerciantes de bordo, os salários dos trabalhadores, enfim que tudo estaria, por conta disso, garantido, fossem quais fossem a qualidade e o custo dos serviços. **A posição geográfica asseguraria por si só a actividade.**

O movimento mindelense, ao contrário, descortina em vez do rentismo, a competitividade. Na medida em que o valor estratégico da posição geográfica de Cabo Verde se depreciara, em razão do surgimento da concorrência e da tendência à alteração do padrão tecnológico, a atractividade do Porto Grande só poderia basear-se, doravante, na qualidade e no custo dos seus serviços e produtos.

Em consequência, formulam propostas integradas e sequenciais de medidas a tomar no sentido da aquisição da competitividade, isto é, a alteração da estrutura empresarial do sector de fornecimento carvoeiro.

Até então, os investidores gozaram de imensos privilégios. Tiveram isenções na importação de materiais, concessões generosas de terreno na orla marítima mindelense e outros que tais. Mas talvez o maior trunfo, porque era daí que retiravam a base do poder que lhes facultava a possibilidade de ganhos especulativos, das companhias inglesas estabelecidas no Porto Grande tenha sido, mesmo que a, prazo, tudo viesse a ficar comprometido, o facto

de a política local lhes permitir criar e recriar uma estrutura oligopolista. A preocupação de sustentabilidade não está no centro da racionalidade destes investidores externos. Por isso mesmo, este movimento propõe alterar profundamente a política de licenciamentos. Em vez de poucas companhias, sempre propensas a fusões e acordos, e, ainda por cima pertencentes a uma única nacionalidade, defendem a multiplicação de licenciamentos e a diversificação das nacionalidades das empresas licenciadas. Advogam, indo mais longe, a criação de uma companhia cabo-verdiana, ou, então, na impossibilidade, portuguesa, que servisse de reguladora de preços.

Outra reivindicação foi a da diversificação da actividade económica. Aliado ao abastecimento carvoeiro, os empresários locais batem-se pelo desenvolvimento do turismo, susceptível de ser desenvolvido em razão do trânsito constante de passageiros a caminho da América do Sul, da Índia e da Austrália. Assim, poderiam desempenhar um papel relevante no processo económico, uma vez que o sector carvoeiro lhes estava na prática vedado. Além disso, era a base social de desenvolvimento que se alargaria. **Á diversificação sectorial junta-se o impulso da criação de mais portos carvoeiros no Arquipélago, o que levaria à concorrência entre eles, como aliás havia acontecido nas Canárias.**

Não tendo grande capacidade de se associarem para defender os seus interesses, os cabo-verdianos perdem sucessivamente quase todas as batalhas em prol da capacitação competitiva do Porto Grande no contexto do Atlântico Médio.

Há um enorme desequilíbrio na balança do poder entre a sociedade local e o patronato inglês. Baseado num poder político forte, do qual dependia política e financeiramente, o Estado português, as direcções das carvoeiras têm capacidade real de influenciar em seu favor as decisões do poder central, em Lisboa, além da faculdade de meter muito dinheiro nas campanhas, para determinar o resultado das eleições locais. Por isso, as intenções de reforma, quando contrárias aos seus interesses, dificilmente são implementáveis.

É, pois, esta forma rentista de gestão das oportunidades abertas pelo ciclo de carvão que torna o Porto Grande incapaz de enfrentar eficazmente a concorrência das Canárias, que o faz não preparado para fazer face à chegada dos combustíveis líquidos conferindo mais autonomia aos vapores e que o coloca em situação completamente vulnerável ante a perda de intensidade do fluxo náutico da rota do Cabo.

1.3. As relações de Cabo Verde com a União Europeia : Cenários e Opções

A maioria dos cidadãos da UE aspira a mais e melhor Europa: uma Europa da economia, certo, mas também uma Europa social e cultural sustentada num projecto político de integração regional e de projecção no mundo.

Presentemente, o debate que nos anima, tem a ver com a ratificação, em curso, do “Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa” assinado em Roma, a 29 de Outubro de 2004, pelos Chefes de Estado e de Governo. Os protagonistas do SIM e do NÃO dividem-se não quanto à necessidade do projecto em si, mas quanto á natureza deste último.

Esse texto constitucional pretende consolidar não só o alargamento da Europa de 15 para 25 Estados depois da adesão histórica de 10 novos países, ocorrida a 1 de Maio de 2004, como aprofunda a integração, propondo instituições, técnicas e procedimentos renovados de que resulta uma nova UE. Reforça, desta feita, a capacidade e, conseqüentemente, a posição da U.E. na cena internacional, como actor global, político, económico e financeiro que é.

Não restam dúvidas que o modelo da integração europeia, de liberdade e de paz duráveis, de progressos económicos e sociais constantes, inspira o resto do mundo, que nas suas diferentes regiões adopta projectos de integração na perspectiva de vir a angariar benefícios idênticos. Esse modelo exerce, por outro lado, uma forte atracção, se tivermos em conta todos os que dele se querem aproximar.

Enquanto os europeus discutem o seu futuro, o que vem animando, paralelamente, os cabo-verdeanos, é a questão da relação do seu país com essa entidade europeia, ou mais precisamente a forma para a qual deve evoluir a relação que existe entre ambos.

Muita tinta já correu sobre o assunto. A este propósito, podemos relembrar o artigo publicado, em 8 de Fevereiro de 2005, no Diário de Notícias pelo Prof. Adriano Moreira que, em síntese, transcrevemos: “ (...) *Os temas europeus não estão muito presentes nos debates em curso, como se a dependência do País em relação às orientações da União não fosse de uma importância crescente. Uma dependência que tem que ver com as políticas sabidas e também com as políticas furtivas que se vão concretizando sem a participação dos Parlamentos nacionais e informação à opinião pública.*

Uma das vertentes que parecem exigir maior atenção, pelos reflexos que tem nos interesses dos restantes membros, é a do alargamento, agora a caminho de se transformar num ritual, com ponto final predeterminado, as negociações para a admissão da Turquia.

O alargamento para leste parece inspirado pelo objectivo, não declarado, de recolher toda a herança da NATO com adaptação do seu conceito estratégico de levar a libertação do Atlântico aos Urales, articulando sem grande meditação as definições de comunidade e de aliança.

Talvez seja oportuno, e necessário, olhar criticamente para o Atlântico de onde partiu o movimento, dando atenção ao risco de afastamento entre o europeísmo e o americanismo, considerar a necessidade de continuar a tentar modelar a articulação entre a segurança do Atlântico Norte e a do Atlântico Sul, e repensar o estatuto dos arquipélagos que pontuam a linha divisória.

Os arquipélagos portugueses estão por isso na Europa, assim como as Canárias estão na Europa por serem parte da Espanha. Todavia Cabo Verde, um Estado independente, parece nunca ter despertado a atenção dos órgãos institucionais, no sentido de serem iniciadas negociações para ser admitido na União.

Do ponto de vista do conceito comunitário, é indiscutível que a sua sociedade civil incorporou na identidade cultural os valores que são denominadores comuns dos europeus, sendo uma das expressões mais bem sucedidas das sínteses culturais a partir de um multiculturalismo derivado do modelo de povoamento.

(...)

No conjunto dos Estados que se tornaram independentes em resultado do movimento geral descolonizador impulsionado pela ONU, Cabo Verde, limitado de recursos, é um exemplo de Estado de Direito, cumpridor escrupuloso das obrigações internacionais, confiável se atendermos aos critérios que orientam a Administração republicana dos EUA.

Existe um movimento, ainda mal sustentado, no sentido de organizar uma espécie de unidade cooperativa dos arquipélagos atlânticos, e Cabo Verde nunca está ausente dos comentários publicados e das intervenções.

Mas, por outro lado, e voltando às questões da segurança, não é possível sugerir qualquer modelo de organização do Atlântico Sul, e de articulação entre a sua segurança e a do Atlântico Norte, sem incluir Cabo Verde no processo, supondo que não recusará o consentimento e a colaboração.

Por outro lado, a Europa é forçada a ter posição nesse projecto, que apelará ao interesse português, tantas são as soberanias de língua oficial portuguesa que se encontram nas duas margens.

Cabo Verde tem uma identidade e um desempenho que fazem do seu povo e da sua política uma referência segura de diálogo com todas as soberanias africanas, uma mais- -valia para a União Europeia.

Trata-se de um povo com uma importante diáspora, com comunidades instaladas em países europeus e nos EUA, sempre com integração sem problemas.

As autoridades portuguesas estão indicadas e legitimadas para terem a iniciativa de propor a abertura de um processo de adesão de Cabo Verde à União Europeia. (...)"

Referiu-se a questão de um estatuto especial reclamado por Cabo Verde, convertido posteriormente em parceria especial, à qual se veio acrescentar, por outro lado, a iniciativa de terceiros, propondo que o projecto seja estendido, nada mais nada menos, à adesão plena de Cabo Verde como membro de pleno direito da UE. Torna-se pois, urgente, fazer acompanhar a evolução desse assunto, e por quem de direito, de uma estratégia de comunicação clara e inequívoca, para a opinião pública tanto interna como externa a Cabo Verde.

Pretende-se contribuir para a elaboração dessa comunicação, ao analisar, *ex.– post*, alguns dos parâmetros que enquadram a questão em apreço. Em primeiro lugar, situando o conceito da UE, na sua definição e objectivos, contornos geopolíticos e acção externa. Em segundo lugar, para enfrentar os cenários que teoricamente sustentam ou não, qualquer situação ou pretensão, como os que já existem ou que vêm sendo anunciados por ou para Cabo Verde. Finalmente, para opinar sobre as estratégias da política externa de Cabo Verde, neste ou naquele sentido.

1.3.1. A União Europeia: definição e objectivos

O preâmbulo do Tratado Constitucional Europeu faz referência às heranças culturais, religiosas e humanistas da Europa, uma Europa doravante reunificada após experiências dolorosas, assim como, aos povos da Europa, decididos em forjar um destino comum.

O Artigo 1º do Tratado, segundo o qual a União é uma emanção da vontade dos Estados membros que lhe atribuem competências para atingir os seus objectivos comuns, estipula no seu ponto 2 que a União é aberta a todos os Estados europeus que respeitam os seus valores e que comprometem-se a promovê-los em comum. O artigo referente ao critério de pertença à União reforça este preceito e acrescenta que qualquer estado Europeu que deseja tornar-se membro da União dirige um pedido neste sentido ao Conselho que decide por unanimidade dos votos, ouvidos a Comissão e o Parlamento. As condições e as modalidades de adesão serão objecto de acordo entre os Estados membros e o Estado aderente, sujeito à ratificação por vias das regras constitucionais de cada um.

Convém ainda referir o artigo I-3.4, em que se estabelece que, nas suas relações com o resto do mundo, a União afirma e promove os seus valores e os seus interesses. **A União contribui, nomeadamente para a paz, a segurança, o desenvolvimento, a solidariedade, para o respeito mútuo entre os povos, assim como para o respeito do comércio justo, dos direitos humanos e para a luta contra a pobreza.**

Serve esta introdução para dizer que o Tratado por um lado, se não define a Europa geográfica nem estabelece fronteiras de forma clara, deixando um vago ou pecando mesmo por omissão nesse aspecto, por outro, fecha o conceito de Europa num conjunto de valores comuns e em referências históricas, culturais, religiosas, que definem uma identidade europeia colada ao continente que tradicionalmente sustenta esta última do ponto de vista geográfico. E desta feita restringe a noção mesmo de pertença à Europa, assim como a de Estado passível de aderir, à condição do requerente ser um Estado europeu.

1.3.2. A acção externa da UE: Adesão e Parcerias

A acção externa da UE, ou mais precisamente, uma leitura geográfica de algumas das políticas exteriores vem confirmar essa hipótese na mente dos decisores europeus.

A política do alargamento surge como um verdadeiro instrumento de política externa ao abrir o caminho aos estados europeus que desejam ser admitidos como membros da União. Para o efeito, estes últimos deverão preencher os critérios de elegibilidade e serem autorizados, por decisão unânime do Conselho, a iniciar o processo de adesão nas condições indicadas pelo artigo I - 58 do Tratado constitucional.

A **Política Europeia de Vizinhança** (PEV), oferece aos vizinhos imediatos que com a União tenham fronteiras comuns, a possibilidade de uma parceria privilegiada, com vista a estabelecer um espaço de prosperidade e de boa vizinhança, com fundamento nos valores comuns da UE, caracterizado por relações estreitas e pacíficas, baseadas na cooperação. A cobertura geográfica da PEV, segundo os documentos de orientação mais recentes da Comissão, diz respeito, na Europa, à Rússia, Bielorrússia, Ucrânia e Moldávia e, na região do Mediterrâneo, aos países do processo de Barcelona⁷. Existe, igualmente, uma recomendação de incluir na PEV, alguns países do Cáucaso do Sul.

É importante notar a esse respeito que a ligação entre a vizinhança e a adesão não é linear. Se para alguns países europeus inscritos no âmbito da PEV a questão da adesão futura

⁷Argélia, Marrocos, Líbia, Tunísia, Egipto, Palestina, Israel, Líbano e Jordânia

permanece aberta, já não é o caso dos países do Mediterrâneo, em relação aos quais qualquer perspectiva de adesão, se encontra, por ora, fora de questão.

A política de cooperação com os países em desenvolvimento e a cooperação económica, financeira e técnica com outros países, é conduzida no âmbito da acção externa. Ela oferece parcerias a esses países ou grupos de países – ACP, por exemplo – em relação aos quais a questão de uma eventual adesão, também, não se põe à priori.

De notar ainda que a África beneficia de uma atenção crescente por parte da UE. O diálogo UE – África, tem vindo a intensificar-se para cobrir não só questões ligadas à prevenção de conflitos e à gestão de crises, mas também preocupando-se, cada vez mais, com o desenvolvimento do continente africano.

Cada uma das políticas acima referidas é contemplada com um instrumento unificado – respectivamente instrumento de pré – adesão, instrumento de política de vizinhança e de parceria, e instrumento para a cooperação económica e desenvolvimento – visando simplificar os instrumentos existentes, actualmente, em apoio à assistência externa.

Para terminar, convém ainda acrescentar que o Tratado Constitucional reúne num único Título, todos os aspectos das políticas exteriores da UE. São assim tratadas sucessivamente a PESC, a política comercial comum, assim como, a política relativa aos acordos internacionais que a UE poderá concluir com um ou vários países terceiros ou organizações internacionais nas condições indicadas.

1.3.3. Políticas Internas da UE: Territórios do Ultramar e Regiões Ultraperiféricas

Duas outras disposições, de políticas internas, poderão complementar a análise feita sobre a acção externa da UE. Trata-se, em primeiro lugar da situação específica dos países e territórios do ultramar, portanto não europeus, os quais têm relações particulares com a Dinamarca, França, Países Baixos e Reino Unido. Em virtude do Título IV- III do Tratado, esses países e territórios são associados à UE e beneficiam, nesse contexto, de condições particulares segundo os objectivos enumerados, com vista a salvaguardar os interesses dos seus habitantes, bem como, promover o desenvolvimento económico, social e cultural dos mesmos. Em segundo lugar, das regiões ultraperiféricas de certos Estados Membros: Guadalupe, Guiana francesa, Reunião, Madeira, Açores e Canárias.

Considerando a situação económica e social de atraso estrutural destas regiões, agravada pelo seu afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis, dependência económica de um número limitado de produtos, as mesmas beneficiam de tratamento especial e de políticas que tenham em conta tais constrangimentos, afim de favorecer a sua integração no resto da UE, mas também no contexto regional próximo a cada uma.

Assim é que, de entre as várias políticas que lhes são aplicadas, essas regiões beneficiam particularmente, no quadro do FEDER do INTERREG III relativo à cooperação transnacional e transfronteiriça, mais particularmente do programa INTERREG C “ Sul” que visa a cooperação inter – regional.

Desta feita, o programa 2000 – 2006 para o Espaço “ Açores – Madeira – Canárias”, visa a integração económica, social e territorial entre essas regiões atlânticas e entre estas e a sua proximidade geográfica imediata. Por outro lado sinergias são previstas entre o FEDER e o FED relativo à cooperação ACP – U.E., para favorecer essa cooperação de proximidade, aplicando-se, assim, ambos os casos, à situação de Cabo Verde.

1.3.4. Cabo Verde e a UE: Cenários

A eleição de cenários possíveis que fundamentem uma relação de Cabo Verde com a UE, ou a evolução dessa relação, passa necessariamente pelo crivo da definição da UE através dos objectivos, contornos e políticas externas e internas, tal como analisados acima, à luz do Tratado Constitucional que estabelece a nova UE.

A. Estatuto particular

Como Estado soberano que é, está excluída a hipótese de Cabo Verde vir a ter na sua relação com a UE, um Estatuto de país ou território do ultramar, ou ainda, de região ultraperiférica, à excepção, neste último caso, do benefício da cooperação inter-regional como referido acima. Com a independência adquirida em 1975, Cabo Verde deixou, irreversivelmente, de pertencer a uma ou outra dessas categorias, pese embora o perfil de insularidade e de vulnerabilidade muito próximo das mesmas.

B. A questão da adesão

No que diz respeito à hipotética adesão de Cabo Verde à UE, é certo que Cabo Verde partilha os valores humanistas, culturais e democráticos, os mesmos que fundamentam a UE e que esta promove na sua acção externa. Mas esses valores são hoje património da humanidade e não exclusivamente europeus. É certo que Cabo Verde é um regime de direito democrático, estável, com uma gestão macro-económica que se inspira nos critérios de Maastricht, uma gestão criteriosa dos seus recursos que lhe abre o caminho para o *acquis* comunitário. Cabo Verde só tem a ganhar em prosseguir nessa via da governação da coisa pública, que também não é uma exclusividade da Europa. E certo ainda que a história e a cultura de Cabo Verde foram beber nas várias margens do Atlântico mas a sua raiz geopolítica é África. Talvez uma outra África, entendida como fruto da diversidade africana, como também há várias *Europas*. Uma África a que Cabo Verde pertence e anima, através da sua integração sub-regional e regional, que aspira ao progresso e ao *dépassement* das taras do passado e inserindo-se, plenamente, no dialogo das culturas e das civilizações.

Enfim, poderíamos continuar, mas a verdade é que o principal obstáculo a uma possível adesão de Cabo Verde é de ordem estruturalmente política. O Tratado Constitucional ao dar corpo jurídico aos critérios da adesão, reserva esta última exclusivamente aos estados europeus, não fazendo senão reflectir a visão política dos actores da integração europeia, ontem como hoje, de Schuman ao actual Tratado. Da mesma forma que um Estado europeu não ira aderir à UA ou à OEA, inversamente um Estado africano não aderiria à UE sem pôr em causa a sua pertença à organização regional africana.

Consoante a teoria das organizações internacionais, a universalidade de umas (ONU, OMC,...) permite a coabitação de todos os Estados quaisquer que sejam as suas origens. Da mesma forma que organizações internacionais da “terceira geração” à dominante cultural como projecto político – CPLP, por exemplo – permitem uma “interregionalidade” entre países de continentes diferentes. Tratando-se as organizações de segunda geração, de integração ou de cooperação regional, caso da União europeia ou da União africana, o critério geopolítico surge fundamental na determinação da adesão versus não adesão.

C. Que parceria?

Uma parceria *tout court*, isto é, não adjectivada, uma parceria qualificada de “especial” como propõe o Governo de Cabo Verde ou ainda de “estratégica” como já existe no figurino europeu para outros casos, com vista a definir a relação actual ou futura entre Cabo Verde e a União, levanta duas questões essenciais: a natureza e o grau dessa relação.

O documento de estratégia que estabelece a relação entre Cabo Verde e a UE para o período 2001-2007, relembra que Cabo Verde aderiu à Convenção de Lomé II, dois anos após a sua independência em 1975 e que manteve, em seguida, essa relação através das sucessivas Convenções de Lomé, as quais foram substituídas, a partir do ano 2000, e por um período de 20 anos, pelo acordo de Cotonou.

Essa relação, definida num quadro multilateral (UE – ACP) e executada por via bilateral (UE - Cabo Verde), tem como característica principal o facto de estabelecer uma parceria baseada, sobretudo a partir do Acordo de Cotonou, num diálogo político sobre questões essenciais e fundamentais, na perspectiva de virem a ser estabelecidos Acordos de Parceria Económica (APE).

Pese embora a reconhecida gestão transparente e eficaz dos fundos que tem levado Cabo Verde a ter um índice de performance razoável e a beneficiar, nesse âmbito, de fundos adicionais por mérito, como a segunda e a terceira “tranches” do 8º FED, essa cooperação apresenta, contudo, alguns problemas como sejam, uma previsibilidade limitada aos recursos do Programa Indicativo Nacional (PIN), menor previsibilidade no que tange aos desembolsos ou ainda uma grande irregularidade dos outros instrumentos fora do PIN.

D. Parceria especial

Mas o Governo de Cabo Verde quer ir mais longe e pretende beneficiar, através de uma parceria especial com a UE, de um conjunto de vantagens e de garantias adicionais que o actual Acordo de Cotonou não concede por insuficiência de objectivos e de meios.

Cabo Verde continua a gerir uma dependência que persiste dos nossos dias com um triplo rosto: económico, em relação aos recursos externos, ambiental, com origem nos constrangimentos físicos do país e, de segurança, pela incidência local de vários aspectos da criminalidade internacional. E a transição de país menos avançado para país de desenvolvimento médio, se não for devidamente compensada, poderá trazer consequências em termos de custos de financiamento para o nosso próprio desenvolvimento e agravar ainda mais a dependência.

A parceria proposta só terá sentido se, conseqüentemente, introduzir uma mudança radical na natureza e no grau da relação que hoje existe. Ela teria que implicar um quadro diferenciado de tratamento que viesse dar resposta aos anseios que estão na origem – a nível de proposta – da construção uma estratégia para o efeito.

Essa parceria não deve, contudo, ser exclusiva de outras parcerias com outras regiões e outros países, ainda que erigida em prioridade, de forma a criar-se, nesse âmbito, sinergias e complementaridade. Estaremos assim, com os desafios de hoje, a rever o velho conceito da nossa política de cooperação dos anos 70 e 80 do século passado, que apelava à uma diversificação das nossas relações, com vista a relativizar a dependência externa de Cabo Verde.

Enfim, a construção de uma tal parceria, qualquer que venha a ser o seu conteúdo, supõe à primeira vista que o seu princípio seja possível ou que essa possibilidade possa vir a ser criada. Não basta dizer-se que se trata de uma questão política, podendo ser solucionada através de um *lobby* político.

Analisemos então algumas das questões que se colocam nessa via.

- ***O acolhimento político e jurídico de uma tal proposta***

Nas disposições do Tratado de aplicação geral relativas à acção externa da UE, vem indicado (artigo III - 293) que as decisões nesse âmbito podem dizer respeito tanto às relações da União com um país ou uma região, como também ter uma aproximação temática. Assim, o Tratado prevê que a União possa concluir acordos com países ou organizações internacionais nos domínios da PESC, do Comércio, da Cooperação com os países em desenvolvimento, da Cooperação económica, financeira e técnica com outros países e da ajuda humanitária.

Quanto à competência da União para concluir acordos internacionais, ela vem referida, como princípio geral, pelo artigo III-323 ou, tratando-se de um acordo de associação, pelo artigo III – 324. Já o artigo III-325 estipula os procedimentos a seguir para todos os casos à excepção dos acordos monetários (III-326), assim como o processo decisor do Conselho por unanimidade ou maioria qualificada, com a aprovação ou o parecer do Parlamento, segundo os casos. Desta feita a regra da unanimidade é de princípio para a conclusão de acordos de pré – adesão e de associação.

A dificuldade política em acolher a parceria proposta não resulta apenas da segmentação com sede no Tratado, que reserva um capítulo específico da acção externa aos países em desenvolvimento (onde se insere Cabo Verde) e ao respectivo acordo que organiza os procedimentos de cooperação para essa categoria de países⁸. Ela provém também da recolha da unanimidade dos 25 Estados membros actuais, que seria necessário para acolher uma parceria numa forma que constituísse uma excepção, tanto para a ordem jurídica e para as políticas estabelecidas, como para os instrumentos de ajuda que atendem cada tipo de acordo. Uma excepção que abriria precedentes para justificar outras solicitações, vindas de outros países, na mesma linha.

⁸ Mormente, o Acordo de Cotonou.

- ***Sobre a especificidade de Cabo Verde***

Cabo Verde alinha efectivamente um conjunto de parâmetros que aproximam o país da Europa, podendo justificar uma parceria especial com esta última: as mesmas referências culturais e religiosas; a observação dos mesmos princípios democráticos na vida política, a governação assente no Estado de direito, o respeito dos direitos humanos; uma economia estreitamente ligada, senão dependente da Europa (paridade fixa da moeda com o Euro, valores da importação e da exportação, da ajuda pública, do investimento externo), ou ainda o factor humano de uma emigração cabo-verdiana na Europa estimada em 2/5 da população residente nas ilhas.

Tais vínculos, atendendo à dimensão humana, económica e monetária de Cabo Verde de expressão marginal para o conjunto europeu, de um ponto de vista teórico até que poderiam argumentar positivamente no sentido da pretendida parceria. Resta determinar se a contrapartida oferecida por Cabo Verde, em termos de vir a constituir uma plataforma económica e uma ponte securitaria para o dispositivo de segurança europeia (PESD) e da NATO, nessa região “Sul do Atlântico Norte” motivaria, uma vez mais, uma decisão de excepção.

- ***Consolidação ou rompimento de solidariedades estabelecidas***

Por um lado, baseada nesse conceito de *país útil*, a parceria especial para ser bem sucedida não poderá prescindir – se da outra margem da ponte, o que significa que Cabo Verde devesse também prosseguir na via da consolidação da sua integração regional africana ou sub – regional oeste – africana. Por outro lado, ao admitir-se a hipótese de uma parceria especial, necessariamente, fora do Acordo de Cotonou, ela levantara o problema do rompimento da solidariedade ACP, questão a ser levada em conta.

Conclusão

A zona central da Europa é um território que se estende de Milão a Londres num eixo Sueste/Noroeste com uma população de cerca de 136 milhões de habitantes, uma densidade de população de 230 h/km² e um PIB médio *per capita* 20% superior à média comunitária.

A situação do centro pode, pois, ser razoavelmente ilustrada pela das seguintes capitais nacionais: Bruxelas, Luxemburgo, Amesterdão, Londres, Copenhaga, Paris, Berlim e Viena. Note-se ainda que um círculo englobando estas 8 grandes aglomerações abrange igualmente regiões caracterizadas por uma forte densidade de população e um PIB elevado como o Sueste de Inglaterra, Ródano-Alpes ou o Norte da Itália.

Se bem que nem todas as regiões incluídas nesta zona sejam favorecidas é, contudo, neste espaço que se situa indiscutivelmente o centro de gravidade económico da UE. É nesta zona que se concentram as capacidades produtivas mais importantes bem como os mercados mais consequentes. Uma relativa proximidade geográfica favorece, pois, um forte volume de trocas comerciais e fluxos de transporte elevados.

A situação da periferia continental da UE pode ser avaliada mediante a de todas as outras capitais. Saliente-se que a área coberta por estas aglomerações não compreende certas periferias continentais mais longínquas da Comunidade, como as regiões do Norte da Suécia e da Finlândia. Esta escolha permite ainda calcular o preço dos transportes a partir de pontos onde os volumes de produção e de consumo e, portanto, de tráfego estão geralmente entre os mais favoráveis das respectivas zonas.

O mercado único europeu é uma noção abstracta para as ilhas

Visto sob o prisma do preço dos transportes, o mercado único europeu continua, para as regiões insulares, a ser, em larga medida, uma noção abstracta. Para aceder às principais zonas de produção e de consumo da União as ilhas suportam custos adicionais particularmente elevados.

Os ilhéus pagam em média duas vezes mais caro do que os habitantes das capitais dos 25 Estados-Membros para encaminhar mercadorias no transporte por contentor para esta zona. No domínio do transporte rápido de produtos perecíveis, a utilização do transporte aéreo significa diferenças ainda mais espectaculares.

A análise da situação das ilhas relativamente às regiões do centro e da periferia do território da União resulta nas indicações seguintes:

- A. Relativamente às 8 capitais mais centrais da EU -Londres, Paris, Luxemburgo, Amesterdão, Bruxelas, Viena, Berlim e Copenhaga os preços de transporte pagos pelas ilhas para atingir esta cidade são 3,5 a 7 vezes mais elevados para o transporte convencional;
- B. Relativamente à periferia continental da UE, as ilhas conhecem custos adicionais da ordem de 50% para o transporte convencional. Para o transporte rápido, as diferenças vão de 1 a 4. As diferenças entre a insularidade e a perifericidade neste domínio não são, pois, marginais.

A importância do custo adicional suportado pelas ilhas relativamente ao continente pode também ser sumariamente avaliada subtraindo ao preço do transporte entre Maastricht e as ilhas o do transporte entre esta cidade e o seu porto de embarque.

No conjunto das 21 regiões insulares, este custo adicional representa quase 3.000 euros para um contentor de 40t, isto é, o triplo do preço médio que seria necessário pagar para transportar esta mesma carga entre Maastricht e as 8 capitais mais centrais da UE. Este custo adicional varia, todavia, de modo importante consoante as regiões insulares, indo de € 428,00 nas Cíclades a € 7.139,00 na ilha da Reunião.

Nesse contexto, a livre circulação de mercadorias, que constitui um objectivo fundamental da construção comunitária, só parece ser uma realidade no plano aduaneiro. É bem evidente que, nas regiões da periferia e mais ainda nas ilhas, não existem actualmente condições comparáveis às do centro para aceder às maiores zonas de produção e de consumo da UE. Na falta de igualdade nos custos de transporte, a liberdade de circular beneficia, antes de mais, os que estão mais bem situados.

O centro da UE beneficia assim de um verdadeiro fenómeno de bola de neve, onde preços de transporte particularmente vantajosos alimentam uma dinâmica de crescimento que eles contribuem para criar. O alargamento da UE, feito essencialmente na Europa Central, só poderá reforçar esta dinâmica, ao mesmo tempo que talvez desloque o seu centro de gravidade.

Inversamente, as zonas situadas na periferia da UE são penalizadas no seu acesso a esse mesmo centro de gravidade. Um desenvolvimento policêntrico do espaço europeu poderia certamente obviar a este estado de coisas e permitir que estas regiões atingissem a massa crítica necessária para criar condições de transporte mais favoráveis.

Mas o que acontecerá às ilhas? O carácter finito dos espaços insulares, os limites dos seus recursos naturais e humanos, a debilidade (na maioria delas) do seu mercado de proximidade, inscrevem estes territórios numa perspectiva muito diferente. **As ilhas, pelo menos as mais próximas, serão sem dúvida beneficiárias de um desenvolvimento policêntrico da Europa, que reduzirá os seus custos de acesso a certos mercados.**

Não obstante, terão grande dificuldade em se transformarem elas próprias em pólos de crescimento, na falta de uma política voluntarista de desenvolvimento económico e, portanto, de transporte, que lhes permita inverter as polaridades.

As ilhas ultraperiféricas diferem muito das do Mediterrâneo

A situação das ilhas não é, porém, homogénea, havendo diferenças importantes entre as ilhas mais próximas do continente e as mais afastadas, caracterizadas pela ultraperifericidade. Estas diferenças são de duas ordens: a intensidade e a natureza dos problemas encontrados.

Ao analisar o preço dos transportes entre as regiões insulares e o centro da UE, não se consegue à primeira vista isolar automaticamente as ilhas ultraperiféricas das do Mediterrâneo: aceder a Maastricht não custa forçosamente mais caro à Madeira ou às Canárias do que à Sicília!

Todavia, a formação do preço do transporte assenta em bases fundamentalmente diferentes. No caso das ilhas do Mediterrâneo, o essencial do preço do transporte com Maastricht depende do transporte rodoviário. Quanto mais afastado estiver o porto de embarque do centro da UE e se situar numa zona periférica que constitui apenas um mercado secundário para a UE, tanto mais os custos praticados pelos transportadores serão elevados. Assim, a Sardenha, a Sicília, e mais ainda a Grécia, impõem às mercadorias um extenso trânsito ao longo da península italiana.

Em contraste, as ilhas ultraperiféricas beneficiam de meios de acesso ao centro da UE muito mais favoráveis, na medida em que a sua posição geográfica lhes permite aceder ao transporte marítimo intercontinental. Dos DOM, das Canárias, da Madeira ou dos Açores, as mercadorias podem ser encaminhadas directamente para os portos da Europa do Norte.

Resulta daí que o preço de transporte pago pelas ilhas ultraperiféricas nas suas trocas com o centro da União depende essencialmente do transporte marítimo, intervindo o transporte rodoviário apenas marginalmente. Para as ilhas do Mediterrâneo, pelo menos para o transporte por contentor, a estrada representa 60 a 90% do custo total.

Se existe – exceptuando casos extremos como a ilha de Reunião – uma certa paridade entre as ilhas no custo de acesso ao centro da União, esta paridade deixa de existir logo que se compara o custo adicional realmente imputável à insularidade. Subtraindo ao preço de encaminhamento médio de um contentor de 40t para Maastricht o custo de encaminhamento desse mesmo contentor para o porto de embarque, o custo adicional insular assim obtido varia completamente consoante as regiões. Para as ilhas ultraperiféricas, é o quádruplo do custo adicional médio que conhecem as ilhas do Mediterrâneo!

Considerando o porto de embarque principal de um destino insular como a sua principal zona de trocas – ao contrário de Maastricht, que é um destino teórico – as ilhas ultraperiféricas são penalizadas desmedidamente no acesso ao seu mercado de proximidade continental.

A realidade insular de Cabo Verde

Se é certo que os impulsos ao desenvolvimento são, dada a exiguidade e insularidade de Cabo Verde, necessariamente externos e transitórios ou seja, sustentados por uma determinada configuração momentânea e transitória de factores exógenos, o que significa que não são controlados e nem controláveis a partir do Arquipélago, não é menos verdade que existe, ainda assim, um espaço de liberdade na gestão deste determinismo.

Até agora, ao longo dos ciclos invocados, a gestão das oportunidades que circunstancialmente se abriram a Cabo Verde de inserção internacional tem sido passiva, a reboque e rentista. De certo modo depredatória.

Quando há, consome-se e gasta-se, quando deixa de haver, empobrece-se, por não se ter criado nenhuma capacidade local de antecipação, de formulação de alternativas e de resistência.

A História ensina que o rentismo não gera processos económicos cumulativos e sustentáveis na perspectiva de longa duração, ainda que, impõe-se reconhecer, que seja capaz de proporcionar conjunturalmente muitos ganhos. Só se pode obter sustentabilidade, se se drenarem os recursos obtidos inicialmente de forma rentista, para criar capacidade competitiva, em primeiro lugar e para, em segundo, implementar programas de diversificação. Assim, o gozo das oportunidades externas, em função dessa estratégia de gestão, pode prolongar-se e os seus efeitos perdurarem para lá do fim do ciclo.

Se o rentismo induz ao autismo, a busca da competitividade propende ao acompanhamento das dinâmicas envolventes. Se aquele consente e conforma-se com a passividade, esta estimula uma atitude exploratória, criativa e de acção. A História condena o rentismo.

Historicamente também se depreende que o desenvolvimento é uma relação de poder. Os vários participantes nos ciclos históricos de inserção de Cabo Verde nos fluxos de trânsito transatlântico têm interesses simultaneamente comuns e divergentes. Entre os investidores externos, o poder político, os empresários locais e os trabalhadores existem visões não coincidentes do que é certo.

No entanto, a experiência histórica mostra que só pela organização associativa, sob diversos padrões disponíveis, os actores locais, adquirem capacidade de uma parceria equilibrada com os investidores externos, elementos indispensáveis do desenvolvimento.

Cenários e Opções nas relações entre Cabo Verde e a UE

Poder-se-á pensar que nos escudámos na leitura jurídica do Tratado para balizar caminhos ou alternativas de uma relação que, antes de mais, deverá fundamentar-se no plano político do interesse mútuo da UE e de Cabo Verde.

Isto é tão verdade se atendermos ao facto que o Tratado apenas dá corpo jurídico à expressão de uma visão política que preside à construção europeia no geral, e à sua acção externa, em particular, fixando-lhe os limites. Consequentemente, qualquer mudança no projecto político abre a via à revisão do Tratado.

Porque de visão estamos a falar, ela preside, igualmente, à governação em Cabo Verde, de que a política externa é parte integrante, atribuindo a esta última, missões, com políticas de orientação e estratégias de execução.

Se essa visão passa por um projecto de sociedade ao qual aspira o povo cabo-verdiano, para o seu desenvolvimento económico, social e de segurança, caberá às missões da política externa confortar a posição de Cabo Verde no Mundo, procurando-lhe os meios complementares de que precisa, para poder atingir esses objectivos.

Aqui reside toda a justificação das estratégias visando essa presença e a construção de parcerias, clássicas ou inovadoras, com essa finalidade.

No caso da UE, a análise feita levou-nos a considerar, para além do *status quo* que representa a manutenção do quadro de Cotonou, os cenários contemplando, quer um estatuto inerente à condição de país ou território do ultramar ou de região ultraperiférica, quer a hipótese de adesão, quer ainda a construção de uma parceria especial.

Quer parecer-nos, pelas razões expostas anteriormente que a opção a ser feita repousa no conceito de parceria especial.

Uma opção ousada na sua formulação por parte de Cabo Verde, com a ambição que todo e qualquer Governo deve ter na busca de soluções duráveis, em nome dos interesses superiores do país de cuja governação tem a responsabilidade. Mormente se a sua acção decorre de uma legitimidade democrática.

Uma opção, porém, de atendimento mais complexo por parte da União Europeia, pelas razões igualmente expostas, no que concerne os “espaços” a conferir a essa parceria.

Uma opção aberta, por conseguinte, à negociação.

Com efeito, lembrando a teoria segundo a qual a política externa não se limita à prossecução no exterior de políticas internas, o facto é que, nas relações internacionais, como na dança, são precisos pelo menos dois parceiros, que não só deverão escolher a musica como também acertar o passo.

Desta forma, podemos sintetizar, recorrendo á analogia anterior, a música no seguinte quadro:

CENÁRIOS DE PARCERIA	VIABILIDADE
Estatuto Particular	x
Adesão	✓ / x
Parceria Especial	✓

2. Modelos de Desenvolvimento Económico Regional

Introdução

Mais do que nunca estamos colocados frente ao desafio de atribuir sentido, talvez, mais de um sentido à noção de desenvolvimento quando aplicada aos processos sociais, em particular, ao se tratar do desenvolvimento económico. Críticas tópicas e de ordem geral às teorias de desenvolvimento económico e à própria noção de desenvolvimento económico são, de facto, bastante antigas. No que se refere especificamente à chamada economia do desenvolvimento, várias controvérsias acompanharam-na desde o seu aparecimento no imediato pós-guerra, a começar pela reivindicação feita por alguns dos seus integrantes dela constituir um campo analítico específico da teoria económica. Mas foi a partir da segunda metade da década de 1970, com o crescente reconhecimento dos limites das políticas e projectos de desenvolvimento enquanto instrumentos de ‘emancipação’ económica e social das nações, que ganhou vulto a identificação dos impasses teóricos e práticos da promoção do desenvolvimento económico.

A amplitude e a profundidade das referidas críticas, algumas chegando ao ponto de negar a própria ideia de desenvolvimento, permitem considerar o presente capítulo como um intento de elaborar um argumento em favor desta noção ao mesmo tempo em que sugere um sentido a ser atribuído ao desenvolvimento económico. O capítulo baseia-se numa revisão da literatura recente na qual se constatou o papel proeminente conferido à diversidade, possivelmente a noção mais complicada nos debates sobre desenvolvimento, à semelhança do que se verifica em vários outros temas. Embora esta noção se tenha tornado um poderoso instrumento para os que propõem a rejeição plena da *óptica do desenvolvimento*, argumenta-se aqui que, ao contrário, ela oferece também novas possibilidades em termos conceituais e para a definição de estratégias de desenvolvimento.

Neste capítulo pretende-se sugerir uma compreensão sobre o desenvolvimento económico que seja compatível com as principais ressalvas à teoria e à prática recentes, ao mesmo tempo em que o torna indissociável do objectivo de obter uma crescente equidade social. Para cumprir com esse propósito, dividimos o capítulo em duas secções.

A primeira delas faz um breve apanhado sobre os principais conceitos subjacentes ao desenvolvimento económico regional endógeno num ambiente federal. Não se pretende analisar essas relações de causa/efeito no campo da teoria económica regional, mas simplesmente oferecer uma contribuição para a reconstrução do conceito e da política de desenvolvimento regional endógeno. Nesse exercício, procura-se aproximar duas abordagens, a regional ou espacial — que incorpora noções específicas da economia regional — e a macro-económica, correspondente ao crescimento endógeno.

A segunda secção apresenta uma região, como um espaço aberto, sofrendo influências do exterior, quer através da procura externa pelos seus produtos, quer devido às políticas económicas dos governos hierarquicamente superiores. As teorias de crescimento regional muitas vezes centram as suas análises nas relações da região com o exterior, particularmente na sua capacidade de exportar, desde que, num contexto de abertura inter-

regional, as actividades de exportação sirvam de suporte ao crescimento da região exportadora. Nesta condição reside a origem da teoria da base económica ou da base de exportação. A noção de actividade de base não se limita às indústrias “visíveis” de exportação, estendendo-se a todas as actividades que tragam recursos na forma de divisas para a região – como por exemplo, o turismo.

2.1. Desenvolvimento regional endógeno num ambiente federal

Nos últimos anos, as teorias sobre desenvolvimento regional sofreram grandes transformações provocadas, por um lado pela crise e declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e o surgimento de novos paradigmas de industrialização e de desenvolvimento local e, por outro, pelos novos paradigmas surgidos no âmbito da própria teoria macro-económica do desenvolvimento, cujo destaque se baseia na *teoria do crescimento endógeno*.

Por sua vez, essas causas estão associadas quer ao fenómeno da globalização das economias quer ao fenómeno da economia regional deixar de ocupar um lugar secundário na ciência económica. Acrescenta-se, ainda, que o novo papel do Estado, imposto quer pela crise fiscal/financeira quer pelos novos paradigmas institucionais e produtivos, entre os quais a descentralização, reduziu e redireccionou os instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional em poder do Estado central, facto que gerou múltiplas alternativas em matéria de regulação estatal, e planeamento regional e local.

O *novo* papel do Estado também será adicionado no esforço dessa reconstrução, mas de uma maneira diferente do que se procede normalmente. Isso significa que não se fará uma revisão da teoria do Estado para indicar o seu *novo* papel, mas o que se propõe fazer é fixar os princípios básicos do federalismo económico por meio dos quais se poderá conhecer os campos de acção entre União e unidades federadas.

2.1.1. Novos Paradigmas de Desenvolvimento Endógeno

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção de uma região – no caso em análise, Cabo Verde - cujo desdobramento é a retenção do excedente económico gerado na economia local e/ou a atracção de excedentes provenientes de outras regiões.

Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e do rendimento cabo-verdiano, num modelo definido de desenvolvimento regional. A novidade, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no facto de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios intervenientes locais, e não mais pelo planeamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo [Boisier (1988)] definido como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autónomas por parte dos intervenientes locais.

O modelo pode ser definido como desenvolvimento realizado *de baixo para cima*, ou seja, partindo das potencialidades socio-económicas originais do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento *de cima para baixo*, isto é, partindo do planeamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional. Essa última modalidade pode ser associada àqueles casos de implantação de grandes projectos estruturantes e que procura satisfazer a coerência de uma matriz de produto nacional.

Um outro aspecto desse modelo está associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, um sistema com coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos factores. Entre os modelos de desenvolvimento endógeno [Garofoli, 1992], os casos mais interessantes e paradigmáticos são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou pequenos empreendimentos circunscritos sobre um **território ou distrito industrial**.

Trata-se de sistemas que produzem verdadeiras *intensificações localizadas* de economias externas, que determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção *típica*. O grau de autonomia [Garofoli (1992)] desses sistemas é particularmente importante, e essa autonomia relativa é consequência de numerosas inter-relações existentes quer entre as empresas e os diferentes sectores produtivos locais quer entre o sistema produtivo, o ambiente e o contexto locais.

Isto pode ser entendido, ainda segundo a opinião do autor citado, como *meio* ou conjunto de factores históricos e culturais que estão sedimentados na comunidade e nas instituições locais.

A literatura e o debate recentes sobre o fenómeno do desenvolvimento regional/local endógeno têm-se dividido em duas grandes tendências, uma de natureza indutiva e outra considerada dedutiva [Federwisch e Zoller, 1986]. O interessante a notar é que há um certo consenso entre as duas tendências em reconhecer que, desde alguns anos, está a haver uma abertura de janelas de possibilidades para que regiões e locais circunscritos fora dos grandes eixos de aglomeração *fordista* pudessem iniciar seus processos de desenvolvimento.

Associados a essa linha estão aqueles autores que defendem políticas de implantação de distritos industriais do tipo *marshalliano*, os quais têm como maior fonte de inspiração os distritos industriais surgidos em determinadas regiões da Itália. Por um outro lado estão os autores que, preocupados com o declínio de várias regiões tradicionalmente industriais, passaram a defender iniciativas de reestruturação ou de estruturação regional baseada na *alta tecnologia*. Identificados com essa visão estão os partidários dos pólos tecnológicos.

Pela óptica da teoria macro-económica do desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento endógeno está associado à recente ruptura experimentada pela teoria tradicional do crescimento — o modelo de R. Solow é o mais representativo — na sequência do surgimento das teorias do crescimento endógeno, cujos fundadores parecem ter sido os *novos clássicos* R. Lucas e P. Romer. Sabe-se que a teoria tradicional do crescimento baseava-se numa função de produção na qual o volume da produção (Y) era função de dois

factores, Capital (**K**) e Trabalho (**L**), podendo ainda se agregar, no máximo, Terra (**N**): $Y = f(K, L, N)$. Esta fórmula era válida tanto para a empresa como para o conjunto da economia. Para obter uma variação no volume da produção (dY) era suficiente que houvesse uma soma de pequenas variações dos dois factores que podiam ser medidos por coeficientes designados de *produtividades marginais dos factores*. Além disso, alguns axiomas encarregavam-se de condicionar essa função de produção dentro de um comportamento linear.

2.1.2. Equívocos e Novas Fontes para os Acertos na Estratégia de Desenvolvimento Regional Endógeno

As características que constituem um caso regional paradigmático de desenvolvimento endógeno [Garofoli, 1992] não devem ser distorcidas nem consideradas como uma excentricidade. Ao contrário de ser um conceito correntemente associado ao isolamento, ao auto centrismo e auto-suficiência de uma determinada região, o desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas da região. O desenvolvimento endógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável por um longo período, deve-se centrar em três fontes alternativas àquelas de natureza puramente fiscal:

- A. Novo papel do Estado federado;
- B. Estratégia de desenvolvimento económico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta do capital fixo;
- C. Valorização dos novos factores de produção.

O governo federal deve ficar atento ao desequilíbrio estrutural entre as regiões, visando a manutenção da coesão e solidariedade regionais e, nesse caso, o seu papel no sentido de prover os estados e regiões em grandes infra-estruturas é de importância fulcral. Além disso, o papel do Estado enquanto coordenador das políticas fiscal-financeiras praticadas pelas unidades federadas é indispensável.

Aquelas três fontes formam o que podemos chamar de *tipo ideal* do desenvolvimento endógeno, mas sua fonte primária está associada fundamentalmente à formulação de um modelo de desenvolvimento que, por sua vez, depende do *paradigma social* gerado no seio da formação social local ou regional.

A forma e a composição do desenvolvimento endógeno — agrícola, industrial ou terciário; especializado ou não especializado; distrito industrial *marshalliano* ou pólos tecnológicos; etc. — deve variar de região para região ou de local para local, e depender das estruturas socio-económicas, culturais, institucionais e político-decisórias prevaletentes nos respectivos espaços.

2.2. O desenvolvimento turístico insular — uma modelização

Uma região — Cabo Verde - sendo um espaço aberto, sofre influências do exterior, quer através da procura externa pelos seus produtos, quer devido às políticas económicas dos governos hierarquicamente superiores. As teorias de crescimento regional muitas vezes

centram as suas análises nas relações da região com o exterior, particularmente na sua capacidade de exportar, desde que, num contexto de abertura inter-regional, as actividades de exportação sirvam de suporte ao crescimento da região exportadora. Nesta condição reside a origem da teoria da base económica ou da base de exportação.

A ideia fundamental da teoria da base exportadora é a de que o crescimento das exportações, X , gera efeitos de multiplicação e de aceleração no sector de mercado interno, não exportador, N , produzidos pelo efeito rendimento e pelos efeitos de encadeamentos para trás e para frente no processo produtivo, criando procura por serviços, como transportes, comunicações, financiamentos, etc. [...]

As exportações são consideradas **actividades básicas** porque exercem efeito multiplicador sobre as actividades de mercado interno [SOUZA, 1999].

O modelo faz depender o nível de produção e o nível de emprego da região das suas actividades exportadoras, que dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região – variáveis que o modelo considera exógenas. A ideia de abertura é levada à sua conclusão lógica: a região vive da procura externa e a ela deve-se adaptar para sobreviver. O modelo da base económica traça uma linha delimitadora entre as indústrias de base que permitem à região “ganhar a vida” e as actividades de suporte que derivam da presença das actividades de base [POLÈSE, 1998].

A noção de actividade de base não se limita às indústrias “visíveis” de exportação, estendendo-se a todas as actividades que tragam recursos na forma de divisas para a região – como por exemplo, o turismo.

O modelo de base económica obriga a que se trace um quadro detalhado das inter-relações da economia regional, incluindo os fluxos monetários que se movimentam entre as empresas e entre as regiões. Deverá procurar-se identificar a origem e o destino desses fluxos, visando distinguir para cada sector ou actividade, qual a parte da produção regional que directa ou indirectamente se destina à satisfação da procura externa, da parte que se direcciona ao atendimento da procura interna, local ou regional.

Desse modo, poder-se-á avaliar o caminho percorrido por cada unidade monetária que entrou na economia local e o impacto final que provocou na região. Esse impacto será mais significativo, em termos de geração de rendimento e emprego, quanto maior for o tempo de permanência dos recursos na economia da região e nela tenham sido reutilizados no consumo de produtos e serviços dos diversos sectores e actividades de suporte que integram a estrutura produtiva da economia regional.

O desenvolvimento anterior conduz ao conceito de multiplicador: cada nova unidade monetária que entrar em uma região, a partir de uma actividade de base (exportadora), irá dinamizar outras actividades, pela sua permanência e reutilização na economia dessa região. A dimensão do multiplicador irá reflectir a capacidade da região de reter os novos recursos para utilização no seu próprio território.

O poder de retenção irá depender [Polèse,1998]) da **estrutura** económica de Cabo Verde, ou seja do grau de diversificação da sua estrutura produtiva, do seu nível de **integração** económica interna, isto é da intensidade das transações que ocorrem entre seus agentes económicos e da **distância** entre Cabo Verde e outras regiões que possuam estruturas económicas também diversificadas.

Quanto mais diversificada e integrada for a economia cabo-verdiana, maior será o multiplicador. Os agentes económicos (consumidores ou empresas) têm tanto mais tendência para gastar o seu dinheiro na região quanto mais facilmente aí encontrarem os bens e serviços de que precisam. Além disso, têm tanto mais tendência a gastar o seu dinheiro no local quanto mais distantes estiverem as regiões para onde se poderiam deslocar para adquirir esses bens.

Caso o dinheiro que entrou como novo, seja re-empregue fora da região, em importações, por exemplo, ele não terá a utilidade de gerar rendimento e emprego na região, ocorrendo, por essa via, o que se denomina de fuga da economia local. As actividades de base (exportadora) só provocarão um efeito multiplicador na região se conseguirem reter seus benefícios económicos na própria região.

2.2.1. O Modelo de Base Económica

O modelo da base económica centra-se em dois elementos fundamentais: o dinheiro que entra na região graças às actividades básicas de exportação; e os efeitos de propagação, devido ao impacto multiplicador, desse dinheiro na região.

As tabelas de relações inter-industriais, denominadas tabelas *input-output*, tendem a substituir ou a dar suporte ao modelo da base económica, nos estudos de impactos regionais. As tabelas *input-output*, fornecem um retrato detalhado das relações de produção e das trocas entre os vários sectores de actividades da economia. As compras de um sector a outro constituem a chamada procura intermediária. Se completas, elas deverão conter todas as informações necessárias para se calcular o efeito multiplicador de um aumento da procura final sobre os níveis de emprego e de rendimento.

Devido à insistência na procura externa, de natureza global, a teoria da base económica restringe o espaço dos factores endógenos de desenvolvimento regional. Mesmo aceitando que as actividades de exportação trazem dinheiro para a região, será necessário avançar na compreensão do papel que, actividades de suporte de uma economia, podem assumir como base do dinamismo local e do desenvolvimento regional.

O grau de abertura de Cabo Verde está muito ligado ao seu tamanho. Quanto menor for uma região mais ela será aberta, ou seja, dependente do que ocorre no exterior. Para uma região deste tipo, de pequena dimensão, a teoria da base económica é um modelo pertinente de explicação do nível de actividade económica local.

A abertura económica traz vantagens para a região, ao possibilitar as trocas inter-regionais e através dos benefícios que a região pode obter da especialização. A teoria da base económica, nesse sentido, é o complemento natural da teoria das vantagens comparativas. As vantagens comparativas de uma região, em função das quais ela exporta, baseiam-se

em factores de produção que podem ser facilmente deslocados, face à intensa mobilidade característica da realidade globalizada. **A base económica de uma região portanto, encontra-se duplamente ameaçada por eventuais choques provenientes do exterior.**

Cabo Verde como entidade aberta encontra-se em situação de concorrência com outras regiões, não apenas no plano das trocas comerciais (elemento retido pelo modelo da base económica) mas também no plano da atracção e da retenção dos factores de produção que constituem a sua base económica.

Cabo Verde é um espaço aberto, cujo nível de actividade económica depende directamente, no curto prazo, da procura externa dos seus produtos e serviços e dos efeitos multiplicadores decorrentes. Por sua vez, a amplitude dos retornos dependerá em muito da estrutura económica da região. Já no longo prazo, o nível de actividade económica da região irá depender, indirectamente, da sua capacidade de estar sempre a renovar a oferta de factores de produção - capital físico, capital humano - o que se reflectirá na produtividade da população activa dessa região.

Os acontecimentos externos influenciam tanto a procura de bens e serviços como a oferta de factores de produção. A chegada de novos habitantes a uma região, vai modificar a estrutura da procura, notando-se o impacte sobretudo na construção residencial e nas infra-estruturas (que também compõem a oferta para o turismo): escolas, hospitais, bares, restaurantes, locais para entretenimento, esgotamento sanitário, iluminação pública, segurança pública, vias de acesso, etc. É muito provável que a procura de produtos e serviços locais aumente em relação à procura de produtos importados, no caso de ocorrer a migração de pessoas que passem a fixar seu domicílio nessa região.

A chegada de turistas - migração de residentes temporários - irá provocar o crescimento da procura local, inclusivé de produtos e serviços de fora da região dependendo do padrão de consumo desses novos consumidores, do seu nível de rendimento, bem como, do grau de diversificação da estrutura produtiva da economia local [SILVA, 2004].

Uma transferência de população, no sentido imigratório, inclusivé de turistas - residentes temporários - provoca uma transferência espacial de factores intangíveis ou dinâmicos de produção, considerando que: os **factores intangíveis** fazem parte das pessoas (técnicas, espírito de empresa, conhecimentos, etc.); as **características da população** influenciam o ritmo de difusão e adopção de novas ideias e novas técnicas de produção (idade, procedência, escolaridade, etc.); e alguns factores que estão na base dos **ganhos de produtividade** associam-se a populações maiores (economias de escala, economias de aglomeração).

2.2.2. O efeito multiplicador e a sua aplicação á análise urbano-regional

R. F. Kahn [Keynes,1985], foi quem pela primeira vez introduziu o conceito de multiplicador na teoria económica, relacionando a variação do volume de emprego à variação líquida do investimento, procurando, inclusive, formalizar critérios para o cálculo da relação real em termos quantitativos entre o incremento do investimento líquido e o consequente

crescimento provocado no nível do emprego agregado. O multiplicador de Kahn poderia ser denominado de “multiplicador de emprego”.

Com base nesse desenvolvimento, Keynes elabora o “multiplicador de investimento” [Keynes,1985], tomando como ponto de partida a lei psicológica normal de que no caso de aumentos e diminuições do rendimento real da comunidade, o consumo tende também a aumentar e diminuir, porém em um menor ritmo e numa menor proporção, fenómeno que ele designa como “propensão marginal a consumir”.

Uma das primeiras formulações do conceito de base económica urbana [Lane,1977], argumentava que o crescimento de uma cidade deveria ser analisado pela divisão de seu emprego total em ocupações primárias e secundárias. As ocupações primárias referiam-se directamente às funções da cidade, enquanto as ocupações secundárias referiam-se ao bem-estar das pessoas ocupadas nas funções primárias. **As relações entre os dois tipos de ocupações constituiriam a base do crescimento urbano.**

A concepção da base económica urbana, na sua essência, tem permanecido inalterada, desde a sua formulação. Esta concepção [Lane,1977] visualiza a economia de uma área urbana dividida em dois sectores: um sector exportador e um sector local. O sector exportador produz bens e serviços vendidos ao resto do mundo. Ao fazer isto, o sector provoca um fluxo de rendimento para a área. Parte da rendimento assim gerado é gasto na compra de bens de consumo. Esta despesa local sustenta aqueles sectores da economia da área que produzem itens não exportados. Consequentemente, se a balança comercial da comunidade se tornar negativa por um período de tempo considerável, ou se houver queda nas actividades exportadoras, é quase certo o aparecimento de um eventual ajustamento para baixo na população total da comunidade [LANE, 1977].

Este autor levanta algumas críticas metodológicas a esta concepção da base económica urbana:

- A. o conceito de base apoia-se na racionalidade intuitiva da relação entre emprego no sector exportador e no sector não exportador, não havendo, *a priori*, nenhum corpo de análise do qual esta conclusão possa ser rigorosamente derivada;
- B. no estudo rotineiro da base, não se procede a nenhuma distinção entre os fluxos de emprego e fluxos de rendimento, pressupondo-se que se uma área urbana exporta mais bens e serviços e com isso provoca um crescimento no fluxo de rendimento para a área, o emprego tenderá sempre a aumentar, o que pode não ocorrer; como consequência, a distinção entre um multiplicador de rendimento e um multiplicador de emprego não é realizada no estudo padrão da base;
- C. os estudos sobre a base urbana também não fazem distinção entre considerações de curto e longo prazo, com isso a análise deixa de tratar de mudanças na procura agregada, convertendo-se numa análise da oferta de recursos naturais e humanos, de mudanças tecnológicas, numa perspectiva incremental, o que caracteriza a teoria da base urbana como uma mera teoria de crescimento.

Analisando a evolução e aplicação da teoria do multiplicador em áreas urbanas, a partir do desenvolvimento inicial do multiplicador de emprego formulado por Kahn, e do

aprofundamento realizado por Keynes com o multiplicador de investimento, conforme anteriormente citado, constata-se [Lane,1977] que no início dos anos 1940 já se encontrava bastante desenvolvida a aplicação da teoria do multiplicador à área do comércio.

Nesta análise [LANE, 1977], o desenvolvimento e os avanços dos estudos da teoria do multiplicador, resultou num consenso quanto a alguns aspectos relacionados à aplicação e ao funcionamento dos multiplicadores urbanos, os quais são abaixo apresentados nas suas próprias palavras

“(…) Inicialmente, podemos dividir a economia urbana em dois sectores básicos: endógeno e exógeno. O nível de rendimento total (ou emprego) numa área urbana é a soma da rendimento (ou emprego) gerada nestes dois sectores. O rendimento gerado no sector exógeno depende de eventos sobre os quais a comunidade urbana não tem controle a curto prazo. Tais eventos incluiriam o nível de investimentos dentro da área, o valor das exportações da área para o resto do mundo, o volume de gastos do governo não local na área e a propensão dos residentes da área urbana para se locomoverem a lugares de emprego fora da comunidade local. Todas estas actividades (...) provocam um fluxo de rendimento para a área urbana. Como os residentes na área ganham este rendimento, gastam parte dele na própria comunidade. A geração de rendimento (e emprego) que resulta da satisfação desta procura, identifica o sector endógeno. Uma vez que o nível da actividade do sector endógeno depende do nível de procura gerada pelo sector exógeno, torna-se imediatamente evidente que as variações no nível total da actividade económica devem ser iniciadas pelo sector exógeno da economia urbana. Neste sentido, seria apropriado chamar o sector exógeno (não apenas as exportações) o sector básico da economia.

2.2.3. O conceito do multiplicador aplicado ao turismo

A noção do multiplicador relacionado à actividade turística corresponde a um conceito simples e de fácil verificação na realidade. O dinheiro deixado pelo turista, pelo pagamento do hotel e da estadia, por exemplo, tende a passar pelos diversos sectores da economia. Este dinheiro não fica no hotel ou no restaurante, sendo utilizado para pagamento dos vários bens e serviços necessários a estes últimos para assegurar os serviços requisitados pelo turista.

Neste processo [Sessa,1983], uma quantidade de moeda inferior, referente à parte do lucro e da remuneração, sobra nas mãos dos agentes económicos, que as transferem para os agentes económicos de outros sectores. Na série de transferências que se sucede, também a moeda proveniente do pagamento da despesa do turista vem, num determinado período de tempo, a propagar-se pelos vários sectores da economia, activando-a no seu complexo e contribuindo para incrementar de maneira mais que proporcional o rendimento nacional.

O consumo turístico, no curso das contínuas passagens através da economia nacional, dá origem a novos rendimentos, que numa medida mais limitada, se transformarão em consumos de índole diferente. Noutra medida, ainda mais reduzida, transformar-se-ão em poupança, a qual se poderá transformar em investimento na própria actividade turística ou noutra actividade produtiva, dando-se início a um novo ciclo.

A riqueza que o turismo gera não se limita à que se origina nos sectores económicos em contacto directo com a procura turística. O consumo turístico afecta a maioria dos sectores

componentes do sistema económico em três formas de projecção: via produção, via rendimento e via investimento.

Através da produção, para satisfazer as necessidades da procura, as empresas “fornecedoras” dos turistas necessitam de bens e serviços que lhes são prestados por outras empresas, e assim continuamente, até se extinguir a cadeia, em número indefinido de rotações ou saltos, com o gasto inicial convertendo-se num valor muito superior.

A acção via rendimento tem a sua expressão na criação de riqueza, que os rendimentos salariais e de capital gerados no processo produtivo por sua vez originam, mediante a compra de bens e serviços que as pessoas envolvidas necessitam para atender suas próprias necessidades.

A determinação do multiplicador exige conhecimento detalhado da contabilidade social da região em estudo, principalmente das relações inter-regionais. O multiplicador depende ainda da continuidade dos gastos, dado que os seus efeitos indirectos são decrescentes, ou seja, a cada nova transação vai-se tendendo para zero, numa progressão que está associada ao grau de integração da estrutura produtiva da região ou país.

Torna-se necessário qualificar e relativizar a aplicação do conceito de multiplicador ao turismo. Na verdade, quanto mais se consome, mais o multiplicador será elevado e maior será a propensão de acréscimo do rendimento nacional. Mas, se a propensão marginal ao consumo eleva a dimensão do multiplicador, a propensão marginal à poupança pode diminuí-lo. A parte de um novo rendimento que se transforma em poupança ao invés de consumo, diminui a velocidade do multiplicador, incidindo negativamente na sua dimensão e consequentemente, sobre sua capacidade de acréscimo na rendimento nacional.

O valor do multiplicador [Sessa,1983] poderá ser reduzido por três motivos: procura adicional que se dirigirá para as importações; parte do novo rendimento que será tirado pela tributação; acumulação de riqueza que contribuirá para diminuir os efeitos induzidos da despesa turística.

Uma outra forma de fuga corresponde ao consumo turístico realizado no interior de complexos turísticos integrados, que são verdadeiros enclaves nos territórios onde se localizam, principalmente quando a propriedade do capital é exclusiva ou maioritariamente de agentes económicos não residentes, o que propicia a repatriação de uma parcela significativa do rendimento gerado nesses complexos, implicando um baixo nível de retenção e apropriação local desse rendimento, o que torna mínimo ou nulo o impacto regional, de carácter endógeno, de empreendimentos desse tipo.

Uma outra crítica ao conceito do multiplicador turístico concerne ao conteúdo do rendimento que é multiplicado. Normalmente este relaciona-se com o PNB obtido pela soma dos lucros brutos, salários brutos e rendimentos e juros percebidos por cada sector.

[Furió Blasco,1994], apresenta a opinião expressa por P. Lecordier de respeito ao conceito do multiplicador referenciado ao turismo:

“(…) se o conceito de multiplicador é sedutor desde o ponto de vista teórico, é extremamente limitado na sua utilização prática. Sobretudo [porque], postula implicitamente a homogeneidade do turismo, [sendo] porém evidente, que o fenómeno ao qual se está a referir não tem nada de homogéneo. (...)”.

Além do efeito sobre o rendimento, por influência da realização ou aumento do gasto turístico, será criado emprego em diversos sectores directa ou indirectamente beneficiados pela actividade do turismo. O investimento turístico [Goded Salto, 1998] gera três categorias de emprego: **emprego directo** em empresas que vendem bens e serviços aos turistas – hotéis, restaurantes, empresas de transporte ou o comércio em geral; **emprego indirecto** em actividades que fornecem bens e serviços às empresas turísticas – agricultura, artesanato, certas indústrias leves de âmbito local; e **emprego “induzido”** gerado no sector da construção e em determinadas indústrias de bens de capital.

Esses efeitos positivos do turismo manifestam-se com maior intensidade à escala regional, embora, a este nível, as possíveis fugas ou interrupções dos processos em cadeia geradores de rendimento, são de maior dimensão e intensidade dos que se verificam a nível nacional.

É fácil compreender [Goded Salto, 1998] que o município ou região, devido aos condicionamentos que sua diminuta dimensão económica lhe impõe, deverá realizar numerosas compras fora do seu próprio território, deixando de aparecer, desde este momento, encadeamentos favoráveis para o desenvolvimento da área considerada.

É importante frisar [Goded Salto, 1998], que uma parte, por vezes significativa, do propalado aporte de divisas propiciado pelo turismo, não chega a entrar no país receptor. Dado que o produto turístico comercializa-se, cada vez mais, através de pacotes que englobam uma vasta gama de serviços, ao pagar-se por eles, adiantadamente, nos países emissores, uma grande parcela do dinheiro desembolsado pelos turistas nem sequer chegará a entrar no país de destino.

2.2.4. Efeitos de encadeamento e relações intersectoriais

Uma determinada indústria [Hirschman, 1961], só será criada se tiver capacidade para produzir e só terá sentido existir se conseguir vender sua produção. Para que essas condições se verifiquem, a criação de uma indústria só será viável se resultar de uma procura que lhe anteceda, já existente. Questiona então, se uma indústria terá as condições ou a capacidade de ser responsável pela indução de novas actividades e de procura.

Considerando a possibilidade da produção que motivaria a criação de uma indústria ser suprida pelo mercado externo à região ou ao país, pela via da importação, o autor destaca a vantagem de ocorrer a criação da indústria e se ter a disponibilidade interna de tal produção, em contraponto aos riscos e ameaças de se ter de importá-la.

Dentro da base teórica das relações inter-sectoriais [HADDAD,1999], observa-se que a exploração da base de recursos de uma região pode permitir o crescimento do seu mercado interno e abrir oportunidades de investimentos.

O **mercado interno de uma região** [HADDAD,1999] é, em geral, função de **três vectores** principais: o **tamanho da população regional**; o seu **nível geral de produtividade**; o **grau de concentração na sua distribuição pessoal e familiar de rendimento e riqueza**. Quanto maior a população, maior o nível de produtividade (quanto maior a capacidade de produzir, maior a capacidade de consumir) e mais bem distribuída a rendimento de uma região, maior será a dimensão de seu mercado interno.

Os efeitos [HADDAD,1999] que novas actividades económicas podem gerar na economia de uma região são:

- A. **efeitos de dispersão ou de encadeamentos para trás** – dada a estrutura tecnológica da nova actividade económica, esta necessitará de certas quantidades de bens para produzir determinadas quantidades de produtos;
- B. **efeitos de dispersão ou de encadeamentos para frente** – trata-se de melhorias que podem ser realizadas com os produtos da nova actividade económica na própria economia da região, através de efeitos causados em actividades que utilizam estes produtos como matéria-prima;
- C. **efeitos induzidos** – são os provocados pela procura final de bens de consumo ou de bens de capital em função do crescimento do rendimento regional;
- D. **efeitos fiscais** – dadas as características do sistema fiscal do País, o desenvolvimento de uma nova actividade económica, com as suas repercussões em actividades satélites ou complementares e sobre o processo de urbanização na região, irá sempre conduzir ao crescimento das receitas tributárias da região (próprias ou de transferências), por causa do aumento da circulação de mercadorias, da expansão do sector terciário e dos acréscimos nos valores patrimoniais privados.

Desta sequência de impactos derivam-se os multiplicadores regionais.

2.2.5. Efeitos de encadeamento no Turismo

Foi formulado [CARNER, 2001] um modelo teórico-analítico sobre a aplicação da noção de encadeamentos aos serviços turísticos, distinguindo dois modos de se tentar explicitar os encadeamentos ou áreas de enlace do turismo na economia. O primeiro modo consiste em se procurar **determinar de forma clara quais são as áreas da economia sobre as quais o turismo incide de forma mais representativa**. O segundo traduz-se na **análise dos encadeamentos que ocorrem entre actividades e sectores fornecedores de bens e serviços antes, durante e depois da produção de serviços turísticos**.

Sobre o primeiro modo [CARNER, 2001] entende-se que o turismo contribui de forma directa, indirecta e induzida numa série de áreas da economia:

- A. O emprego, directo e indirecto, que se pode estimar pelo número de pessoas empregadas de forma permanente ou temporária, de maneira formal e informal, segundo as categorias e níveis de ocupação e como uma percentagem do emprego total;
- B. O produto gerado pelo turismo que se pode expressar em termos monetários e relacionar como percentagem do PNB. Porém, a contabilização do valor agregado

será de diferente magnitude de acordo com as actividades incluídas na definição do turismo e os instrumentos estatísticos da região;

- C. O investimento, em infra-estruturas gerais e específicas em zonas turísticas;
- D. A participação no sector externo sob a forma de exportações e importações;
- E. O turismo contribui à entrada de recursos para o erário público, na forma de contribuições diversas e impostos directos, indirectos e induzidos.

Podem-se ainda [CARNER, 2001] reconhecer três níveis de participação do turismo numa economia:

- A. através dos **efeitos directos**, gerados a partir dos gastos locais iniciais da cadeia, que são os gastos dos turistas;
- B. por meio dos **efeitos indirectos**, que se referem à cadeia de compras e gastos em bens e serviços que realizam as empresas directamente receptoras dos gastos turísticos, direccionados para os seus próprios fornecedores; e
- C. em função dos **efeitos induzidos**, que se constituem na série de gastos locais originados das remunerações dos empregados e dos proprietários das empresas, em cada um dos sectores relacionados com o turismo, e que, por sua vez, geram outras actividades.

De acordo com o segundo modo, [CARNER, 2001] pode-se realizar uma **análise dos encadeamentos do turismo com outros sectores**, caracterizando as configurações de cadeia produtiva, *cluster* e redes do turismo.

O viajante pode ser o ponto de observação para a análise dos fluxos de bens e serviços que se produzem e se adquirem antes, durante e depois da realização da viagem. Pode-se, inclusivamente, fornecer bens e serviços de turismo mesmo que a viagem não se concretize, como é o caso da informação turística. A cadeia conformada pelos **fornecedores** - empresas ou pessoas que **proporcionam um serviço directamente ao consumidor (turista)**, e **supridores** – empresas ou pessoas que **proporcionam bens e serviços aos estágios anteriores da cadeia**, caracteriza-se pela agregação de valor que se acrescenta tanto dentro das fronteiras nacionais como internacionalmente.

As empresas podem estar relacionadas através de uma **integração horizontal**, cujo exemplo mais aparente seriam as cadeias hoteleiras. Também existe no turismo uma **integração vertical**, da qual um exemplo clássico é o dos operadores turísticos, que canalizam os turistas através dos pacotes turísticos, em massa ou à medida [sob encomenda].

Estes conceitos, embora válidos, simplificam [CARNER, 2001] excessivamente as complicadas relações entre as empresas de turismo e as que se dão com seus fornecedores em actividades relacionadas ou de suporte. As novas tecnologias, bem como as contínuas inovações em matéria de administração/gestão de empresas e relações de negócios modificaram bastante o contexto dessas relações, complicando-as ainda mais.

Conclusão

Princípios Básicos do Federalismo Económico

No *Traité de Science Politique* [Burdeau,1967], é definida a **organização federal do Estado por dois princípios básicos: o da *autonomia* e o da *participação***. O primeiro refere-se à autogestão garantida institucionalmente pela Constituição às partes federadas; o segundo refere-se à responsabilidade que cabe a cada subsistema na gestão do país inteiro. Este último remete-nos directamente para a noção de *cooperação* das acções entre os estados federados — aqui entendida como uma cooperação acordada entre as unidades federadas. No processo dinâmico do federalismo, as partes federadas dão muito mais ênfase ao princípio da autonomia do que propriamente ao princípio da participação, no sentido de colocarem em prática uma certa cooperação espontânea que vise o equilíbrio estrutural e fiscal, e à estabilização macro-económica de toda a Federação.

Nesse sentido, observa-se uma preocupação bastante acentuada em relação a outros dois princípios: *equilíbrio estrutural* entre as partes federadas e a *coordenação* entre a União e as partes federadas. Ao contrário dos dois princípios anteriores, esses dois devem estar sob a responsabilidade do governo federal ou da União, e vão além daquelas funções clássicas já definidas pela teoria das finanças públicas [Musgrave (1959)]. Se o equilíbrio estrutural permite uma distribuição mais simétrica da localização industrial e dos choques económicos, a coordenação – fiscal-financeira – por meio da instituição de mecanismos que levem à cooperação convergente permite um melhor ambiente para a estabilização macro-económica. Esses dois mecanismos têm o papel chave de manter a coesão interna da Federação.

A primeira corrente acentua as vantagens da livre circulação das mercadorias, da mobilidade de factores, e da velocidade com que se dá a integração da economia local ou regional com as restantes economias. Além disso, enfatiza as vantagens das regiões subdesenvolvidas no processo de abertura e integração económicas. A segunda corrente, por outro lado, privilegia a dotação de factores de aglomeração, economias externas e de escala, para explicar a concentração das preferências dos investimentos privados.

Podem-se identificar [Gilbert,1996] dois modelos de cooperação nos sistemas federais: o primeiro, associado às *federações impuras*, é do tipo *Principal-Agente*, no qual mesmo que as regras estejam estabelecidas, podem ser alteradas pelo poder central, para dar conta das condições assimétricas e das divergências entre as preferências do poder central e as dos governos locais. Nesse caso, a cooperação é conseguida, segundo o autor, por meio da força ou de um forte encorajamento do poder central. Por uma outra abordagem [Elazar,1987] esse modelo pode ser identificado com aquelas federações do tipo *centro-periferia* ou *piramidal*.

O segundo modelo cooperativo, identificado com as *verdadeiras federações*, caracteriza-se por ter as regras do jogo já estabelecidas *ex-ante* pela Constituição, ou seja, as regras de cooperação inter-governamental são fixadas, e essa fixação já passou pela prova de um

consenso entre as partes interessadas. Nesse modelo, algumas *nuanças* podem aparecer em função da cooperação se realizar seja por meio da cooperação do tipo *integrado*, seja pelo tipo *voluntário*. No primeiro caso, as entidades federadas aceitam que o poder central seja dotado de competência que lhe é consentida. No segundo, as partes federadas realizam entre si um acordo que reflecte um jogo de cooperação. Esse modelo também pode ser identificado [Elazar (1987)] com as federações do tipo *matriz*, nas quais não há necessariamente um centro, uma União.

O desenvolvimento turístico insular – uma modelização

Considerando que a especificidade do turismo particularmente de origem internacional, para uma região receptora, corresponde tecnicamente a uma exportação, a aplicação do modelo da base económica num contexto de atracção maciça desse tipo de fluxo, sem a região produzir internamente os produtos e serviços para atender às preferências dos consumidores e dependendo a sua economia maioritariamente ou exclusivamente da actividade turística, representaria efeitos desfavoráveis para o crescimento da economia local.

A crescente dependência do generalizado fornecimento exógeno, resultaria na ausência de mecanismos que favorecessem a endogeneização da propriedade dos factores produtivos e dos resultados da exploração e comercialização dos recursos de base da região: paisagens, história, cultura, etc.

O dimensionamento das fugas – e a sua influência sobre o efeito multiplicador - irá depender do peso que o turismo tenha na economia analisada, bem como da representatividade do turismo internacional e do grau em que as necessidades da procura sejam satisfeitas mediante o provimento via importações, de produtos e serviços finais e intermediários, de recursos humanos e de capitais. O conteúdo importador do turismo na região seria muito acentuado e traria implicações negativas para a região receptora:

- A. os benefícios económicos gerados pelo turismo não seriam apropriados na sua maior parcela a nível local, pelas fugas que ocorreriam da economia interna para o exterior, em função da repatriação das remunerações dos recursos produtivos importados utilizados no turismo;
- B. não havendo condições favoráveis ao crescimento auto-sustentado do turismo e da economia da região, com recursos de base local, a médio e longo prazo o ciclo de vida do destino turístico atingiria as fases de saturação e declínio, perdendo competitividade e participação de mercado.

Para a ampliação do ciclo de vida do destino turístico será fundamental trabalhar-se os conceitos de segmentação e especialização, com os objectivos de qualidade, sustentabilidade e competitividade, alcançáveis mediante a promoção do desenvolvimento económico e turístico com um maior grau de endogeneização ou internalização da maior parte da oferta dos *inputs* necessários à dinamização e (re)vitalização do destino turístico, implicando na diversificação e no adensamento das cadeias de valor relacionadas à estrutura produtiva da economia da região em estudo.

Torna-se assim evidente, que países ou regiões que tenham de importar um maior valor de *inputs* para abastecer as chamadas “empresas turísticas”, se encontram em desvantagem competitiva face a outros países ou regiões cujo valor correspondente às “importações turísticas” seja relativamente menor. A desvantagem competitiva resulta da ausência ou fragilidade dos encadeamentos produtivos no mercado interno, nacional ou regional e, conseqüentemente, do baixo nível de endogeneização do desenvolvimento turístico. É necessário também se considerar, que nem sempre as vantagens comparativas atuarão no sentido de compensar o custo da importação de determinados bens e serviços.

Conforme exposto, na aplicação dos conceitos de cadeias, *clusters* e redes à produção e aos serviços turísticos, existem duas formas de se tentar explicitar as áreas de enlace do turismo na economia: determinar de forma clara quais são as áreas da economia sobre as quais o turismo incide de modo mais representativo; e analisar os encadeamentos que ocorrem entre atividades e setores fornecedores de bens e serviços antes, durante e depois da produção turística.

Nesse sentido, o turismo converte-se numa rede de relações que podem criar pontos de estrangulamentos ou sinergias, constituindo-se um conglomerado de actividades de diversos matizes. Para suprir os bens e serviços necessários ao atendimento da procura por turismo, não só internacional como doméstico, pode se recorrer a fornecedores localizados fora das fronteiras nacionais ou regionais, implicando saídas de recursos do país ou da região em análise.

Para o desenvolvimento da competitividade do turismo, no entanto, há que se admitir um determinado e eficiente nível de fugas – de importações e remuneração aos proprietários dos fatores produtivos não residentes, de origem exógena à região, se orientando por um seletivo e eficiente processo de “substituição de importações”. Em simultâneo, se deve identificar e procurar mitigar os pontos de estrangulamentos das cadeias produtivas existentes na região, bem como criar novos elos que ampliem e diversifiquem a estrutura de cadeias, visando fortalecer e adensar os encadeamentos produtivos que atuem como motores do aumento da eficiência económica do turismo tanto na escala local, como nas escalas regional, nacional e internacional.

O modelo de desenvolvimento ideal [SOUZA, 1999] é aquele que se fundamenta na combinação da expansão rápida das exportações, com substituições selectivas de importações, capazes de proporcionar a transferência de tecnologia e densificar as interdependências entre as actividades económicas. O crescimento das exportações, gerando aumento de rendimento, induz novas importações. Consumo e bens de capital importados, por sua vez, estimulam as exportações. Gera-se um efeito em cadeia, cujo dinamismo atrai novos investimentos externos.

Portanto, para o avanço na direcção do desenvolvimento turístico regional e endógeno de Cabo Verde⁹, dentro do modelo teórico e operativo da base económica – de exportação,

⁹ Já no período designado de Ciclo do Mindelo, como vimos anteriormente, os empresários locais indicavam o turismo como sendo um potencial motor de desenvolvimento cabo-verdiano associado, na altura, ao aproveitamento das rotas marítimas que por lá passavam.

fundamentado nas relações intersetoriais derivadas das configurações de encadeamentos produtivos, *clusters* e redes, deve-se contemplar a mensuração do nível de incidência e grau de vazamento do turismo na economia local, bem como a identificação das actividades que propiciem o escoamento de recursos para o exterior da economia local numa lógica de territórios ou distritos industriais.

3. Cabo Verde – Uma pequena economia insular de transferência

Introdução

O arquipélago de Cabo Verde tem uma superfície de 4.033 km² e uma população de 417.000 habitantes. É composto por 10 ilhas (das quais, uma não é habitada) e 5 ilhéus. Situa-se aproximadamente 500 km a oeste do continente africano defronte do Senegal.

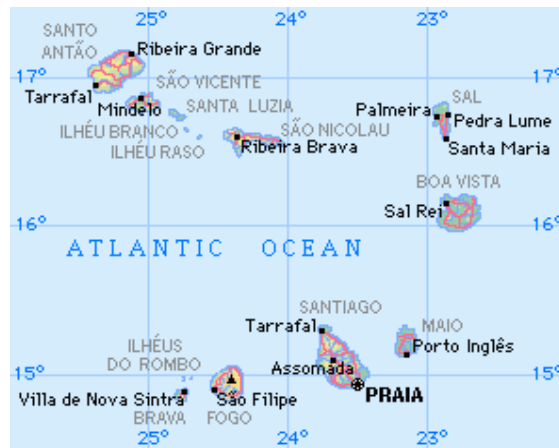


Fig.1 – Localização Geográfica de Cabo Verde

As ilhas dividem-se em 2 grupos: Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau e Sal) e Sotavento (Brava, Fogo, Santiago, Maio e Boavista).

O clima é tropical seco e apesar de existir uma época húmida, de Agosto a Outubro, raramente chove. Deste modo, o país não consegue ser auto-suficiente e a sua economia roda em torno das importações e do comércio. No entanto, é no sector primário que trabalha a grande parte da população activa. Assim, a agro-pecuária predomina em Cabo Verde, seja no cultivo de milho, em sequeiro, ou de cana-de-açúcar, em regadio. Também a pesca é um sector de grande importância em Cabo Verde apesar de estar subaproveitado e apresentar um grande potencial. O turismo também começa actualmente a crescer aproveitando o grande potencial do clima tropical quente quase 365 dias por ano.

Em Cabo Verde existem duas grandes concentrações urbanas: a Cidade da Praia – capital do país albergando a sede do governo – e o Mindelo, onde está localizado o porto mais importante de Cabo Verde. Na Ilha do Sal situa-se o Aeroporto Internacional de Cabo Verde.

O conhecimento destas ilhas é provavelmente anterior à fixação no arquipélago dos portugueses. O seu descobrimento deu-se no século XV, quanto aos seus efectivos descobridores existe alguma polémica. As primeiras ilhas a serem descobertas foram provavelmente a de Santiago, Maio, Boavista e Sal, em 1460, pelo veneziano Cadamosto no decurso da segunda viagem ao longo da costa ocidental de África ao serviço de Portugal. As ilhas de Brava, São Nicolau, São Vicente, Rasa, Branca, Santa Luzia e Santo Antão terão sido descobertas, em 1462, por Diogo Afonso.

Historiadores fidedignos situam a data de descoberta das ilhas entre 1460 e 1462, na sequência de viagens de exploração da Costa Ocidental Africana, efectuadas por navegadores portugueses. No regresso de uma dessas viagens, António Noli e Diogo Gomes encontram, em 1 de Maio de 1460, a primeira ilha do arquipélago, a que chamaram de São Tiago, em homenagem ao santo que a Igreja Católica festeja nesse dia. Na mesma viagem foram encontradas as ilhas do Maio, Fogo, Sal e Boa Vista, sendo as restantes e os dois ilhéus Branco e Raso sido achadas por Diogo Afonso entre 1461 e 1462.

A colonização começou logo após a sua descoberta, sendo as primeiras ilhas a serem povoadas as de Santiago e Fogo. Cabo Verde tinha então uma situação estratégica fundamental, não apenas para a exploração da costa africana e do caminho marítimo para a Índia, mas também para o tráfego de escravos, o qual conhece entre os séculos XVI e finais do século XIX um grande incremento.

No final do século XV, Cabo Verde produzia cereais, fruta e legumes, algodão, anil e gado. A situação económica do arquipélago agrava-se durante o governo da dinastia filipina em Portugal, nomeadamente devido aos ataques dos piratas Ingleses, Holandeses e Franceses.

Na segunda metade do século XVII, termina a época dos arrendatários individuais no comércio de escravos. No século XVIII os portos de Cabo Verde, voltam a adquirir uma enorme importância para as navegações de longo curso que cruzam esta zona do Atlântico. O Marquês de Pombal, em 1757, confia a administração destas ilhas à Companhia do Grã Pará e Maranhão, numa experiência que dura vinte anos. Mais uma vez, o que está em jogo é o comércio de escravos.

Apesar dos acordos com a Inglaterra para a proibição do tráfico de escravos em Bissau e Cacheu (1810), e depois a sua interdição a norte do equador (1815), não terminam com este comércio na região. Muito pelo contrário assistiu-se mesmo ao seu incremento, embora feito de uma forma clandestina. Barcos espanhóis, franceses, brasileiros, ingleses, escalavam dos portos de Cabo Verde cheios de escravos para o Brasil, EUA, Cuba e outras lugares.

O fim efectivo do comércio de escravos, no último quartel do século XIX, provoca uma profunda crise no Arquipélago. O desenvolvimento de plantações, acaba por ter efeitos devastadores no ambiente: a destruição de enormes manchas florestais para dar origem a explorações agrícolas agravam as condições climáticas em períodos de seca. A emigração torna-se no principal recurso para a sobrevivência da população a partir de meados do século XIX.

A posição estratégica de Cabo Verde, torna-se um ponto de escala obrigatório para os navios que se deslocam de e para o Atlântico sul. Devido a esse facto foram então feitos importantes investimentos no arquipélago. Entre os mais significativos destaca-se a colocação de faróis, e sobretudo a reconstrução do Porto do Mindelo, para o abastecimento dos navios de carvão e óleos. A actividade portuária acabou por se tornar numa significativa fonte de receitas do arquipélago.

Nesta época foram também amarrados cabos submarinos, ligando Cabo Verde à Madeira e depois ao Brasil. Em 1886 Cabo Verde ficou ligado a África e Europa através de cabo submarino.

Secas prolongadas e epidemias continuaram a provocar milhares de mortes e uma enorme emigração. A partir de 1880, estes emigrantes constituem já importantes comunidades permanentes nos portos baleeiros dos EUA.

Nas primeiras décadas do século XX, Cabo Verde, conhece um singular desenvolvimento cultural e educativo, o que contrastava com a sua pobreza económica.

A luta pela independência eclode em 1964 na Guiné, conduzida por Amílcar Cabral, pretendendo construir uma pátria comum com a Guiné. A economia Cabo-verdiana manteve-se ao longo de décadas deficitária, apesar da protecção que gozam os seus produtos em Portugal. O fim do Estado Novo precipitou a Independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. No dia 26 de Agosto de 1974 o governo português reconhece o Estado da Guiné-Bissau, assim como o direito de Cabo Verde à Independência. O PAIGC é também reconhecido como o único e legítimo representante dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Em Cabo Verde é constituído um Governo de transição, composto por cabo-verdianos e portugueses. A 30 de Junho de 1975 foi eleita uma Assembleia constituinte, composta por 56 deputados e 72 suplentes, com a participação de 84% dos eleitores. A lista única proposta pelo PAIGC recebeu 92% dos sufrágios. Esta Assembleia proclamou, a 5 de Julho de 1975, a Independência da República de Cabo Verde e promulgou uma lei sobre a Organização Política do Estado que funcionou como uma Constituição até a aprovação, em 5 de Setembro de 1980, desta na IX sessão legislativa. O Presidente da República foi eleito e alguns dias depois formou o primeiro Governo do Estado de Cabo Verde, dirigido por um Primeiro-ministro.

A unificação com a Guiné é abandonada em 1980, na sequência de um golpe de estado. O PAIGC dá lugar ao PAICV, restringido na sua acção a Cabo Verde. Cabo Verde passou depois de 1975 a ser governado em regime de Partido único, segundo um modelo de inspiração marxista. Dadas as dificuldades económicas procurou seguir uma escrupulosa política de não-alinhamento por nenhum dos blocos políticos mundiais. Algumas políticas pouco adequadas agravaram contudo, nos anos oitenta, os problemas do país.

Em 1991, foi estabelecido um regime democrático. Em Janeiro desse ano, nas primeiras eleições livres do país, Aristides Pereira foi afastado da presidência e o PAICV saiu claramente derrotado nas eleições para a Assembleia Nacional. O novo presidente, António Mascarenhas Monteiro, antigo juiz do Supremo Tribunal, dirigia o MPD.

Apesar das enormes dificuldades, Cabo Verde apresenta hoje um panorama económico e social bastante promissor.

3.1 Caracterização de Cabo Verde a nível económico

Alguns factores – reduzida diversificação da produção, deseconomias de escala, seca, insularidade, dispersão e descontinuidade geográficas – colocam sérias dificuldades, em particular na unificação do mercado interno, dadas as maiores exigências resultantes da multiplicação de infra-estruturas, nomeadamente ao nível do sistema de transportes e comunicações. O mesmo sucede relativamente ao esforço de investimento público nas estruturas de suporte á estratégia de desenvolvimento do país, como sejam a educação e a saúde.

A abertura económica de Cabo Verde, no sentido do seu grau de exposição ao exterior, constitui uma característica notória. Todavia em termos de estratégia de integração na economia mundial, esta economia ainda se encontra dividida entre:

- A. O seu espaço regional pouco dinâmico e, por isso, cada vez mais distante;
- B. O seu espaço económico de dependência quer em relação ao comércio externo quer em relação aos fluxos de recursos externos.

Esta divisão cria ambiguidades na definição de espaços regionais e mundiais de inserção activa no sistema económico mundial.

Desde a independência até ao presente que a economia de Cabo Verde tem vindo a conhecer um crescimento continuado do produto o que tem permitido ao país melhorar a sua posição à luz de diversos critérios de desempenho económico e social.

Destaco, neste âmbito, o índice de desenvolvimento humano conforme referenciado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004:” (...) *O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para Cabo Verde este ano situou-se, com 0,717 por cento, acima da média do grupo de 86 países do mundo com um nível médio de desenvolvimento (0,695). (...) Cabo Verde é o mais desenvolvido dos cinco Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP)”, ocupando agora o 105º lugar entre 177 países e territórios (...).*”

3.1.1. Caracterização do Crescimento Económico [BPP, 2004]

Os constrangimentos apontados, não obstante esta evolução globalmente favorável, colocam a questão da vulnerabilidade no centro da agenda do desenvolvimento do país, não se podendo em rigor considerar o seu crescimento económico de sustentado.

Desde a independência que a economia de Cabo Verde evidencia fragilidades persistentes, de que é exemplo a fraca alteração da estrutura produtiva reflectida no peso dominante dos serviços tradicionais e na estagnação de sectores potencialmente geradores de maior valor acrescentado.

O período de 1996 a 2000 foi marcado por um ritmo de crescimento económico importante. A este propósito, o Ministério das Finanças e Planeamento da República de Cabo Verde, numa nota de imprensa aquando da visita da Missão de Avaliação do FMI a Cabo Verde no âmbito do Poverty Reduction Growth Facility [FMI, 2001], afirma que “ (...) *O desempenho*

económico e financeiro de Cabo Verde continuou a sua trajectória de melhoria em 2002, reflectida no cumprimento dos objectivos e metas estabelecidos no PRGF. Merecem destaque a aceleração do crescimento económico, com uma estimativa de 4,6%, movida sobretudo pelo aumento do investimento privado e público, a significativa redução da taxa de inflação para 1,8% em termos de variação da média de doze meses e o excedente do saldo global da balança de pagamentos, contribuindo assim para o reforço das reservas cambiais (...)”.

De 1996 a 2000 a economia real cresceu, em média, 6,2%, no contexto de uma década marcada por um ritmo elevado de crescimento, com reflexos positivos a diversos níveis, com destaque para a evolução do índice de desenvolvimento humano, associado a um PIB per capita em franco crescimento apesar da fraca alteração estrutural.

Esta situação é, aparentemente, explicada pelos seguintes fenómenos:

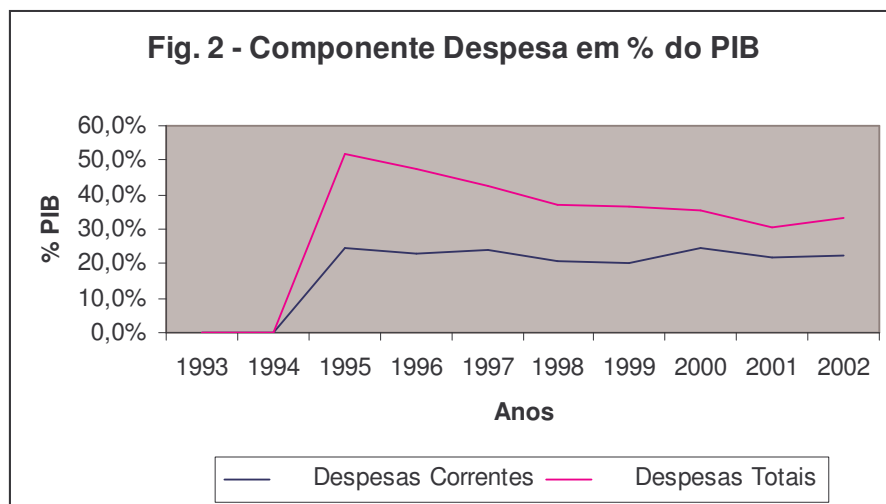
- A. Crescimento movido pela procura interna, com realce para uma contribuição aquém do desejável do investimento face às exigências de desenvolvimento do país (o investimento público foi em média de 8,2% em relação ao PIB, tendo conhecido durante o período uma evolução descendente em termos relativos, com a cava em 2000 a situar-se 2,7 pontos percentuais abaixo da média do período);
- B. Quanto ao consumo público, em média, ascendeu a 31,1% do PIB, atingindo a crista em 2000, com um diferencial positivo de 5,7 pontos percentuais face à média. A absorção atingiu, em média, durante o período 134,6% face ao PIB no quadro de uma trajectória irregular ao invés da desejável dinâmica descendente;
- C. O contributo da procura externa líquida foi sistematicamente negativo, no quadro de um desempenho modesto das exportações, comportamento em linha com a dinâmica de longo prazo dessa economia e reflexo do peso muito reduzido dos bens e serviços transaccionáveis na sua estrutura produtiva;

Não obstante a assinatura, em 1998, de um Acordo Stand By com o FMI, do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal e a criação do Trust Fund com vista à estabilização da economia, em particular ao nível das finanças públicas e da dívida pública, a evolução verificada, em particular no final do período, não confirmou os avanços inicialmente logrados com a mobilização desses instrumentos de cooperação, trajectória para a qual contribuiu também de forma significativa a conjuntura económica internacional particularmente desfavorável no ano 2000.

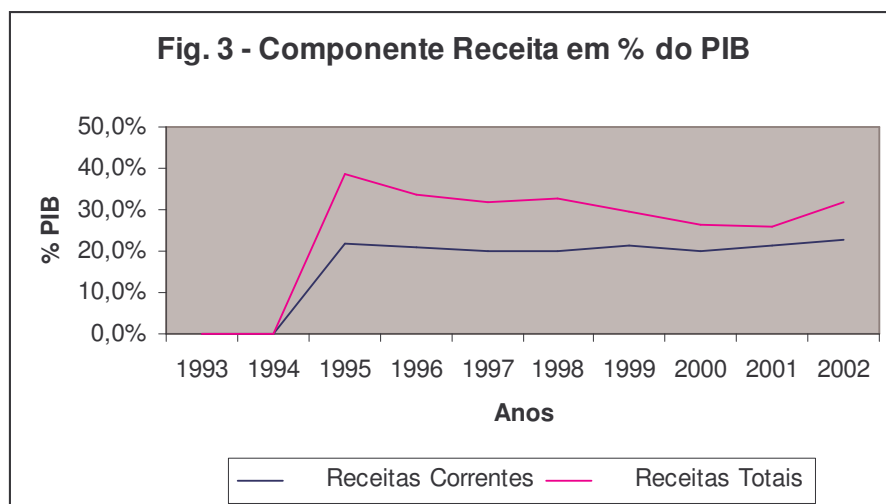
A inflação durante o período evidenciou um comportamento favorável, reflectido numa queda sustentada desde 1997. Para este comportamento contribuíram nomeadamente os efeitos positivos da liberalização da economia ao nível do sector externo e a maior concorrência no mercado interno, decorrente da referida maior participação do sector privado.

3.1.2. Caracterização das Finanças Públicas [BP, 2004]

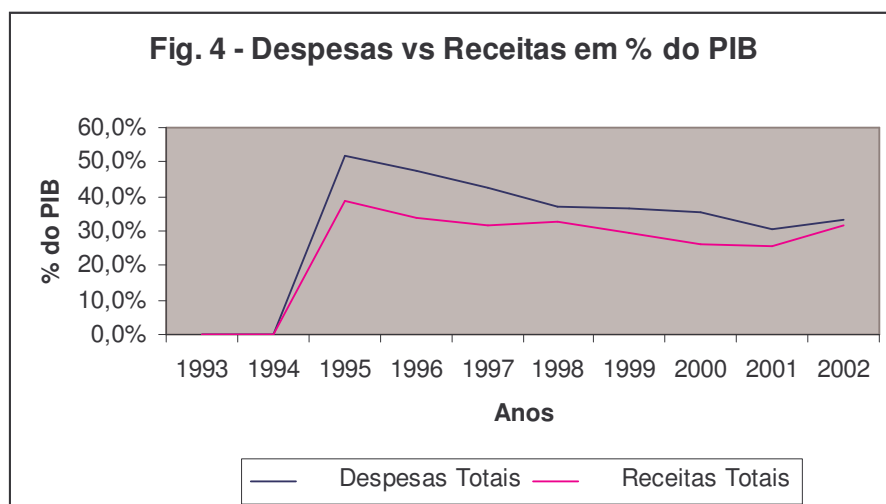
As despesas totais, de 1995 até 2002, demonstraram uma trajectória descendente, traduzida num crescimento negativo, em termos médios, de cerca de 2,6%.



Durante o período em análise, as despesas totais atingiram, em média, 39,4% do PIB no quadro de uma trajectória de redução do seu peso. Trajectória inversa conheceram as despesas correntes com um máximo de 24,6% em 2000, contra 22,7% de média para o período.



O comportamento deste agregado espelha a importância dos donativos cuja evolução condiciona ainda de maneira significativa o desempenho das finanças públicas de Cabo Verde, tendo, no período em análise, as receitas totais atingido, em média, 31,3% do PIB.



Este comportamento da dívida interna – potenciado por uma conjuntura internacional adversa no final do período – foi corolário da política orçamental expansionista, ao nível das despesas correntes, visível, entre outros, no valor elevado do défice primário.

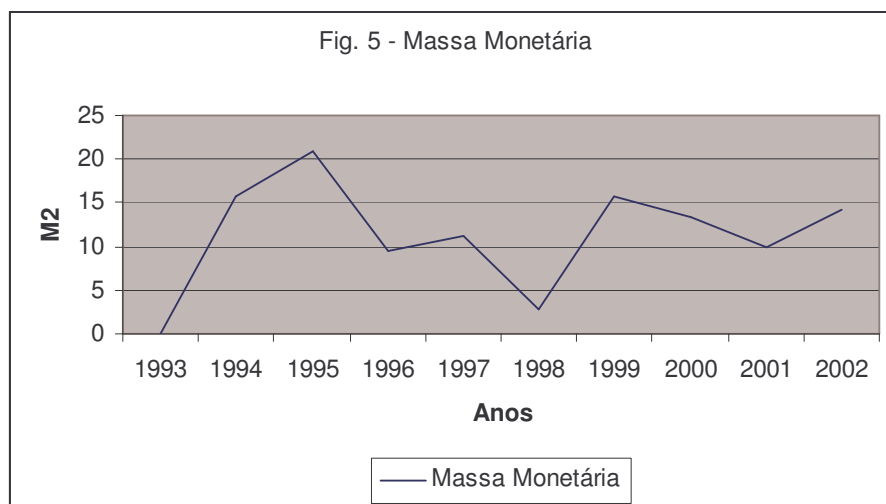
O nível da dívida interna em relação ao PIB e o seu comportamento durante o período em análise coloca um desafio importante à sustentabilidade das finanças públicas:

- A. Funciona no curto prazo como uma restrição nomeadamente pela rigidez imposta à gestão das finanças públicas, sem contar com a pressão sobre as fontes internas de financiamento e o seu impacte negativo sobre a evolução das taxas de juro e o efeito deslocamento (“crowding-out”) do investimento privado;
- B. O défice de financiamento ao nível dos investimentos públicos em áreas cruciais para o desenvolvimento do país (infra-estruturas, educação e saúde, entre outros), em teoria impõe um “trade-off” entre a satisfação das necessidades de desenvolvimento do país e a geração de um excedente primário para fazer face ao serviço da dívida;
- C. Quer o nível elevado da dívida, quer o esgotamento da fonte provisória de financiamento associada às privatizações, não deixam qualquer margem de manobra face à necessidade de transição para um outro padrão de crescimento para a economia de Cabo Verde.

Para além do imprescindível papel dos investimentos públicos, para os quais o Cabo Verde terá de contar ainda por algum tempo com o importante apoio dos parceiros técnicos e financeiros internacionais, o alargamento e aprofundamento da estrutura produtiva afigura-se insuperável.

Tal evolução é indispensável à geração de novas fontes de divisas perante, por exemplo, o comportamento da dívida pública externa que, acentuou o seu peso no PIB, ao longo do período em análise, passando de 42 para 56%. O mesmo se verificou no concernente ao serviço da dívida em relação às receitas de exportações, cujo peso passou de 14% em 1997 para 21% em 2000.

3.1.3. Caracterização do Sector Monetário e Cambial [BP, 2004]



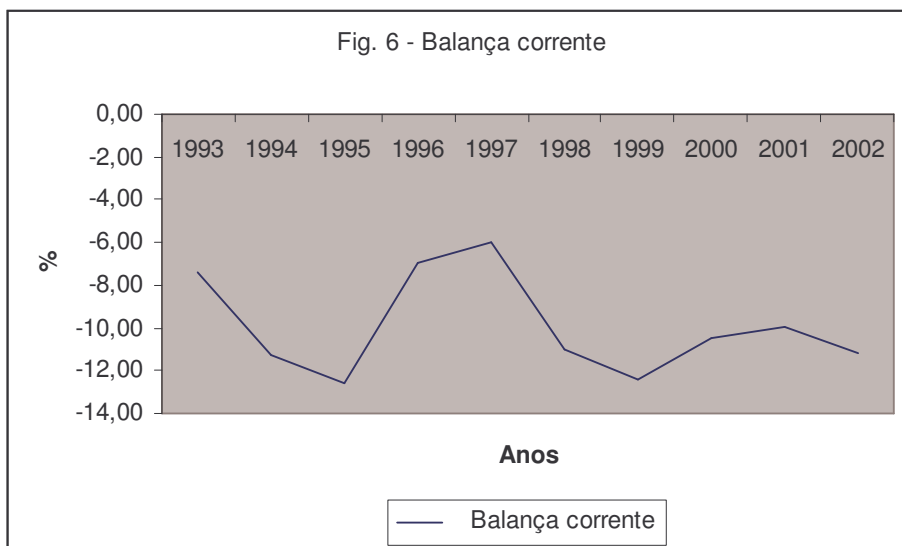
Com exceção do ano de 1998, a massa monetária tem vindo a crescer sustentadamente. O crédito interno no período cresceu, em média, 16,6%, tendo ocorrido um pico em 2000 de 24,8%, num contexto de política monetária fortemente expansionista.

Não obstante os sinais de contenção evidenciados em 1998, patentes no comportamento dos agregados monetários, a política monetária foi de pendor expansionista com realce para o ano 2000, em que assumiu um perfil fortemente expansionista, não obstante a ocorrência – com a exceção de 1999 – de uma quebra sistemática das reservas oficiais.

Para este desempenho desfavorável do lado das reservas cambiais contribuiu a política orçamental expansionista – acomodada pela política monetária – com os seus efeitos imediatos no défice da conta corrente, dada a fraca capacidade de resposta da produção interna ao forte aumento da procura agregada, colocando assim sob forte pressão a credibilidade do regime cambial, num contexto internacional adverso decorrente, entre outros, do efeito conjugado da alta do preço do petróleo e do dólar.

3.1.4. Caracterização da Balança de Pagamentos [BP, 2004]

O défice elevado e persistente da conta corrente excluindo transferências constitui uma das características mais notórias da economia de Cabo Verde e um das suas principais restrições. O comportamento negativo deste agregado sobressai quase de forma instantânea em situações de política económica fortemente expansionista evidenciando assim as fragilidades dessa pequena economia insular.



Com a inclusão das transferências oficiais e privadas o referido agregado apresentou um comportamento menos desfavorável, com uma média de - 9,9%.

O fraco desempenho da conta corrente coloca o duplo desafio da estabilização da economia no curto prazo e da melhoria da sua competitividade no médio e longo prazos, por forma a conter a procura agregada em níveis compatíveis com a capacidade produtiva da economia e a aumentar as quotas de mercado quer a nível interno quer no exterior.

O apoio dos parceiros de desenvolvimento afigura-se incontornável, porquanto a atractividade do país passa em larga medida pela melhoria da competitividade, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, da educação e formação, da capacidade institucional, domínios onde se reconhece o importante papel do Estado na geração de externalidades positivas.

3.1.5. Apreciação global da conjuntura macroeconómica

O processo de ajustamento que tem sido aplicado, em moldes globalmente consistentes, ao longo dos dois últimos anos – com vista à correcção dos enviesamentos, surgidos em 2000, que puseram em causa a sustentabilidade das finanças públicas, a estabilidade financeira e o equilíbrio externo – entrou já numa fase de consolidação, notória na conjuntura macroeconómica recente. Caracterizada pelo abrandamento da cadência inflacionária, pela recuperação da competitividade externa, pelo abaixamento tendencial das taxas de juro, pelo reforço das reservas cambiais e pela normalização das relações com os credores, esta fase de consolidação exige, todavia, perseverança no rigor orçamental e monetário, evitando excessos extemporâneos que possam colocar novamente em risco a estabilidade financeira – crucial, recorde-se, na criação de condições propícias à retoma sustentada do investimento e do crescimento (além de que a instabilidade é socialmente injusta, afectando sobretudo as populações mais desfavorecidas).

Em síntese,

	RESUMO
Índice de Desenvolvimento Humano (2004)	71.7%
Cumprimento dos objectivos definidos no Poverty Reduction Growth Facility	✓
Investimento Público em % do PIB ¹⁰	8.2%
Consumo Público em % do PIB ¹¹	31.1%
Absorção em % do PIB ¹²	131.6%
Despesas Totais em % do PIB ¹³	39,4%
Receitas Totais em % do PIB ¹⁴	31.3%
Tx. Crescimento do Crédito Interno em % do PIB ¹⁵	16.6%

3.2 Cabo Verde: Uma economia de transferência?

O estudo da matriz e qualidade intrínseca das PEI visa aperceber em que medida a sua tripla especificidade física – insularidade, exiguidade e isolamento – é ilustrativa de uma trajectória económica singular. Concomitantemente, a lógica de algumas PEI obedece a outros factores: as transferências do exterior, com reflexos nos seus agregados macro-económicos.

Assim sendo, Cabo Verde afigura-se como um caso paradigmático de uma "economia de transferência", cuja matriz conceptual denota um intenso fulgor e originalidade, dado que a visão, a estratégia e as políticas de desenvolvimento deste Arquipélago encontram-se significativamente correlacionadas com a APD.

A aposta no capital humano – educação e formação – e nas tecnologias de informação, o consenso estratégico referente às reformas institucionais e a captura – pela via da diplomacia económica de excelência – dos investimentos externos alavancadores das exportações, constituem factores potenciadores do crescimento de qualidade da referida economia.

3.2.1. Alguns conceitos orientadores

A investigação da ciência económica em torno das PEI afigura-se, desde logo, como uma contribuição original à economia espacial, pois, não se trata de localização das empresas, mas de aquilatar o impacto de uma situação geográfica sobre uma dinâmica macro-económica.

¹⁰ Valor médio para o período 1996-2000

¹¹ Valor médio para o período 1996-2000

¹² Valor médio para o período 1996-2000

¹³ Valor médio para o período 1995-2002

¹⁴ Valor médio para o período 1995-2002

¹⁵ Valor médio para o período 1994-2002

As classificações internacionais de países estribam-se, grosso modo, em aspectos do desenvolvimento económico, do comércio, da dívida interna e do grau de integração económica. O rendimento per capita constitui o indicador central nas ditas classificações (BM, FMI, OMC, etc.), elidindo, assim, a vertente da dimensão e insularidade de certos países.

Grosso modo, os PEI tornaram-se independentes, entre 1970 e 1984, irradiando, por esta via, a sua proficuidade económica e militar, no contexto das Nações.

A origem da problemática das PEI inscreve-se, geralmente, na relação espaço/desenvolvimento. O determinismo geográfico insere-se, para muitos autores, no centro das limitações das PEI, fazendo, uma apologia da economia espacial, em detrimento da economia do desenvolvimento.

No quadro de um crescimento condicionado por factores limitativos, emerge um novo conceito orientador, cuja linha de desenvolvimento teórico e metodológico suscita a passagem obrigatória pelo mercado, quer pela natureza do produto exportado, quer pelo tipo de rendimento recebido.

Com efeito, a lógica das PEI obedece, possivelmente, a factores económicos posicionados fora do mercado, o que impede que seja exactamente este o único fundamento da sua teorização, mormente para aquelas cujas forças alavancadoras repousam nas transferências do exterior, acomodando, deste modo, o consumo, o investimento, a procura e o rendimento.

Cabo Verde, nesta perspectiva, constitui um caso paradigmático de *economia de transferência*, cuja densidade conceptual denota um intenso fulgor e originalidade, pois a visão, a estratégia e as políticas de desenvolvimento do Arquipélago encontram-se significativamente correlacionadas com a APD.

3.2.2 O caso paradigmático de uma economia de transferência

A economia de Cabo Verde [Ramos (1998)] denunciava, antes da independência, uma profunda letargia que repousava numa estrutura dualista com ênfase na agricultura de subsistência, liberal desenvolvimento de mercado, base produtiva manifestamente insignificante e elevadas taxas de desemprego.

A extrema vulnerabilidade da economia e a sua quase total dependência externa ostentavam as características dominantes no período em questão. Adicionalmente, a economia tinha sofrido impactos motivados por factores naturais associados à pequena dimensão, à insularidade, à ausência de recursos naturais e à distância, ou seja, «os determinismos geográficos».

Com a independência, o manifesto subdesenvolvimento legitimava, em parte, a postura dominante e a vocação resolutamente interventora do Estado no esforço de desenvolvimento, cujo financiamento assentou, substancialmente, na ajuda externa. Como corolário disso gerou-se um modelo de desenvolvimento dominado pelo Estado. Ou melhor,

fez-se a aposta nos investimentos públicos (sobretudo nos sectores industriais), e na posição “ geo-económica”, motivada pela lógica de pólos de desenvolvimento, com vista fundamentalmente à substituição de importações e, em parte, à promoção das exportações, dada, *inter alia*, a incapacidade de se gerar um provento na agricultura.

Entretanto, aferiu-se: de 1982 a 1985, um crescimento económico, de certo modo, significativo, com estabilidade macro-económica –, dado, grosso modo, ao chamado efeito *backwardness*; de 1986 a 1990, um crescimento moderado com uma ligeira perturbação na gestão macro-económica, a par com a tímida abertura «dirigida» ao exterior fruto do esgotamento do «modelo de reciclagem da ajuda externa», e do condicionalismo político indirecto.

No período de 1991 a 2000 assistiu-se a um aprofundamento da abertura ao exterior, uma viragem mais nítida para a economia de mercado impulsionada pelo sector privado. As privatizações, a liberalização do comércio, a reforma fiscal e financeira, e a captação de investimentos externos foram claramente assumidas, desde logo, como peças fulcrais da década transacta. O crescimento económico revelou-se de forma significativo, com alguns desequilíbrios macro-económicos.

Por conseguinte, é consensual que a política económica, no período 1975-90, reproduziu claramente o quadro conceptual justificativo e mobilizador da heterodoxia estrutural consubstanciado no facto de se encarar os grandes investimentos em capital físico e infra-estruturas como a principal via do crescimento e desenvolvimento económico. Assistiu-se, no entanto, no período 1991-2000, a uma mudança na orientação da política económica, reveladora duma inspiração com um pendor convergente para a teoria neoclássica: a afectação de recursos e a liberalização das forças ou mecanismos de mercado.

Quer a primeira abordagem quer a segunda não forneceram respostas duradouras, só lidas e compreensivas à questão do desemprego, todavia. Dito de outra maneira: perdurou, sim, a provocadora inexistência de correlação negativa entre crescimento económico expressivo ou mesmo a redução da inflação e o desemprego, cuja taxa média anual, que se prolonga há mais de um quarto de século, se cifrou em 25%. Assim, o problema crucial da economia cabo-verdiana baseia-se na incapacidade de se gerar empregos significativos, pelo que esta problemática deve colocar-se firme e explicitamente no centro da agenda do desenvolvimento sustentável, inclusivo e flexível do país.

Neste sentido, justifica-se uma forte interacção entre as políticas macro-económicas convencionais e as políticas estruturais de raiz micro-económica no sentido de se atingir o objectivo nuclear a médio prazo: crescimento orgânico contínuo, florescente e de qualidade e não necessariamente «acima [pelo menos ou no intervalo] de dois dígitos». Dados mais recentes [Banco Mundial (2002)] corroboram esta posição, ou seja, pode-se atingir um crescimento de qualidade apenas com uma taxa de crescimento de um dígito –, mas com uma maior intensidade de emprego, i.e., um novo desígnio económico para o país.

Igualmente, uma abordagem ao problema tem a ver com a questão do subemprego, no contexto de um sistema nacional de emprego, cuja base teórica legitimadora ou conceito orientador significa um conjunto complexo organizado pelo mercado e pela legislação de

trabalho, pela política de emprego, pelas possibilidades de flexibilidade endógena e exógena subjacentes às empresas, pelas oportunidades evidenciadas ou não pelo sistema de ensino e de formação, e pelo sistema de protecção social.

A aposta nas tecnologias de informação, o consenso estratégico referente às reformas institucionais e a captura – pela via da diplomacia económica de excelência – dos investimentos externos alavancadores das exportações, constituem factores potenciadores do referido crescimento orgânico.

Desde a independência que Cabo Verde na qualidade de pequena economia de transferência, tem vindo a beneficiar de um fluxo significativo da APD. A trajectória deste fluxo tem sido, em termos absolutos, crescente. Tal circunstância [Ramos, 1998] simboliza, de certo modo, um dos elementos da vulnerabilidade da economia, i.e., a sua exposição aos choques externos aleatórios, dado que a APD representa uma variável exógena, por conseguinte fora do controlo das autoridades do país.

Tal *trade off* conjugado com a fraca propensão para a poupança interna acabam por obstruir, obviamente, a dinâmica do crescimento endógeno, saudável, florescente e de qualidade da economia, mormente quando paira uma hipótese atemorizadora em 2003: «desacoplamento» de Cabo Verde do grupo dos Países Menos Avançados (PMA) pela via da sua *graduação* (matéria debatida durante o III Encontro de Economistas de Cabo Verde realizado em 28 de Junho de 2002), com consequências publicamente funestas para o país: a interrupção da APD combinada com uma agenda remanescente aguilhoada para a Cooperação Internacional – CPLP/PALOP, CEDEAO, CILSS, UA/NEPAD, OMC, UE (Estatuto Especial e Acordo de Cotonou), AGOA e outras – inviabilizam, forçosamente, a edificação de uma economia inscrita numa sociedade sã, aberta, descentralizada, competitiva e solidária para Cabo Verde.

Conclusão

Na Agenda Estratégica das Grandes Opções do Plano 2002-2005 [GOP (2002)], publicada em 14 de Janeiro de 2002, pode ler-se que: “ (...) os próximos anos serão cruciais para o desenvolvimento de Cabo Verde. O futuro dependerá em muito do que formos capazes de fazer nesta primeira década do Século XXI. (...)”

A estratégia de desenvolvimento baseia-se em três elementos permanentes estruturadores do desenvolvimento pretendido pela sociedade:

- A. a inserção na economia internacional;
- B. o sector privado como motor do desenvolvimento;
- C. o desenvolvimento e afirmação da cultura nacional.

As GOP [GOP (2002)] fornecem o quadro de orientação para a elaboração do *PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO* de médio prazo, entendido como uma etapa na materialização da estratégia nacional de desenvolvimento, abrangendo o conjunto de políticas e programas públicos que se reforçam mutuamente, e visando permitir a verdadeira

descolagem da economia nacional e um patamar superior de qualidade de vida dos cidadãos nacionais.

A. Promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reformando o Estado, intensificando a Democracia e reforçando a cidadania.

No mundo interdependente e altamente competitivo em que vivemos, um país pequeno e frágil como Cabo Verde tem de ser capaz de gerar, gerir e capitalizar energias internas que sustentem a sua credibilidade e o seu desempenho como Estado.

Neste plano, o papel do Governo é de particular importância, enquanto o órgão de soberania responsável pelas políticas públicas nacionais. A boa governação não constitui encargo exclusivo dele, senão que se perfila como um princípio fundamental que deve orientar a actuação do Estado como um todo.

Para Cabo Verde, a boa governação não pode nem deve ser um mero propósito. **Muito claramente: a boa governação é, para Cabo Verde, um recurso estratégico.**

B. Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva

Cabo Verde é uma economia de fracos recursos. O alargamento da base produtiva é uma questão crucial para os cabo-verdianos, na medida em que só será possível melhorar o seu nível de vida com o alargamento da base económica e a produção de bens e serviços globalmente competitivos. Esta necessidade é acentuada pelo facto de a APD a Cabo Verde estar a diminuir, tendência que, muito provavelmente, poderá manter-se.

Só com medidas de política económica de desenvolvimento que conduzam ao alargamento da base produtiva do país, aumentando significativamente a competitividade e as exportações de bens e serviços, se poderá atingir uma estabilidade macroeconómica duradoura. **A definição de políticas sectoriais abrangentes, consistentes e adequadas à estratégia de desenvolvimento proposta é, portanto, essencial.**

C. Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/ formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento

O desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos são apreendidos no sentido da ampliação e reforço das capacidades humanas e a sua melhor utilização em todos os domínios de actividade com vista à melhoria da qualidade de vida. A dimensão cultural do desenvolvimento dos recursos humanos não pode ser descuidada, propiciando uma boa cultura geral aos cidadãos e adequando o sistema de ensino à realidade e às necessidades prementes do país, propiciando uma formação global e integrada.

Neste contexto, um dos principais desafios que actualmente se colocam é a definição de uma política de desenvolvimento de recursos humanos que atenda às necessidades de cada cidadão em particular e do país e que tenha em conta as capacidades financeiras para

a sua consecução. O carácter estratégico do sector da educação para o desenvolvimento do país e para o reforço da cidadania e da integração sócio-cultural exige a modernização do sistema educativo. **A procura de maior equilíbrio entre as expectativas sociais, as ambições técnicas e os objectivos, por um lado, e, por outro lado, os constrangimentos orçamentais constitui, seguramente, o desafio maior da sociedade cabo-verdiana no domínio da educação/formação para os próximos tempos.**

D. Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade

A construção de um modelo social que, de acordo com os recursos, permita fazer face às grandes questões sociais e garantir os direitos dos cidadãos e o exercício da cidadania implica repensar o papel de todos os agentes sociais, implicados directa ou indirectamente no processo de desenvolvimento social de Cabo Verde, e reestruturar os serviços responsáveis pela aplicação das políticas de desenvolvimento e intervenção social, encorajando igualmente o desenvolvimento de estratégias de cooperação entre os vários intervenientes que prosseguem fins de solidariedade social e promovem o desenvolvimento social equitativo.

Falar em criação e distribuição de riqueza é falar em emprego. O combate à pobreza requer um meio envolvente de crescimento económico acelerado, a descentralização das intervenções e uma abordagem participativa. Daí a necessidade de um esforço de integração institucional, sectorial e programática dos objectivos de luta contra a pobreza no funcionamento normal do sector público.

A redução da pobreza é não apenas um imperativo moral, mas igualmente um imperativo do desenvolvimento económico e social, ao qual todas as sociedades devem responder. **O objectivo estratégico é a erradicação da pobreza absoluta e a mitigação do fenómeno da pobreza em Cabo Verde, privilegiando políticas definidas globalmente que incidem sobre as causas da pobreza.**

E. Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado

O desenvolvimento de Cabo Verde deve ser equilibrado no que concerne ao conjunto das ilhas em função da vocação identificada para cada uma delas. Daí a importância de um ordenamento do território que facilite um processo equilibrado e equitativo no desenvolvimento do conjunto das ilhas, orientando o fenómeno importante e positivo da urbanização mas mitigando a desertificação interna. Deve-se potenciar o território cabo-verdiano, como factor de bem-estar dos cidadãos e de competitividade da economia.

A organização racional do espaço é uma condição de base importante para o desenvolvimento das actividades económicas internas e a competitividade da economia bem como a melhoria da qualidade de vida. Ela fornece o quadro que permite ao Estado, aos operadores económicos e às populações a optimização e a unicidade dos seus esforços e investimentos. A consecução dos grandes objectivos de desenvolvimento, quer sejam eles de natureza económica, social ou cultural, tem de passar por um intenso esforço de

infraestruturação do país (desde logo, energia, água, saneamento, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, infra-estruturas rodoviárias, transportes marítimos, aéreos), sector que, em concertação com os operadores, deve ser dotado de uma correcta regulação e de um programa de investimento e de modernização.

4. Integração Económica – O Acordo Cambial com Portugal e a Zona CFA

Introdução

Numa intervenção em 14 de Maio de 1996 na Universidade Lusíada do Porto, do antigo Ministro das Finanças Dr. António Sousa Franco, pode-se constatar que:

“ (...) Convergência no fundo o que é que significa? Significa, basicamente, aproximação de níveis ou de padrões de vida. Uma integração — e as integrações históricas demonstram isso — em que se acentuem as desigualdades entre os povos, entre as regiões, entre as unidades num espaço comunitário é uma integração empobrecedora ou distorcida; pelo contrário, uma integração que reduza as desigualdades é uma integração bem sucedida. (...) Hoje, o problema da convergência é preocupante. De facto, a Comunidade Europeia nasceu como um núcleo de seis Estados próximos — histórica, económica e culturalmente muito próximos entre si — e cada vez mais se foi alargando: um primeiro alargamento a Norte, um segundo alargamento a Sul (Grécia, Portugal e Espanha), um terceiro alargamento complementar com alguns estados da Europa Central e do Norte. (...)

O problema da convergência tem, como sabemos hoje, uma dupla dimensão. A dimensão que pode chamar-se da convergência real e, depois, numa perspectiva muito específica de políticas económicas que são hoje as políticas centrais da Comunidade Europeia ou da UE, mas que podem deixar de ser no futuro, a perspectiva da convergência nominal.

A convergência real significa isso mesmo, a convergência de padrões de vida, ou seja, a aproximação entre os povos dentro da UE, em termos de acesso aos bens da cultura, incluindo os bens económicos, de acordo com um padrão cada vez mais igualitário. Por outras palavras, integrando a igualdade nos critérios do modelo de desenvolvimento — desenvolvimento socio-económico, desenvolvimento cultural — considerar que esse desenvolvimento tem de ser entendido à escala de toda a comunidade.

Só haverá integração económica se houver desenvolvimento, isto é, expansão com emprego, com critérios de igualdade à escala da comunidade e em termos duradouros, diz-se hoje sustentáveis, de modo que isso signifique o reforço da coesão pela melhoria partilhada por todos de acordo com critérios que reduzam e não agravem as desigualdades. Convergência real é, se quisermos, desenvolvimento, mas desenvolvimento conjunto à escala de toda a UE.

Convergência nominal é algo de que se fala hoje muito para designar o quê? Basicamente, um aspecto da política económica central da UE neste final de século que é a política da União Económica e Monetária. Como sabem, a partir do Acto Único Europeu, a Comunidade deu um salto no sentido de abolir as barreiras internas que ainda existiam e de criar um Mercado Interno Único ou Mercado Interno Unificado.

(...)

De algum modo, a convergência nominal traduz-se num conjunto de escolhas de política económica que, à escala da comunidade, já de acordo com os critérios definidos no Tratado da UE, foram feitas como condições de estabilidade monetária e financeira que viabilizariam a integração de cada estado na futura UEM. Quer dizer que, de algum modo, a convergência nominal identificada com os chamados critérios de Maastricht é o objectivo

concertado a nível da comunidade de realização de determinados critérios de estabilidade monetário-financeira em cada um dos Estados. (...)

4.1. O acordo cambial Portugal – Cabo Verde e os Critérios de Convergência

4.1.1. Cabo Verde e os Critérios de Convergência de Maastricht

Para que a UEM viesse a ser um sucesso, o Tratado de Maastricht estabeleceu cinco critérios de convergência que cada Estado Membro deve respeitar para poder participar na terceira fase da UEM.

Esses critérios, que têm por objectivo assegurar que o desenvolvimento económico da UEM seja equilibrado e evitar que provoque tensões graves entre os Estados Membros, são os seguintes:

- A. Inflação: dentro de 1,5% da média dos 3 Estados Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;
- B. Défice Orçamental: igual ou inferior a 3% do PIB;
- C. Dívida Pública igual ou inferior a 60% do PIB ou tendência decrescente para 60%;
- D. Taxa de Juro de Longo Prazo: dentro de 2% relativamente à média dos 3 Estados Membros com menor taxa de inflação;
- E. Estabilidade Cambial: cumprimento durante pelo menos 2 anos das margens normais do SME, sem desvalorizações.

Complementarmente, em Junho de 1993, o Conselho Europeu de Copenhaga reconheceu o direito de adesão dos países da Europa Central e Oriental à UE desde que cumpram três critérios:

- A. **no plano político**: instituições estáveis capazes de garantir a democracia, o primado do direito, os Direitos do Homem e o respeito das minorias;
- B. **no plano económico**: economia de mercado viável;
- C. **adoção do acervo comunitário**: subscrever os diferentes objectivos políticos, económicos e no domínio monetário da UE.

Estes critérios de adesão foram confirmados pelo Conselho Europeu de Madrid, realizado em Dezembro de 1995, que sublinhou igualmente a importância da adaptação das estruturas administrativas dos países candidatos a fim de criar as condições necessárias para realizar uma integração gradual e harmoniosa.

Para o propósito deste documento, os critérios de Copenhaga são de somenos importância, pelo que nos iremos centrar única e exclusivamente nos critérios de convergência de Maastricht.

4.1.2. Os Critérios de Convergência de Maastricht: o seu cumprimento por Cabo Verde

Numa entrevista do Jornal Público, em 10 de Maio de 2005, ao Primeiro-ministro de Cabo Verde – José Maria Neves – constata-se que Cabo Verde “*é um pequeno Estado insular, que precisa de âncoras para o seu desenvolvimento económico e social. A UE poderá ser uma dessas importantes âncoras de desenvolvimento de Cabo Verde (...)*” e por outro lado Cabo Verde quer “*(...) ir o mais longe possível no relacionamento com a Europa. Não falamos neste momento de adesão, por ser uma questão muito complexa e difícil, sendo Cabo Verde um país africano. Mas pensamos que poderíamos ter um estatuto de associado, ou então um estatuto especial entre o estatuto de associado e o de adesão. É nesse quadro que estamos a trabalhar desde 2001. (...) A economia cabo-verdiana, neste momento, é uma economia "euroizada" porque temos a paridade fixa com o euro. Não haveria muitos problemas na introdução do euro (...)*”.

Assim sendo, será que Cabo Verde, se descuidarmos a questão geográfica ou política, poderia, em termos económicos, vir a aderir á UE?

No sentido de darmos resposta a esta questão, estruturámos a análise do seguinte modo:

1. O Acordo Cambial Portugal-Cabo Verde

Nos pequenos estados e em especial nos insulares, face à exiguidade do território e dos recursos naturais, a criação de valor – o desenvolvimento – tem que se apoiar, essencialmente, na sua força de trabalho, na densidade e frequência das suas relações com o exterior e numa gestão estratégica dos recursos externos, utilizando a inteligência, a energia e a vontade colectivas, desembocando, inevitavelmente, no conceito de integração.

O sistema estratégico de Cabo Verde [Correia, 2002] pode ser constituído por uma base – os equilíbrios locais e a gestão descentralizadora desses equilíbrios locais –, por um factor impulsionador – a integração, a cooperação internacional – e por uma válvula reguladora – a emigração –, influenciada também pelo segundo factor, vital para controlar a pressão demográfica.

O estudo sobre a vulnerabilidade de 111 estados em desenvolvimento [Easter, 1999] considerou que dos 25 estados mais vulneráveis, 17 eram pequenas ilhas. Existia uma forte volatilidade do crescimento do rendimento provocada pelo impacto de choques externos sobre os quais estas tinham um reduzido ou nulo controlo. A resistência ou capacidade para recuperar desses choques, dependia da magnitude do PIB.

Com efeito, os pequenos estados insulares apresentam vários factores de vulnerabilidade, tais como:

- A. O pequeno e disperso território, com uma população reduzida – aponta para o conflito entre a pequena dimensão do mercado interno e a dimensão óptima da produção;
- B. A dependência em relação ao abastecimento e financiamento externos;
- C. O reduzido e fragmentado mercado interno;
- D. A remota localização dos mercados externos, que chama a atenção para a associação de dois factores negativos: pequena dimensão do mercado interno e

distância económica e a forma mais adequada de reduzir a distância é, precisamente, a intensificação das relações com o exterior.

O comércio e a especialização internacionais constituem, por isso, uma necessidade vital para a pequena economia insular. Isto quer dizer que as relações com o exterior são os verdadeiros motores de crescimento económico e do desenvolvimento, o que significa que os países insulares precisam de ter a capacidade para construir as melhores relações externas e utilizá-las de forma a dinamizar o processo económico interno.

A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde passa pelo desenvolvimento dos sectores do turismo, dos transportes e das telecomunicações, tendo como base endógena de sustentação, a valorização dos recursos humanos numa perspectiva de competitividade global, e a atracção do IDE. Este modelo só é possível no quadro de uma integração reforçada com a Europa, encontrando em Portugal um ponto de ancoragem capaz de sustentar as políticas concretas que devem ser implementadas para o efeito e poder ele mesmo ser uma plataforma de relações entre a África, a Europa e a América, enquanto elemento fundamental da estratégia de triangulação.

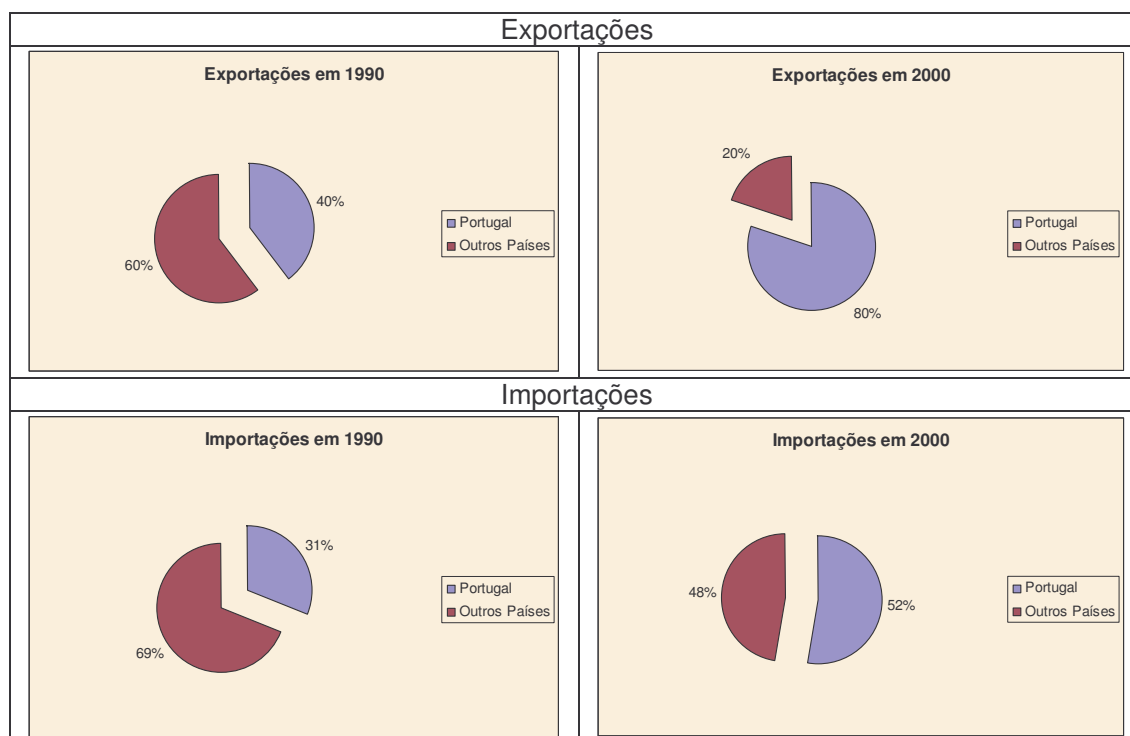


Fig. 7- Gráficos resumo do papel de Portugal no Comércio Externo de Cabo Verde

Como se comprova nos gráficos acima, Portugal desempenha, nesta acepção, o papel de verdadeiro motor de desenvolvimento de Cabo Verde.

Esta integração reforçada deve ser acompanhada pelo reforço da assunção do papel de Cabo Verde a nível regional e comportar quatro pilares essenciais [Correia, 2002]:

- A. Acordo de associação, no curto prazo, e de livre comércio, no médio prazo, com a Europa;

- B. Adopção unilateral do euro;
- C. Reforço do fluxo de capitais públicos, compensando, nomeadamente, a perda de *seignoriage* – fundos comunitários compensatórios para a infraestruturização do país – e de capitais privados, sobretudo, para os sectores da pesca, da indústria, dos serviços, nomeadamente, dos serviços turísticos;
- D. Reforço da parceria público-privada no quadro do financiamento das infra-estruturas de desenvolvimento em Cabo Verde.

Se este modelo não for rapidamente implementado, o país corre o risco de tornar-se mais vulnerável do que no passado.

O reforço da parceria de Cabo Verde com a Europa passa, necessariamente, pela consolidação da integração regional, no quadro da criação de um vasto mercado comum, permitindo a Cabo Verde enfrentar com sucesso o conflito permanente entre a pequena dimensão do seu mercado interno e a dimensão óptima de produção e entre estes e a distância económica, potenciar a sua vocação geoestratégica e funcionar como entreposto e placa giratória do comércio internacional, com vantagens competitivas ao nível do sector financeiro, dos serviços, nomeadamente do turismo, das telecomunicações, da indústria ligeira.

Cabo Verde, adoptando o Euro, deve, numa primeira fase, celebrar acordos especiais com a UEMOA e, futuramente, com a segunda zona monetária da CEDEAO [Correia, 2002] que visam manter as paridades e o uso das respectivas moedas assim como a participação nos mercados monetário e de capitais regionais. Este acordo deve ainda promover a liberalização e a eliminação das restrições nos pagamentos, o desenvolvimento empresarial, abrangendo os mecanismos de financiamento e, nomeadamente, a participação no Banco Oeste Africano de Desenvolvimento. Este novo modelo de integração exige estabilização e estruturação da economia cabo-verdiana. Nesta acepção, o ano de 1998 desempenhou um papel importante enquanto charneira na configuração do enquadramento macro-económico de estabilidade, sustentabilidade e de integração macro-económica.

Devemos, para este efeito, considerar o pacote de estabilização macro-económica traduzido por:

- A. **Acordo Stand-By com o FMI**, visando sobretudo limitar o financiamento e o endividamento do estado;
- B. **A criação do Trust Fund** no montante de 100 milhões de USD;
- C. O **programa de reformas económicas**, baseado sobretudo na aceleração e intensificação das privatizações;
- D. **A convertibilidade do ECV numa base de paridade fixa em relação ao PTE e**, posteriormente, **ao Euro**, com a assinatura do Acordo de Cooperação Cambial;
- E. **Adopção dos critérios de Maastricht**, no que se refere ao défice e ao endividamento de curto e médio prazos.

Como sabemos [PIC, 2001], as relações de cooperação entre Cabo Verde e Portugal datam dos primórdios da Independência. O grau de desenvolvimento atingido hoje nas relações de cooperação entre Portugal e Cabo Verde reflecte a excelência do relacionamento político existente entre os dois países e coloca Portugal num lugar de destaque entre os parceiros

bilaterais de Cabo Verde. No quadro do apoio à estabilidade macroeconómica, em Março de 1998, foi celebrado o Acordo de Cooperação Cambial com Portugal – garante a convertibilidade do ECV através do estabelecimento de uma paridade fixa – considerado como um dos mais importantes assinados entre os dois países. Deve-se também salientar a importante contribuição de Portugal para a constituição do *Trust Fund*, destinado a apoiar o saneamento da dívida interna cabo-verdiana.

Da leitura atenta do referido Acordo, podem-se extrair [Estêvão, 2002] as seguintes características típicas de um sistema de Currency Board:

- A. Ligação do ECV ao PTE e, posteriormente, ao Euro através de uma relação de paridade fixa;
- B. Garantia de convertibilidade do ECV por parte de Portugal;
- C. Disponibilização, por Portugal, de uma Facilidade de Crédito para reforço das reservas cambiais de Cabo Verde;
- D. Adopção dos critérios de referência dos países membros da UE para a condução da política económica em Cabo Verde;
- E. Criação de uma comissão monetária para a gestão do acordo.

Este sistema apresenta algumas vantagens [Estêvão, 2002] como destacamos seguidamente:

- A. **Maior disciplina monetária**, como resultado dos limites que o sistema impõe à expansão da moeda;
- B. **Maior credibilidade da política monetária e fiscal** e, em particular, maior dificuldade por parte do Estado em recorrer ao financiamento monetário;
- C. Melhores condições para uma efectiva despolitização da gestão do sistema monetário e financeiro;
- D. **Maior credibilidade do sistema cambial** e, em consequência, maior disponibilidade do público para recorrer ao sistema monetário e financeiro;
- E. **Liberalização da circulação de capitais** entre os dois países, com consequências para o incremento das suas relações económicas e financeiras.

Desta forma, constata-se que Cabo Verde se encontra, com a Assinatura do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, obrigado a cumprir os critérios de Maastricht pelo que, excluindo motivos de ordem política ou geográfica, poderia fazer parte da UE.

2. Análise do Cumprimento dos Critérios de Convergência

Como vimos, os critérios de convergência de Maastricht resumem-se a:

- A. Inflação: dentro de 1,5% da média dos 3 Estados Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;
- B. Défice Orçamental: igual ou inferior a 3% do PIB;
- C. Dívida Pública igual ou inferior a 60% do PIB ou tendência decrescente para 60%;

- D. Taxa de Juro de Longo Prazo: dentro de 2% relativamente à média dos 3 Estados Membros com menor taxa de inflação;
- E. Estabilidade Cambial: cumprimento durante pelo menos 2 anos das margens normais do SME, sem desvalorizações.

De forma a fazermos uma análise válida em termos históricos e estatísticos, devemos tomar como base o ano de 1998 – ano do acordo de Cooperação Cambial com Portugal – e comparar o cumprimento ou não dos critérios de Maastricht em ambos os intervalos temporais.

No que se refere ao critério Inflação, podemos elencar a sua evolução [BCV, 2000 e BP, 2004] no seguinte gráfico:

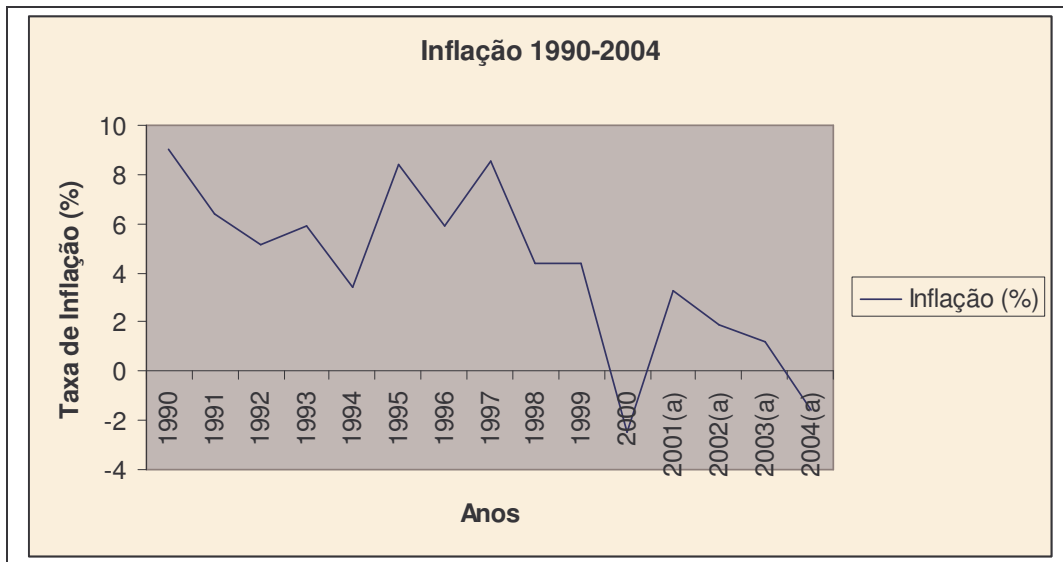


Fig. 8 – Evolução da Taxa de Inflação 1990 – 2004 (a) Estimativa

Quanto ao Défice Orçamental, podemos sumariar a sua evolução [BCV, 2000 e BP, 2004] no seguinte gráfico:

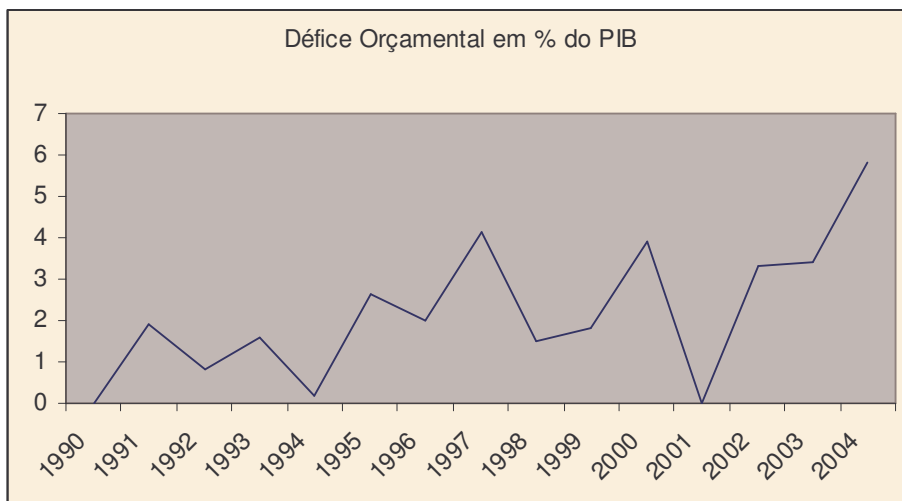


Fig. 9 – Evolução do Défice Orçamental em % do PIB 1990 – 2004 .

Relativamente á Dívida Pública, podemos resumir a sua evolução [BCV, 2000 e BP, 2004] no seguinte gráfico:

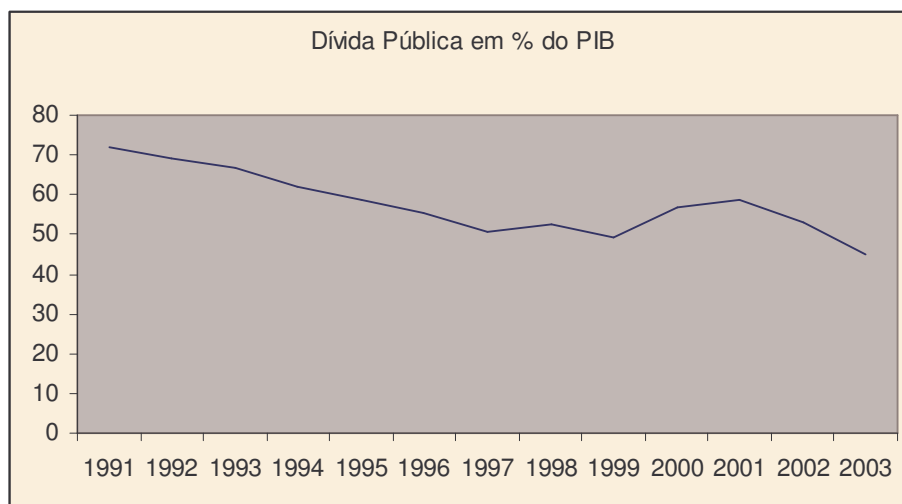


Fig. 10 – Evolução da Dívida Pública em % do PIB 1991 – 2003 .

No período 2000-2003 os valores são estimativas.

A partir de 1998, com o Acordo de Cooperação Cambial, ficou garantida a estabilidade cambial do ECV através do *pegging* ao Escudo português e ao Euro, a partir de 2002.

Em suma,

CRITÉRIO	CUMPRIMENTO
Inflação	✓
Défice Orçamental	×
Dívida Pública	✓
Taxa de Juro de Longo Prazo	✓
Estabilidade Cambial	✓

Apesar de pelo Acordo de Cooperação Cambial com Portugal se encontrar obrigado a cumprir os critérios de Maastricht, Cabo Verde não se encontra, actualmente, a cumprir o critério referente ao Déficit Orçamental o que inviabilizaria, a curto prazo, a sua adesão á UE.

4.2. Breves comentários á evolução económica de Cabo Verde até 2000

Podemos dividir a evolução económica de Cabo Verde em diferentes períodos, conforme indicado abaixo:

4.2.1. Da independência a 1988: os primórdios do desenvolvimento

Após a independência, o Governo formulou as primeiras políticas tendentes ao desenvolvimento económico e social do país. Os objectivos fundamentais [Marques, 2000]

dos primeiros pacotes de medidas de política económica foram essencialmente o desenvolvimento de uma economia e infra-estruturas modernas, como meio de criação de emprego, entendido como veículo privilegiado de combate á pobreza existente em Cabo Verde.

A grande opção de política económica [Marques, 2000] desta época foi um desenvolvimento voltado para o interior do país com um forte controlo do comércio externo e com um papel predominante do Estado na economia.

4.2.2. O biénio 1989-1990: o fim do modelo de desenvolvimento inicial

O biénio 1989-1990 [Marques, 2000] representou o final do modelo de desenvolvimento voltado para o interior, que se revelou como uma estratégia datada e com duração limitada. Este período é caracterizado pela existência de dificuldades significativas ao nível do desempenho económico cabo-verdiano. O crescimento económico [Marques, 2000] não ultrapassou os 3,7% ao ano contra taxas médias de crescimento de 6% nos anos anteriores.

As causas deste mau desempenho económico foram diversas [Marques, 2000]:

- A. Quebra na criação de valor acrescentado por parte das empresas públicas;
- B. Redução de investimento público;
- C. Subdesenvolvimento do sector privado;
- D. Sector financeiro inadequado;
- E. Escassez estrutural de infra-estruturas de transportes e comunicações;
- F. Maus anos agrícolas e diminuição da procura de serviços associados ao tráfego aéreo.

4.2.3. 1991: A reforma da política

Em 1991 com a alteração do partido do Governo, em resultado sobretudo das grandes dificuldades económicas e sociais do país bem como do atraso na aplicação das reformas prometidas pelo Governo do PAICV, o MPD adoptou a estratégia de orientação da economia para o exterior que o Governo anterior tinha delineado em traços gerais mas não tinha conseguido pôr em prática.

A aposta na economia de mercado orientada para o exterior passou por três grandes vertentes [Marques, 2000]:

- A. A reforma do Estado, através da reestruturação da função pública e de um esforço de descentralização e de limitação da intervenção do Estado á promoção de infra-estruturas de base;
- B. na sequência do primeiro desígnio, a reforma total do sector empresarial público (reestruturação, privatização ou liquidação das empresas públicas);
- C. o desenvolvimento de um sector privado competitivo, apoiado por estruturas institucionais adequadas e a operar em ambiente concorrencial que promovesse a sua capacidade de implantação no mercado mundial.

4.2.4. 1991-1996: os resultados da nova política

O conjunto de profundas reformas na economia de Cabo Verde teve implicações importantes [Marques, 2000]:

- A. Conversão da estrutura produtiva do país, em especial no respeitante às actividades exportadoras;
- B. O turismo conheceu neste período um crescimento assinalável;
- C. Crescimento significativo das exportações em valor, o que demonstra claramente o ganho de competitividade e a progressiva inserção no comércio mundial dos sectores exportadores de Cabo Verde;

Em resultado da liberalização do comércio e do conseqüente aumento da oferta interna de produtos importados e da continuação das políticas de estabilização de preços, em sectores específicos, a inflação conheceu reduções significativas entre 1991 e 1994.

O ano de 1995 foi um ano de retrocesso para a economia de Cabo Verde: as pressões exercidas sobre a procura interna, devido ao mau ano agrícola de 1994, e o grande crescimento das despesas públicas levou a um aumento desmesurado da inflação para 8,38%. Destaco ainda o crescimento explosivo da dívida interna e, conseqüentemente, do serviço da dívida.

4.2.5. O Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000

O ano de 1997 marcou o início de uma segunda etapa no processo de desenvolvimento de Cabo Verde orientado para o exterior. Este foi o ano da formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000.

Foram então estabelecidos objectivos económicos e sociais, que pretendiam resultar no reforço do controlo sobre a situação económica e no incremento da luta contra os problemas ainda existentes [Marques, 2000]:

- A. Estabelecimento de uma meta de crescimento anual do PIB a taxas não inferiores a 5%, entendido como um elemento estratégico para assegurar um desenvolvimento sustentável da Nação;
- B. Política económica de estabilização da inflação, equilíbrio da Balança de Pagamentos, e criação de condições para o melhor funcionamento do mercado como mecanismo de determinação dos preços;
- C. Política monetária equilibrada, tendo por objectivo que o crescimento da massa monetária não ultrapassasse em momento algum o ritmo de crescimento nominal do PIB;
- D. Manutenção do défice público a níveis inferiores a 5% do PIB, através do controlo das despesas correntes do Estado e nunca financiado no sistema bancário de Cabo Verde;
- E. Promoção de políticas de emprego público, como instrumentos de política social e de redução da taxa de desemprego;
- F. Continuação do esforço de promoção das exportações;

- G. Estruturação de programas de controlo da natalidade;
- H. Melhoria da produção nacional de bens alimentares;
- I. Reforço do sistema educativo e avaliação da reforma do ensino;
- J. Luta contra a pobreza, através de políticas de emprego e de habitação, de combate ao analfabetismo.

4.3. Aspectos gerais da Cooperação

Em 18 de Janeiro de 2005, Portugal e Cabo Verde assinaram, na Cidade da Praia, o Plano Anual de Cooperação (PAC) Na sequência da assinatura deste acordo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros publicou a seguinte nota de imprensa que, em síntese, se transcreve:

“ (...)

1. Introdução

O Plano Anual de Cooperação Portugal - Cabo Verde para 2005 tem como quadro de referência o Programa Indicativo de Cooperação 2005-2007, assinado em Lisboa pelas autoridades de ambos os países em Novembro de 2004.

Este Programa Indicativo, que constitui o documento de estratégia da Cooperação Portuguesa para Cabo Verde, estabelece que a cooperação durante o triénio se desenvolverá em torno de três eixos prioritários de intervenção:

- *Valorização dos Recursos Humanos e Capacitação Técnica;*
- *Apoio à Criação de Infra-estruturas Básicas, Ordenamento do Território e Recuperação de Património;*
- *Apoio à estabilidade macroeconómica;*

O Plano de Anual de Cooperação para 2005 concretiza estas prioridades através da identificação dos programas, projectos e acções a desenvolver, o respectivo plano financeiro previsional, bem como as suas modalidades de acompanhamento.

2. Programas Sectoriais de Acção

2.1. Eixos Prioritários

2.1.1. Valorização dos Recursos Humanos e Capacitação Técnica

Uma das três prioridades identificadas para a intervenção da Cooperação Portuguesa no apoio ao desenvolvimento de Cabo Verde é a da qualificação dos recursos humanos e da capacitação das instituições. Neste contexto a intervenção nesta área durante o ano de 2005 contemplará o apoio ao funcionamento do ensino básico e secundário e à formação superior de estudantes cabo-verdianos.

(...)

Ainda no âmbito da valorização e qualificação dos recursos humanos a Cooperação Portuguesa contribuirá para a formação da mão-de-obra e dos quadros técnicos cabo-verdianos, através do apoio ao funcionamento e à realização de cursos de formação profissional levados a cabo pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde, bem como da formação especializada noutros domínios, designadamente da magistratura, justiça e polícia, dos arquivos, da saúde e da farmácia e, ainda, da comunicação social.

No campo da capacitação institucional a Cooperação Portuguesa apoiará as instituições públicas cabo-verdianas, tanto na capacitação dos seus quadros como na assistência e apoio técnico ao funcionamento dos serviços, com particular relevância para aquelas áreas com maior impacto na boa governação e na administração estatal.

(...)

2.1.2. Apoio à Criação de Infra-estruturas Básicas, Ordenamento do Território e Recuperação de Património

No contexto deste segundo eixo prioritário do Programa Indicativo de Cooperação, em 2005 apoiar-se-ão projectos de infra-estruturas de transportes, de comunicações, escolares e de saúde. Serão também objecto de apoio as áreas do ordenamento do território e do ambiente bem como da recuperação de património.

Assim, no domínio das infra-estruturas de transportes, será concedido, pelo Ministério das Finanças de Portugal, um empréstimo no valor de 17 M€ para a construção da Radial da cidade da Praia e da estrada Praia - S. Domingos, continuando a ser prestados apoios, na forma de bonificação de empréstimos, à construção de outras infra-estruturas rodoviárias estruturantes. No domínio das comunicações apoiar-se-á a instalação de três centros emissores - Monte Babosa, Maio e S. Nicolau - que permitam melhorar uma maior cobertura do território pelo sinal de televisão.

(...)

No domínio do ordenamento urbano e ambiente, dar-se-á início à segunda fase do projecto de levantamento aerofotogramétrico do território de Cabo Verde que consistirá na produção da cartografia digital resultante do levantamento já concluído. (...)

No domínio do património, a Cooperação Portuguesa dará continuidade durante o ano de 2005 às intervenções que se encontram em curso na Cidade Velha – Centro Comunitário e Sé Velha – e no Mindelo – réplica da Torre de Belém. Neste ano está previsto dar início à execução de uma nova intervenção na cidade do Mindelo que visa a reabilitação de um edifício do centro histórico para a instalação de uma mediateca, a exemplo da que já funciona na Praia

2.1.3. Apoio à estabilidade macroeconómica

No contexto deste terceiro eixo prioritário continuará a dar-se execução à Facilidade de Crédito criada ao abrigo do Acordo de Cooperação Cambial, através da qual Portugal disponibiliza anualmente até ao montante de 44,9 M€ destinado a reforçar as reservas cambiais de Cabo Verde e a preservar a paridade fixa da moeda cabo-verdiana relativamente ao euro bem como o apoio à Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (COMAAC) e à Unidade de Acompanhamento.

(...)

4. Programa Financeiro

O Plano Anual de Cooperação Portugal - Cabo Verde para 2005 eleva-se a um montante financeiro orçamentado de 16 M€, cuja afectação previsional por eixos prioritários e por projectos consta do anexo a este Plano. (...)

4.4. Estaremos perante uma zona monetária óptima?

O critério da zona monetária óptima foi inicialmente formulado por R. A. Mundell e baseia-se na premissa de que entre certos países se constitua uma zona no interior da qual circula uma mesma moeda com taxas de câmbio fixas, mas flexíveis em relação aos países fora da mesma zona.

Uma Zona Monetária “apresenta numerosas vantagens: ganhos de eficiência graças à redução das incertezas ligadas à taxa de câmbio e aos custos de transacção (cálculo, incómodo, detenção) economias de escala, ligadas à extensão do domínio da transacção da moeda única, extensão da capacidade de resistência aos choques externos”.

Apesar de ter taxas de câmbio fixas, existe total liberdade de circulação de factores produtivos nomeadamente capital e sobretudo mão-de-obra flexível que possa continuamente ser deslocada pressupondo-se ainda simetria em relação a choques externos.

Tomemos como exemplo um país composto por duas regiões, o Norte e o Sul, nas quais a força de trabalho é móvel. O Norte extremamente húmido e chuvoso produz arroz, enquanto o Sul com clima mais temperado produz batata. Suponhamos que o consumo de arroz diminui, aumentando o consumo da batata. O Norte regista um défice da BTC e um excedente de oferta da mão-de-obra. O Sul regista precisamente o inverso. Havendo deslocação da mão-de-obra da região em recessão para a região com maior crescimento, permite-se um maior equilíbrio no mercado de trabalho e dos saldos das BTC, entre as duas regiões.

Efectivamente a procura de batata no Sul aumenta com o afluxo de mão-de-obra do Norte, reduzindo o excedente exportável do Sul enquanto as importações de arroz do Norte tendem a equilibrar a sua balança. Apesar de haver fixidez no câmbio, ambas as regiões podem constituir uma Zona Monetária Óptima no dizer de Mundell, tomando como base a mobilidade do trabalho.

Se os factores produtivos não forem suficientemente móveis, não se poderá falar em Zonas Monetárias Óptimas até porque a alternativa passará necessariamente por ajustamentos nas taxas de câmbio, no nível de actividade e no emprego.

Efectivamente, o Norte só poderá vender arroz se o seu preço real em termos de batatas diminuir, pois a degradação dos termos de troca terá que pressupor vantagens para aumentar o consumo de arroz no Sul. Se os salários forem rígidos, neste caso a alternativa passa pela desvalorização da moeda no Norte (com câmbios flexíveis), para tornar a exportação de arroz mais competitiva face à da batata no Sul. Se os câmbios forem no entanto fixos, o Norte poderá diminuir a sua produção gerando maior desemprego.

No fundo havendo ausência de mobilidade de trabalho, o reequilíbrio pressupõe mexidas nas taxas de câmbio, na actividade e no emprego.

Se houver simetria nas regiões então os preços relativos não serão preponderantes e tenderão ao ajustamento. Se pelo contrário houver assimetrias com câmbios fixos e pequena mobilidade de trabalho, tenderá a haver contágio da recessão entre regiões uma vez que existe fixidez entre a variação de valor das duas moedas (taxas de câmbio). Dado que existe incapacidade de autonomamente via cambial e monetária se poderem fazer ajustamentos no emprego, face a prováveis choques assimétricos, é fundamental existirem apoios financeiros provenientes do orçamento da comunidade.

O conceito de Zona Monetária Óptima pressupõe no fundo plena mobilidade de factores produtivos. A maior liberdade de circulação de mão-de-obra deverá ainda tornar flexíveis os salários reais e os preços reduzindo o desemprego das áreas em recessão através da transferência de mão-de-obra para locais de subemprego favorecendo a harmonização fiscal, a estabilização orçamental e o equilíbrio pela deslocação de factores produtivos de espaços com menor produtividade para outros de maior produtividade, investimento e desenvolvimento económicos, estimulando sobretudo o equilíbrio.

A teoria da Zona Monetária Óptima de Mundell (1961) foi enriquecida com os trabalhos de vários economistas de quem se destacam Mackinnon, Kenen, Ingram, Cooper e Kindleberger.

Mackinnon apela ao grau de abertura da economia ao exterior na ZMO, para definir a eficácia das políticas de estabilização. Quanto mais produtos para exportação forem produzidos num país, mais este apresenta uma maior abertura em relação ao exterior, apresentando-se os produtos internos com maior sensibilidade em relação às variações das taxas de câmbio.

Uma política anti – inflação em regime de câmbios fixos numa economia aberta ao exterior vai fixar uma moeda forte e definir uma política de baixos preços internos garantindo competitividade sem recorrer ao regime de câmbios flexíveis (via desvalorização da moeda).

Kenen defende a diversificação da produção, para defender melhor o regime de câmbios fixos e a integração das Zonas Monetárias Óptimas. Segundo Kenen quanto mais especializada na produção for uma economia, mais esta está dependente de choques assimétricos. Daí a necessidade de combater as mono-produções anteriormente salientadas entre a região Norte e a região Sul, no exemplo referido pela maior diversificação, única forma de agregar as ZMO.

Ingram defende a integração financeira para o reequilíbrio das balanças de pagamentos internos. As transferências internas provocariam ZMO financeiramente unificadas, combatendo com facilidade os défices sem grandes pressões sobre os câmbios ou sobre as taxas de juro, tendo em conta que existe plena liberdade de circulação de capitais.

Mundell, Mackinnon, Kenen e Ingram colocam as ZMO através de países individualmente considerados.

Cooper e Kindleberger defendem a homogeneidade das preferências. Os diversos países devem procurar preferências ao nível de produtos/serviços numa procura colectiva e comum

às diferentes populações. Os objectivos devem também ser unificados em torno de prioridades, comuns aos Estados-Membros, como reduções nas taxas de juro ou inflação ou mesmo no desemprego.

Em suma, os critérios de sucesso que nos permitem afirmar que dois ou mais países formam uma Zona Monetária Óptima entre si, derivam de:

- A. Existência de mobilidade factorial;
- B. Existência de flexibilidade salarial;
- C. Existência de integração fiscal;
- D. Estruturas económicas similares;
- E. Elevado grau de abertura da economia.

4.4.1. Será que Portugal e Cabo Verde constituem uma ZMO?

1. Existência de mobilidade factorial

A emigração [Esteves, 2001] constituiu sempre um fenómeno da história de Cabo Verde, podendo ser agrupada por períodos:

- A. **Meados do séc. XIX até anos 20 do séc. XX** – o fluxo migratório mais importante dirigiu-se para os EUA (61.7%), Guiné (8,1%), América do Sul (7,1%), Santo Tomé e Príncipe (5,5%), Senegal (5,1%) e Portugal (4,4%);
- B. **Dos anos 20 até finais da Segunda Guerra Mundial** – caracteriza-se por um declínio das saídas de Cabo Verde, sendo que o grande responsável por este declínio foram os EUA que impuseram restrições á entrada;
- C. **Após 1946 e até á independência** – Assiste-se a um verdadeiro êxodo tendo e emigração eleito Portugal e a Holanda em detrimento dos EUA. Esta tendência mantêm-se nas décadas de 1970 e 1980;
- D. **Actualmente não existem dados estatísticos ou publicações que disponibilizem informação sobre o fenómeno migratório de Cabo Verde**, contudo estima-se que o número de emigrantes se situe nos 800 mil;

Conclui-se assim que existe mobilidade do factor produtivo trabalho.

2. Existência de flexibilidade salarial;

Apesar da insuficiência de informação sobre a evolução do desemprego e salários, tendo em conta que nem a OIT publica estatísticas sobre Cabo Verde e que os dados que existem se encontram dispersos, é possível concluir [Esteves, 2001], com base num *proxi* da evolução do PIB real com a evolução salarial, que existe um determinado grau de flexibilidade salarial.

3. Existência de integração fiscal;

As consequências de um choque assimétrico, podem ser atenuadas mediante a transferência de recursos de um país para outro atenuando os efeitos desse choque. As transferências oficiais ou privadas [Esteves, 2001] para Cabo Verde, nos últimos anos são sempre superiores a 20% do PIB, podendo de certa forma atenuar desequilíbrios resultantes de choques assimétricos. Pode ainda afirmar-se [Esteves, 2001] que a Zona Euro assume-se como a principal responsável pelas transferências recebidas por Cabo Verde e se atendermos que estas representam 50% do total, então a integração fiscal, por via de transferências canalizadas por Portugal e pela EU, é uma realidade.

4. Estruturas económicas similares;

Cabo Verde escolheu Portugal como seu principal parceiro comercial. Contudo, comparando [Esteves, 2001] a estrutura de comércio externo de ambos os países, mais concretamente a distribuição sectorial das exportações e das importações, podemos concluir que as estruturas económicas e produtivas são muito diferentes, criando condições para a ocorrência de choques assimétricos.

5. Elevado grau de abertura da economia.

Cabo Verde é uma economia muito dependente do exterior na medida em que as importações superam claramente as exportações [Esteves, 2001].

Podemos concluir que Cabo Verde concentra o seu comércio externo com a Zona Euro, sendo Portugal o seu principal parceiro comercial, pelo que a decisão de fixar a taxa de câmbio é, segundo este critério, uma boa opção.

Assim, da validação dos critérios podemos referir [Esteves, 2001] que, apesar da existência de uma possível flexibilidade no mercado de trabalho cabo-verdiano, da existência de um nível razoável de transferências do exterior por via das remessas dos emigrantes, da ligação muito forte, em termos comerciais, a Portugal e á UE e com um grau considerável de abertura ao exterior poderíamos concluir que Cabo Verde e Portugal formariam uma zona monetária óptima incompleta. Contudo, como se demonstrou, há uma diferença entre a estrutura económica dos dois países pelo que estaremos [Mendonça, 2000] na presença de uma zona monetária natural incompleta.

4.5. A Zona CFA

Desde o desmantelamento do sistema de Bretton Woods em 1973, que as taxas de câmbio voláteis têm criado problemas para a economia mundial. Taxas de câmbio que sejam estáveis são de interesse vital, especialmente para países cujas dívidas estão expressas em moeda estrangeira.

Como vimos pelo que sucedeu na crise asiática, o *pegging* unilateral das taxas de câmbio não parece ser sustentável e daí haver interesse em estabelecer uma coordenação monetária multilateral. A zona do Franco CFA pode muito bem ser o exemplo mais antigo deste tipo de acordo.

Esta zona inclui 14 estados membros em África¹⁶ a que devemos juntar a França, na Europa.

4.5.1. A origem do Franco CFA

O acordo de coordenação monetária da zona do Franco CFA remonta á época colonial. Até 1962, a designação “Franco CFA” significava *Franc des colonies françaises de l’Afrique*. Actualmente, significa *Franc de la Communauté Financière Africaine* (África Ocidental) e *Franc de la Coopération Financière en Afrique Centrale* (África Central). Ambas as moedas seguem acordos monetários semelhantes, envolvendo um *peg* verdadeiro ao Franco Francês, i.e. ao Euro sendo que a convertibilidade das moedas é totalmente assegurada pela França.

O balanço dos dois “bancos centrais”, localizados em Dakar e Yaoundé, que emitem os dois Francos CFA são contas operativas no Tesouro francês. Enquanto o lado do débito é denominado em Francos CFA, o lado do crédito é denominado em Euros.

Em todas as decisões importantes tomadas por estes bancos, a França tem direito de veto decorrente da sua presença em todos os órgãos principais e todas as decisões só podem ser tomadas desde que todos os membros estejam presentes [KÖNIG, 2001].

O acordo de coordenação monetária do Franco CFA, obriga os seus estados membros a [ECB 2002, SEMEDO / VILLIEU 1997]:

- A. depositar 65% das suas reservas em moeda estrangeira na conta operativa domiciliada no Tesouro francês;
- B. fornecer cobertura de 20% em todas as responsabilidades á vista;
- C. impôr um limite no crédito concedido a cada estado membros a 20% da receita pública do país no ano anterior.

Em troca, o Tesouro francês garante, através de liquidez ilimitada em Francos, ou seja, em Euros, uma taxa de câmbio de $655,957 \text{ FCFA} = 1\text{FF} = \text{€ } 0,00154490$. Este esquema manteve-se até que as contas operativas junto do Tesouro francês se tornaram continuamente negativas. Em 1994 tornou-se óbvio que seria, para a França, demasiado dispendioso suportar a taxa de câmbio definida pelo que o CFA foi desvalorizado em 50%. Desde essa altura que o CFA estava, bem como o Euro - a sua moeda âncora-, em constante apreciação.

A França, quando se tornou membro da Zona Euro, fê-lo com a condição de que sempre que ocorressem alterações ao nível de países membros ou das taxas de câmbio na zona CFA, estas seriam previamente comunicadas ás instituições europeias.

O acordo entre o Tesouro francês e os seus parceiros africanos é, para a França, de natureza orçamental. Os acordos que constituem a zona CFA não envolvem qualquer

¹⁶ Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal, Togo, Camarões, República Centro Africana, Chade, República do Congo (Brazzaville), Guiné Equatorial e Gabão.

obrigação para o BCE de suportar o *pegging* ao Euro. [Decisão do Conselho Europeu de 23 de Novembro de 1998].

4.5.2. Alguns aspectos do acordo CFA

(a) Sub-optimalidade da composição da Zona CFA

Até 1994, o sistema da zona do Franco CFA não era mais do que um grupo de países independentes com um passado colonial e moeda comum. A criação de comunidades económicas regionais – UEMOA e CEDEAO – trouxe poucas alterações. As trocas comerciais entre os países membros é muito limitada – apenas 11% do comércio externo – devido às más infra-estruturas, elevada dependência orçamental desses países das receitas fiscais e falta de diversidade nas economias locais.

Os países membros são extremamente diversos, sendo que as suas economias dependem grandemente das exportações dos mais variados bens primários. De acordo com várias pesquisas sobre o critério clássico de zona monetária óptima concluem não ser esta uma zona óptima [GEHLE,1998; GURTNER 1999; FIELDING / SHIELDS 2001]. É contudo, opinião corrente que a gestão comum de reservas e as poupanças com custos administrativos são muito vantajosas. [MICHELSEN 1995].

(b) Performance Económica

Até aos anos 1980, os países membros da zona CFA pareceram beneficiar do acordo: taxas de inflação baixas e taxas de crescimento maiores que as dos países vizinhos. Esta situação alterou-se a partir de meados da década de 1980, na medida em que quer os preços dos bens primários quer as taxas de câmbio foram-se tornando cada vez mais voláteis. A zona do Franco CFA ficou então em desvantagem na medida em que perdeu flexibilidade no ajustamento a choques externos [DEVARAJAN / ROVIK 1991]. Em virtude do *pegging*, o Franco CFA tornou-se sobreavaliado e a zona como um todo perdeu competitividade devido a desvalorizações competitivas dos países vizinhos e outros países no mercado mundial.

Desde essa altura que o PIB da zona CFA tem sido geralmente baixo, e o crescimento económico mais lento que o crescimento da população. O crescimento da zona CFA foi particularmente lento quando comparado com outras zonas semelhantes [MICHELSEN, 1995].

Com a desvalorização do Franco CFA, em 1994, estabeleceu-se uma base para a interdependência na medida em que zonas monetárias comuns da África Ocidental e Central eram suplementadas por *building blocks* económicos– UEMOA e CEDEAO.

(c) Impactos da apreciação do Euro

Com o desmantelamento do sistema de Bretton Woods, o Franco CFA flutuou com a sua moeda âncora – o Franco Francês. Isto teve um impacto negativo na estabilidade económica local, uma vez que todos os países membros eram altamente dependentes das exportações de bens primários cujos preços eram definidos e mantidos em USD. A

apreciação do Euro, a queda dos preços de exportações e o nível elevado do preço do petróleo suportaram uma deterioração acentuada da Balança de Transacções Correntes dos países membros.

A austeridade política imposta pelas instituições do sistema de Bretton Woods e pela França bem como o facto de haver a necessidade de acompanhar a política monetária do BCE levou a uma pressão deflacionária na Zona do Franco CFA enquanto não é possível reduzir a taxa de inflação a zero. A apreciação do Euro tornou as importações de produtos europeus, em termos reais, mais caras.

(d) Choques Externos

O *pegging* tornou impossível o ajustamento da taxa de câmbio a alterações nos preços das matérias primas, o que [DEVARAJAN / ROVIK,1999] anula a vantagem da estabilidade cambial quando a volatilidade de preços é elevada.

Uma zona monetária maior compreendendo economias diversas pode ter outro comportamento em termos de choques externos nos mercados de activos. Contudo, para a zona CFA como um todo, o investimento externo desempenha um papel quase insignificante resumindo-se apenas a investimentos tendentes á exploração de recursos naturais.

(e) Free riding

O facto de que as Balanças de Transacções Correntes dos países membros serem geridos como um todo no Tesouro francês pode levar a um comportamento de *free ride* em termos de política fiscal. É de referir que os países mais ricos – Costa do Marfim e Senegal – aumentaram as suas despesas á custa dos países mais pobres.

4.5.3. O processo de integração regional

1. A perspectiva africana

Com algumas excepções, a insatisfação com o acordo actual é bastante abundante em termos de análise académica e a discussão sobre o futuro da Zona CFA é muito actual [BEN HAMMOUDA / KASSÉ, 2001].

Á primeira vista, um sistema de múltiplas divisas parece ser uma boa opção para os países africanos uma vez que a sua economia é baseada na exportação de vários bens primários. Se cada país possuir a sua moeda há uma maior facilidade de ajustamento das taxas de câmbio em resposta a choques externos. Contudo, a constituição de uma união monetária pode, igualmente, conduzir a um reforço dos laços comerciais regionais e assim uma única moeda da África Ocidental ou Africana pode ser óptima em termos ex post [FRANKEL, 1999].

A dissolução da componente do acordo relativa á cooperação Sul-Sul é raramente proposta. Planos para um novo acordo levam habitualmente a conceitos visionários de que é exemplo a criação de uma moeda africana comum. A criação de um Banco Central Africano, um

Banco de Investimento Africano e um Fundo Monetário Africano já se encontravam previstos no artigo 19º do Acto Constitutivo da União Africana.

Na África Ocidental, os países não pertencentes á Zona CFA estão a planear estabelecer uma moeda única fruto do cabaz das moedas do Gana, Libéria, Serra Leoa, Guiné Conacri e Gambia. Num segundo passo, esta moeda devia ser fundida com o Franco CFA Ocidental.

2. A perspectiva europeia

Otto von Bismarck proferiu, em 1888, uma declaração surpreendente para a época : “*Meine Karte Afrikas liegt in Europa,*” ou seja “o meu mapa de África está localizado na Europa”.

A unificação europeia trouxe uma nova perspectiva ao mapa africano. Uma vez que existe uma única moeda europeia – lato sensu – é dificilmente compreensível uma justificação para manter múltiplas moedas africanas que remontam aos tempos coloniais.

Toda a Zona CFA é de diminuta importância económica para a Europa, na medida em que o PIB conjunto não excede 0.5% do PIB da U.E. Se existe alguma vantagem do sistema do Franco CFA para a Europa esta é devida á sua relativa insignificância no comércio quer com a Europa quer com o resto do Mundo ao invés da importância da Europa tem para esta região africana.

A UE, e a França em particular, é o maior parceiro destes países em termos comerciais, fluxos financeiros e influência política. Este é o exemplo típico de pequenas economias abertas que fazem um *pegging* das suas moedas á do seu maior parceiro.

4.5.4. *Estaremos perante um modelo de Coordenação Monetária?*

O sistema de cooperação monetária da zona do Franco CFA é excepcional. Compreende um grupo de países extremamente pobres e altamente endividados com quase nenhuma infra-estruturas e grandes imperfeições de mercado.

Estas economias são dependentes da exportação dos mais variados bens primários e o investimento externo não desempenha um papel relevante.

Basicamente, as razões que levam á existência desta cooperação monetária são praticamente todas de índole política: poupança de custos administrativos e ligação da região á França, ou seja, á Europa.

Desde a década de 1980, tal ligação não parecia contribuir para o desenvolvimento dos países membros. O mecanismo de um verdadeiro *peg* ao Euro levou a custos consideráveis para o lado europeu. Há uma grande necessidade de descobrir um método de cooperação monetária que ofereça maior flexibilidade que o actual sistema.

Conclusão

Quer no caso do Acordo Cambial Luso-Caboverdeano quer na Zona CFA, a racionalidade dos acordos [Marques, 2000] foi tida como um dado adquirido. Ou seja, foi claramente assumido *a priori* um saldo líquido positivo resultante do estabelecimento destes acordos. Por motivos de ordem económica, política, ou outros, foram assumidos á partida como maiores os benefícios que as desvantagens decorrentes destas opções de política cambial.

Em ambos os casos, foi estabelecida uma paridade fixa relativamente a uma economia âncora mais desenvolvida e instituiu-se um regime de livre convertibilidade e circulação de capitais sem restrições. Portanto, na sua génese, nos seus objectivos fundamentais, os acordos apresentam semelhanças evidentes.

Estes dois acordos [Marques, 2000] têm, contudo, uma característica que os torna singulares entre si e que os coloca em patamares diferentes da escala dos processos de integração monetária: enquanto no caso luso-caboverdeano a paridade fixa é apenas suportada pela economia âncora do sistema, na zona CFA, pelo contrário, o *peg* é garantido pelas autoridades francesas.

Em síntese, [Marques, 2000]

- No acordo luso-caboverdeano existe uma facilidade de crédito para suporte da paridade estabelecida, que não passa precisamente de um mecanismo de crédito, com condições vantajosas, mas sem que tal represente o envolvimento directo da parte portuguesa na defesa da paridade e livre convertibilidade da moeda cabo-verdiana;
- No caso da Zona CFA, a possibilidade instituída de levantamentos ilimitados (mesmo a descoberto) da conta de operações sediada junto do Tesouro francês, traduz-se num envolvimento directo e solidário das autoridades francesas na defesa das divisas pertencentes ao regime.

A Zona CFA e os mecanismos cambiais que lhe estão subjacentes, representam, de facto, um estado mais avançado de integração monetária que o Acordo Cambial Luso-Caboverdeano. Contudo, este último constitui - apesar da existência de uma possível flexibilidade no mercado de trabalho cabo-verdiano, da existência de um nível razoável de transferências do exterior por via das remessas dos emigrantes, da ligação muito forte, em termos comerciais, a Portugal e á UE e de um grau considerável de abertura ao exterior - uma zona monetária óptima incompleta. Contudo, como se demonstrou, há uma diferença entre a estrutura económica dos dois países pelo que estaremos [Mendonça, 2000] na presença de uma zona monetária natural incompleta.

Conclusão

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas por navegadores portugueses em Maio de 1460. Dada a sua posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento. **Com a abolição do comércio de escravos e a constante deterioração das condições climáticas, Cabo Verde entrou em decadência e passou a viver numa economia de subsistência.**

Os recursos económicos de Cabo Verde dependem principalmente da agricultura e da riqueza marinha. O sector industrial encontra-se em pleno desenvolvimento e podemos destacar o fabrico de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal. A banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções são os principais produtos exportados.

Mau grado a problemática do desenvolvimento, enquanto objecto constituído de reflexão teórica ser algo relativamente recente, são vários os esforços e as estratégias para converter as virtualidades estratégicas do arquipélago em fonte e motor do seu enriquecimento económico. **Ocorreu por diversas vezes no tempo que a posição geográfica de Cabo Verde se transformou num factor de desenvolvimento.** Contudo, se o motor geoestratégico acelera em certos momentos, parecendo que vai entrar em velocidade de cruzeiro, é para quase sempre, posteriormente, entrar em estagnação.

Atendendo às características do arquipélago, grosso modo marcadas pela insularidade, exiguidade e sahelidade, o impulso ao desenvolvimento tem de ser forçosamente exógeno. Historicamente acontece que determinadas conjunções conjunturais de factores num vasto campo de interacções centrado no Atlântico, têm feito apreciar estrategicamente o valor da posição geográfica das ilhas, até então periféricas e marginais. É isso, portanto, que cria alguma potencialidade de desenvolvimento nas ilhas.

São os ditames exteriores – dos quais dependem vitalmente as ilhas exíguas e sahelianas - que assim impõem. **Exogeneidade e transitoriedade constituem, assim, os traços essenciais dos impulsos de desenvolvimento cabo-verdiano.**

Se é certo que os impulsos ao desenvolvimento são, dada a exiguidade, insularidade e sahelidade de Cabo Verde, necessariamente externos e transitórios, não é menos verdade que existe, ainda assim, um espaço de liberdade na gestão deste determinismo.

Historicamente, o rentismo não gera processos económicos cumulativos e sustentáveis na perspectiva de longa duração, ainda que, impõe-se reconhecer, seja capaz de proporcionar conjunturalmente muitos ganhos. Da História também se depreende que o desenvolvimento é uma relação de poder. Os vários participantes nos ciclos históricos de inserção de Cabo Verde nos fluxos de trânsito transatlântico têm interesses simultaneamente comuns e divergentes.

A economia de Cabo Verde denunciava, antes da independência, uma estrénu e profunda letargia que repousava numa estrutura dualista com ênfase na agricultura de

subsistência, liberal desenvolvimento de mercado, base produtiva manifestamente insignificante e elevadas taxas de desemprego.

A extrema vulnerabilidade da economia e a sua quase total dependência externa ostentavam as características dominantes no período em questão. Adicionalmente, a economia tinha sofrido impactos motivados por factores naturais associados à pequena dimensão, à insularidade, à ausência de recursos naturais e à distância, ou seja, «os determinismos geográficos».

Com a independência, o manifesto subdesenvolvimento legitimava, em parte, a postura dominante e a vocação resolutamente interventora do Estado no esforço de desenvolvimento, cujo financiamento assentou, substancialmente, na ajuda externa. Como corolário disso gerou-se um modelo de desenvolvimento dominado pelo Estado, complementado por uma concepção introvertida do desenvolvimento, baseada no primado do mercado interno e na rejeição do investimento externo.

Entretanto, aferiu-se: de 1982 a 1985, um crescimento económico, de certo modo, significativo, com estabilidade macroeconómica; de 1986 a 1990, um crescimento moderado com uma ligeira perturbação na gestão macroeconómica, a par com a tímida abertura «dirigida» ao exterior fruto do esgotamento do «modelo de reciclagem da ajuda externa», e do condicionalismo político indirecto.

Com a mudança de regime operada em 1991, era urgente a mudança de estratégia. Introduziu-se uma nova abordagem da problemática da emigração em Cabo Verde, considerando-a como uma variável reguladora da situação interna do ponto de vista do emprego, remessas e da formação/especialização da mão-de-obra.

No âmbito dessa nova estratégia de desenvolvimento e das políticas desenvolvidas a partir de então, os resultados alcançados podem ser considerados encorajadores.

No período de 1991 a 2000 assistiu-se a um aprofundamento da abertura ao exterior, uma viragem mais nítida para a economia de mercado impulsionada pelo sector privado. As privatizações, a liberalização do comércio, a reforma fiscal e financeira, e a captação de investimentos externos foram claramente assumidas, desde logo, como peças fulcrais da década transacta. O crescimento económico revelou-se de forma significativo, com alguns desequilíbrios macroeconómicos.

Ou seja,

É consensual que a política económica, no período 1975-90, reproduziu claramente o quadro conceptual justificador e mobilizador da heterodoxia estruturalista consubstanciado no facto de se encarar os grandes investimentos em capital físico e infra-estruturas como a principal via do crescimento e desenvolvimento económico. Assistiu-se, no entanto, no período 1991-2000, a uma mudança na orientação da política económica, reveladora duma inspiração com um pendor convergente para a teoria neoclássica: a afectação de recursos e a liberalização das forças ou mecanismos de mercado.

Em finais da década de 1990 assistiu-se – através da assinatura do Acordo de Cooperação Cambial – a uma forma de cooperação bilateral inovadora, em certa medida, por parte de Portugal com um país africano – Cabo Verde – que tem uma economia menos desenvolvida e que representa somente 0.5% do PIB português.

Da leitura atenta do referido Acordo, podem-se extrair [Estêvão, 2002] as seguintes características típicas de um sistema de Currency Board:

- A. **Ligação do ECV ao PTE** e, posteriormente, ao Euro através de uma relação de paridade fixa;
- B. **Garantia de convertibilidade do ECV** por parte de Portugal;
- C. **Disponibilização, por Portugal, de uma Facilidade de Crédito para reforço das reservas cambiais de Cabo Verde;**
- D. **Adopção dos critérios de referência dos países membros da UE** para a condução da política económica em Cabo Verde;
- E. **Criação de uma comissão monetária para a gestão do acordo.**

Este sistema apresenta algumas vantagens [Estêvão, 2002] como destacamos seguidamente:

- F. **Maior disciplina monetária**, como resultado dos limites que o sistema impõe á expansão da moeda;
- G. **Maior credibilidade da política monetária e fiscal** e, em particular, maior dificuldade por parte do Estado em recorrer ao financiamento monetário;
- H. Melhores condições para uma efectiva despolitização da gestão do sistema monetário e financeiro;
- I. **Maior credibilidade do sistema cambial** e, em consequência, maior disponibilidade do público para recorrer ao sistema monetário e financeiro;
- J. **Liberalização da circulação de capitais** entre os dois países, com consequências para o incremento das suas relações económicas e financeiras.

Desta forma, constata-se que Cabo Verde se encontra, com a Assinatura do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, obrigado a cumprir os critérios de Maastricht pelo que, excluindo motivos de ordem política ou geográfica, poderia, em principio, vir a fazer parte da UE.

Assim sendo, será que Cabo Verde poderia vir a aderir á UE?

A este propósito, podemos lembrar o artigo publicado, em 8 de Fevereiro de 2005, no Diário de Notícias pelo Prof. Adriano Moreira que, em síntese, transcrevemos: “(...) *Uma das vertentes que parecem exigir maior atenção, pelos reflexos que tem nos interesses dos restantes membros, é a do alargamento (...) Talvez seja oportuno, e necessário, olhar criticamente para o Atlântico de onde partiu o movimento (...) considerar a necessidade de continuar a tentar modelar a articulação entre a segurança do Atlântico Norte e a do Atlântico Sul, e repensar o estatuto dos arquipélagos que pontuam a linha divisória. Os arquipélagos portugueses estão por isso na Europa, assim como as Canárias estão na Europa por serem*

parte da Espanha. Todavia Cabo Verde, um Estado independente, parece nunca ter despertado a atenção dos órgãos institucionais, no sentido de serem iniciadas negociações para ser admitido na União. (...) No conjunto dos Estados que se tornaram independentes em resultado do movimento geral descolonizador impulsionado pela ONU, Cabo Verde, limitado de recursos, é um exemplo de Estado de Direito, cumpridor escrupuloso das obrigações internacionais, confiável se atendermos aos critérios que orientam a Administração republicana dos EUA.(...)"

O Artigo 1º do Tratado Constitucional, estipula no seu ponto 2 que a UE é aberta a todos os Estados europeus que respeitam os seus valores e que se comprometem a promovê-los em comum. O artigo referente ao critério de pertença à União reforça este preceito e acrescenta que qualquer Estado europeu que deseje tornar-se membro da UE dirige um pedido neste sentido ao Conselho que decide, por unanimidade dos votos, ouvidos a Comissão e o Parlamento. As condições e as modalidades de adesão serão objecto de acordo entre os Estados membros e o Estado aderente, sujeito à ratificação por vias das regras constitucionais de cada um.

Serve esta introdução para dizer que **o Tratado por um lado, se não define a Europa geográfica nem estabelece fronteiras de forma clara**, deixando um vago ou pecando mesmo por omissão nesse aspecto, por outro, **fecha o conceito de Europa num conjunto de valores comuns e em referências históricas, culturais, religiosas, que definem uma identidade europeia colada ao continente que tradicionalmente sustenta esta última do ponto de vista geográfico**. E desta feita restringe a noção mesmo de pertença à Europa, assim como a de Estado passível de aderir, à condição do requerente ser um Estado europeu.

A eleição de cenários possíveis que fundamentem uma relação de Cabo Verde com a UE, ou a evolução dessa relação, passa necessariamente pelo crivo da definição da UE através dos objectivos, contornos e políticas externas e internas, tal como analisados acima, à luz do Tratado Constitucional que estabelece a nova UE.

Como Estado soberano que é, **está excluída a hipótese de Cabo Verde vir a ter na sua relação com a UE, um Estatuto de país ou território do ultramar**, ou ainda, de região ultraperiférica, à excepção, neste ultimo caso, do benefício da cooperação inter regional. Com a independência adquirida em 1975, Cabo Verde deixou, irreversivelmente, de pertencer a uma ou outra dessas categorias, pese embora o perfil de insularidade e de vulnerabilidade muito próximo das mesmas.

Referiu-se a questão de um estatuto especial reclamado por Cabo Verde, convertido posteriormente em parceria especial, à qual se veio acrescentar, por outro lado, a iniciativa de terceiros, propondo que o projecto seja estendido, nada mais nada menos, à adesão plena de Cabo Verde como membro de direito da UE. Torna-se pois, urgente, fazer acompanhar a evolução desse assunto, e por quem de direito, de uma estratégia de comunicação clara e inequívoca, para a opinião pública tanto interna como externa a Cabo Verde.

No que diz respeito à hipotética adesão de Cabo Verde à UE, é certo que Cabo Verde partilha os valores humanistas, culturais e democráticos, os mesmos que

fundamentam a UE e que esta promove na sua acção externa. Mas esses valores são hoje património da humanidade e não exclusivamente europeus. **É certo que Cabo Verde é um regime de direito democrático, estável, com uma gestão macroeconómica que se inspira nos critérios de Maastricht, uma gestão criteriosa dos seus recursos que lhe abre o caminho para o *acquis* comunitário.** Cabo Verde só tem a ganhar em prosseguir nessa via da governação da coisa pública, que também não é uma exclusividade da Europa. E certo ainda que a história e a cultura de Cabo Verde foram beber nas várias margens do Atlântico mas a sua raiz geopolítica é África. Talvez uma outra África, entendida como fruto da diversidade africana, como também há várias Europas. Uma África a que Cabo Verde pertence e anima, através da sua integração sub-regional e regional, que aspira ao progresso e ao “dépassement” das taras do passado e inserindo-se, plenamente, no diálogo das culturas e das civilizações.

Enfim, poderíamos continuar, mas a verdade é que o principal obstáculo a uma possível adesão de Cabo Verde é de ordem política. Cabo Verde possui, contudo, um conjunto de parâmetros que aproximam o país da Europa, podendo justificar uma parceria especial com esta última: as mesmas referências culturais e religiosas; a observação dos mesmos princípios democráticos na vida política, a governação assente no Estado de direito, o respeito dos direitos humanos; uma economia estreitamente ligada, senão dependente da Europa (paridade fixa da moeda com o Euro, valores da importação e da exportação, da ajuda pública, do investimento externo), ou ainda o factor humano de uma emigração cabo-verdiana na Europa estimada em 2/5 da população residente nas ilhas.

Poder-se-á pensar que nos escudámos na leitura jurídica do Tratado para balizar caminhos ou alternativas de uma relação que, antes de mais, deverá fundamentar-se no plano político do interesse mútuo da UE e de Cabo Verde.

Assim sendo, será que Cabo Verde, se descuidarmos a questão geográfica ou política, poderia - como afirmámos - em termos económicos, vir a aderir á UE?

Para que a UEM viesse a ser um sucesso, o Tratado de Maastricht estabeleceu cinco critérios de convergência que cada Estado-Membro deve respeitar para poder participar na terceira fase da UEM. Esses critérios são os seguintes:

- A. **Inflação:** dentro de 1,5% da média dos 3 Estados-membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;
- B. **Défi ce Orçamental:** igual ou inferior a 3% do PIB;
- C. Dívida Pública igual ou inferior a 60% do PIB ou tendência decrescente para 60%;
- D. **Taxa de Juro de Longo Prazo:** dentro de 2% relativamente à média dos 3 Estados-membros com menor taxa de inflação;
- E. **Estabilidade Cambial:** cumprimento durante pelo menos 2 anos das margens normais do SME, sem desvalorizações.

Complementarmente, em Junho de 1993, o Conselho Europeu de Copenhaga reconheceu o direito de adesão dos países da Europa Central e Oriental à UE desde que cumpram três critérios:

- A. no plano político: instituições estáveis capazes de garantir a democracia, o primado do direito, os Direitos do Homem e o respeito das minorias;
- B. no plano económico: economia de mercado viável;
- C. adopção do acervo comunitário: subscrever os diferentes objectivos políticos, económicos e no domínio monetário da UE.

Numa entrevista do Jornal Público, em 10 de Maio de 2005, ao Primeiro Ministro de Cabo Verde - José Maria Neves – constata-se que **Cabo Verde “é um pequeno Estado insular, que precisa de âncoras para o seu desenvolvimento económico e social. A UE poderá ser uma dessas importantes âncoras de desenvolvimento de Cabo Verde (...)”** e por outro lado Cabo Verde quer “(...) ir o mais longe possível no relacionamento com a Europa. Não falamos neste momento de adesão, por ser uma questão muito complexa e difícil, sendo Cabo Verde um país africano. Mas pensamos que poderíamos ter um estatuto de associado, ou então um estatuto especial entre o estatuto de associado e o de adesão. É nesse quadro que estamos a trabalhar desde 2001. (...) **A economia cabo-verdiana, neste momento, é uma economia “euroizada” porque temos a paridade fixa com o euro. Não haveria muitos problemas na introdução do euro (...)**”.

Desde a independência que Cabo Verde na qualidade de pequena economia de transferência, tem vindo a beneficiar de um fluxo significativo da APD. A trajectória deste fluxo tem sido, em termos absolutos, crescente. Tal circunstância simboliza, de certo modo, um dos elementos da vulnerabilidade da economia, i.e., a sua exposição aos choques externos aleatórios, dado que a APD representa uma variável exógena, por conseguinte fora do controlo das autoridades do país. Assim tal trade off conjugado com a fraca propensão para a poupança interna acabam por obstruir, obviamente, a dinâmica do crescimento endógeno, saudável, florescente e de qualidade da economia.

O comércio e a especialização internacionais constituem, por isso, uma necessidade vital para uma pequena economia insular como Cabo Verde. Isto quer dizer que as relações com o exterior são os verdadeiros motores de crescimento económico e do desenvolvimento, o que significa que os países insulares - Cabo Verde, em particular - precisam de ter a capacidade para construir as melhores relações externas e utilizá-las de forma a dinamizar o processo económico interno.

A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde passa, assim, pelo desenvolvimento dos sectores do turismo, dos transportes e das telecomunicações, tendo como base endógena de sustentação, a valorização dos recursos humanos numa perspectiva de competitividade global, e a atracção de IDE numa lógica de distritos industriais.

Este modelo só é possível no quadro de uma integração reforçada com a Europa, encontrando em Portugal um ponto de ancoragem capaz de sustentar as políticas concretas que devem ser implementadas para o efeito e poder ele mesmo ser uma plataforma de relações entre a África, a Europa e a América, enquanto elemento fundamental da estratégia de triangulação.

O reforço da parceria de Cabo Verde com a Europa passa, necessariamente, pela consolidação da integração regional, no quadro da criação de um vasto mercado comum,

permitindo a Cabo Verde enfrentar com sucesso o conflito permanente entre a pequena dimensão do seu mercado interno e a dimensão óptima de produção e entre estes e a distância económica, potenciar a sua vocação geoestratégica e funcionar como entreposto e placa giratória do comércio internacional, com vantagens competitivas ao nível do sector financeiro, dos serviços, nomeadamente do turismo.

A integração reforçada ou parceria especial deve ser acompanhada pelo reforço da assunção do papel de Cabo Verde a nível regional e comportar quatro pilares essenciais:

- A. Acordo de associação, no curto prazo, e de livre comércio, no médio prazo, com a Europa;
- B. Adopção unilateral do euro;
- C. Reforço do fluxo de capitais públicos, compensando, nomeadamente, a perda de seignoriage – fundos comunitários compensatórios para a infra-estruturação do país – e de capitais privados, sobretudo, para os sectores da pesca, da industria, dos serviços, nomeadamente, dos serviços turísticos;
- D. Reforço da parceria público-privada no quadro do financiamento das infra-estruturas de desenvolvimento em Cabo Verde.

Se este modelo não for rapidamente implementado, o país corre o risco de tornar-se mais vulnerável do que no passado.

É certo que Cabo Verde partilha dos valores humanistas, culturais e democráticos, os mesmos que fundamentam a UE e que esta promove na sua acção externa. É, igualmente, certo que Cabo Verde é um regime de direito democrático, estável, com uma gestão macroeconómica que se inspira nos critérios de Maastricht, uma gestão criteriosa dos seus recursos que lhe abre o caminho para o *acquis* comunitário, encontrando-se actualmente com os seguintes níveis de cumprimento:

CRITÉRIO	CUMPRIMENTO
Inflação	✓
Défice Orçamental	×
Dívida Pública	✓
Taxa de Juro de Longo Prazo	✓
Estabilidade Cambial	✓

Concluindo, Cabo Verde poderá no médio prazo, em termos económicos, ter todas as condições para estabelecer um processo de adesão á EU – inicialmente numa lógica de parceria especial e posteriormente como membro efectivo – desde que, em termos sociais, mantenha os valores humanistas, culturais e democráticos, que fundamentam a UE e, em termos políticos, haja um interesse mútuo da UE e de Cabo Verde.

Anexos

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportação											
Argélia	128.20	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Angola	4.3	1.8	0.0	50.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.0	0.0	4.4
Guiné Bissau	0.0	0.0	0.0	0.1	0.4	1.6	0.4	2.1	0.0	24.9	4.9
Países Baixos	4.3	30.8	31.5	10.6	7.5	5.6	5.6	13.6	1.8	9.9	3.5
Portugal	156.3	195.3	241.0	152.4	209.0	530.0	805.5	969.9	910.4	1062.8	1019.0
França	0.0	0.0	0.0	12.9	0.0	13.7	20.3	21.0	7.0	4.9	1.1
Espanha	0.0	0.0	0.0	47.9	0.0	45.8	115.6	113.5	74.3	34.2	44.0
E.U.A.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	145.0
Outros Países	101.4	74.2	28.8	38.4	138.6	43.1	98.6	188.7	30.4	27.0	50.1

Quadro 1 : Distribuição Geográfica do Comércio Externo de Cabo Verde

Fonte: Boletim Estatístico do Banco de Cabo Verde 1990-2000

Unidade: Milhões de ECV.

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Importação											
Alemanha	227.9	659.5	450.4	607.0	684.5	786.3	572.2	450.7	1028.4	498.2	400.4
Espanha	693.2	565.3	253.5	86.7	154.0	338.3	740.0	536.2	544.8	618.5	697.9
E.U.A.	180.4	146.6	690.2	433.5	393.6	633.8	705.7	2065.5	1260.6	865.8	977.1
França	303.9	219.8	437.5	545.0	2361.6	770.1	1091.0	2020.7	1112.7	612.5	1200.0
Países Baixos	845.1	1025.9	1274.6	1052.9	1369.0	1535.9	1472.5	2425.7	1525.6	4531.0	3581.0
Portugal	2953.5	3580.3	3936.5	4162.0	5903.9	7712.3	7925.0	9393.8	10506.4	13436.7	14422.1
Reino Unido	151.9	157.0	226.1	260.1	239.6	407.9	539.8	434.2	606.7	726.6	503.6
Suécia	170.9	272.2	272.4	285.0	718.7	450.6	325.3	239.5	164.2	30.8	13.3
Outros Países	3969.3	3842.0	4692.4	4954.8	5287.8	6758.8	5983.7	4369.6	5645.2	4163.8	5721.1

Quadro 2 : Distribuição Geográfica do Comércio Externo de Cabo Verde

Fonte: Boletim Estatístico do Banco de Cabo Verde 1990-2000

Unidade: Milhões de ECV.

Bibliografia

- Banco Central de Cabo Verde, Boletim Estatístico 1990-2000
- BANCO MUNDIAL.(2002) *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*, EUA.
- BEN HAMMOUDA, Hakim / KASSE, Moustapha (eds) (2001) : L'Avenir de la zone franc.Perspectives africaines. Paris / Dakar.
- BOISIER, S. (1988) Política económica, organização social e desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, P. R.; CARVALHO FERREIRA, C. M. de; BOISIER, S. e ANDRADE, T. A. *Economia regional*. (teorias e métodos de análise).— Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- BURDEAU, G. *Traité de science politique*.— Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1967.
- CARNER, Françoise. Encadenamientos generados por el sector turismo. México: CEPAL, 2001.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. *Economie Européenne* (marché unique, monnaie unique), Bruxelles, n.44,oct. 1990.
- Correia, Olavo, Cabo verde no contexto das relações com Portugal e com a União Europeia, Praia 2002.
- DEVARAJAN, Shantayanan / ROVIK, Dani (1991) : Do the Benefits of Fixed Exchange Rates Outweigh their Costs? The Franc Zone in Africa. NBER Working Paper No. 3727. Cambridge, M.A.
- ELAZAR, D. J. *Exploring federalism*.— Tuscalosa: The University of Alabama Press, 1987.
- Estêvão, João Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde , CEsa (Brief Papers n.º 4/98), Lisboa, 1998
- Esteves, Carlos – Tese de Mestrado “ O Acordo Cambial entre Portugal e Cabo Verde: Impactos sobre uma pequena economia aberta”, ISEG 2001
- Evolução da Economia dos Palop's 2003-2004, Banco de Portugal, Lisboa 2004
- FRANKEL, Jeffrey A. (1999) : No Single Currency is Right for all Countries or at all Times. NBER Working Paper No. 7338. Cambridge M.A.
- FEDERWISH, F. e ZOLLER, H. G. *Technologie nouvelle et ruptures regionales*.— Paris: Economica, 1986.
- FIELDING, David / SHIELDS, Kalvinder (2001) : Currency Unions and International Integration: Evidence from the CFA and the ECCU. Leicester.<http://www.le.ac.uk/economics/research/RePEc/lec/leecon/econ02-8.pdf>
- FMI (1999), Cape Verde - Recent Economic Developments, IMF Staff Country Report No. 99/58, Washington, D.C.

- FMI (2001), Cape Verde – 2001 Article IV Consultation – Staff Report and PIN on the Executive Board Discussion, IMF Country Report No. 01/1174, Washington, D.C.
- FMI (2003) : West African Economic and Monetary Union: Recent Economic Developments and Regional Policy Issues; and Public Information Notice on the Executive Board Discussion. Washington D.C.
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2003/cr0370.pdf>
- FURIÓ BLASCO, Elies. Turismo y territorio. Interrelación entre la función y el territorio a partir del enfoque de enlaces. 1994. 997 f. Tesis (Doctorado en Ciencias Económicas) – Facultat d’Economia, Universitat de València, València.
- GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) *Les régions qui gagnent.*— Paris: 1992.
- GEHLE, Silke (1998) : Die Franc Zone als inhomogener Währungsraum: Zur Optimalität der Währungskooperation der Franc Zone für ihre afrikanischen Mitgliedsländer. Baden-Baden.
- GILBERT, G. Le fédéralisme financier. *Revue Économique*, Paris, 1996.
- GODED SALTO, Mónica. El impacto del turismo sobre el desarrollo económico: el caso de Argentina. 1998. 425 f. Tesis (Doctorado em Economía Internacional y Desarrollo) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- Grandes Opções do Plano 2002-2005, Praia 2002.
- GURTNER, François J. (1999) : The CFA Franc zones and the theory of Optimum Currency Area. In: *Africa spectrum*, 34, S. 33-58.
- HADDAD, Paulo Roberto (Org.). A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil; estudo de *clusters*. Brasília: CNPq / Embrapa, 1999.
- HIRSCHMAN, Albert O. Estratégias do desenvolvimento económico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- KEYNES, John M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas)
- KÖNIG, Torsten (2001) : Das regelgebundene Währungssystem der Franc-Zone im Wandel der Zeit. Marburg.
- LANE, Theodore. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR / CETREDE – MINTER, 1977.
- Legarda, B. (1984), As pequenas economias insulares, *Finanças e Desenvolvimento*, Junho, pp. 42-43.
- Lima, Osvaldo (1998), O Desafio da transição económica em Cabo Verde, Tese de Mestrado, mimeo, ISEG/UTL, Julho de 1998.

- Marques, Pedro – Tese de Mestrado “Uma análise da racionalidade do Acordo Cambial Luso-Caboverdeano á luz do (novo) conceito de Zonas de Cooperação Monetária Óptimas”, ISEG 2000.
- Mendonça, António, O acordo de cooperação cambial entre Cabo Verde e Portugal: Algumas notas de balanço, apresentado no Encontro de Economistas Nacionais integrado no 24º aniversário do BCV, Lisboa 2000.
- Mendonça, António - *A CPLP enquanto economia global: uma perspectiva de Cabo Verde, Lisboa 2005*
- MICHELSEN, Heike (1995): Auswirkungen der Währungsunion auf den Strukturanpassungsprozess der Länder der afrikanischen Franc-Zone. Frankfurt a. M. et al.
- Miras, C. (1997), Lé développement des petites économies insulaires relève-t-il encore de l'économie de marché, *Revue Tiers-Monde*, Tomo XXXVIII, nº 149, pp. 79 98.
- MUSGRAVE, R. *The theory of public finance: a study in public economy* New York: McGraw Hill, 1959.
- MUÑOZ DE ESCALONA, Francisco. Turismo y desarrollo. *Estudios Turísticos*, Madrid, n. 115, p. 23-44, 1992.
- MYRDAL, G. *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas.*— Rio de Janeiro: SAGA, 1972.
- OCDE (Vários anos), *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients*, Paris: OCDE.
- ONU (2004) *Relatório de Desenvolvimento Humano*;
- PIORE, M. J. e SABEL. C. F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity.*— New York: Basic Books, 1984.
- Programa Indicativo de Cooperação 2002-2004, Lisboa, 2001
- POLÈSE, Mario. *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas.* Coimbra: APDR, 1998.
- PYKE, F.; BECATTINI, G. e SENGENBERGER, W. *Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy.*— Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.
- RALLET, A. e TORRE, A. *Économie industrielle et économie spatiale.* Paris: Economica, 1995.
- Ramos, Albertino (1998), A pertinência da Ajuda Pública ao Desenvolvimento no contexto de uma pequena economia insular em transição: o caso de Cabo Verde, Tese de Mestrado, mimeo, ISEG/UTL, Janeiro de 1998.
- SCHMITZ, R. e MUSYCK, B. Industrial districts in Europe: policy lessons for developing countries? *World Development*, v.22, n.6, p.889-910, 1994.
- SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento económico.*— São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEMEDO, Gervasio / VILLIEU, Patrick (1997) : La zone franc : mécanismes et perspectives macroéconomiques. Paris.

- SESSA, Alberto. Turismo e política de desenvolvimento. Tradução Lourdes Fellini Sartor. Porto Alegre: Uniontur, 1983. 167 p. Tradução de: *Turismo e Política di Sviluppo*.
- SILVA, Jorge A. S. Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação; Área de Concentração: Turismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SOUZA, Nali de J. de. Desenvolvimento económico. São Paulo: Atlas, 1999
- SWYNGEDOUW, E. A. e ARCHER, K. Les leçons de l'expérience américaine. *In: FEDERWISH, J. e ZOLLER, H. G. (orgs.) Technologie nouvelle et ruptures regionales.*— Economica: Paris, 1986.
- Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (2002) - Relatório de Setembro de 2002 sobre Conjuntura Macroeconómica em Cabo Verde;
- **Internet**
- www.presidenciarepublica.pt
- www.mf.cv
- www.bcv.cv
- www.portugal.gov.pt
- www.eurisles.org
- www.cvt.cv
- www.itu.int/ITU-D/ict/cs/.
- www.loriente.com
- www.ipad.mne.gov.pt
- www.uemoa.int
- www.ecowas.int
- <http://virtualcapeverde.net>
- <http://africa.expresso.clix.pt>
- www.dn.sapo.pt
- Europa.eu.int
- www.wikipedia.com